



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

AMON NARCISO DE BARROS

**MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO
ORGANIZAÇÃO SOCIAL DETENTORA DE
PROJETOS POLÍTICOS**

BELO HORIZONTE

2009

Amon Narciso de Barros

**MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO
ORGANIZAÇÃO SOCIAL DETENTORA DE
PROJETOS POLÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas

Orientadora: Professora Ana Paula Paes de Paula, Doutora.

Belo Horizonte

2009

Aos meus pais, Ricardo e Jeannine; e à minha irmã, Rita.

À minha querida Camila.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ricardo e Jeannine, que influenciam, de várias maneiras, as decisões que tomo. No que concerne a esta etapa, ressalto o estímulo, voluntário e involuntário, à minha prazerosa e, atualmente, necessária compulsão pela leitura, que faz de grande parte dos meus deveres um prazer;

Aos meus avôs e avós, Barros e Lili, Chiquito e Áurea, que, sempre ao meu lado, me ofereceram seus ensinamentos e sua agradável companhia;

À minha irmã, Rita, que, com sua sagacidade e eloquência, me inspira a cada dia e me ensina o que é o amor fraterno;

À Camila, minha querida, que me oferece a compreensão da qual necessito e o amor que me fortifica e me torna sereno;

Aos meus tios Érika e Marcelo por todo o apoio oferecido a mim quando resolvi vir para Belo Horizonte.

Aos amigos Bruno (Buô), Flavinho, João Paulo, Marcelo (Mick), Pablo, Paulo Augusto, Sérgio e William (Picky), meus camaradas a qualquer hora;

Aos amigos e amigas do CEPEAD, em especial a Caésio, Carol, Daniel, Gustavo, Lud, Marcelo (Big), Rafa, Rê, Elcemir e Wésceley que me fizeram, cada um a sua maneira, dar grande valor aos corredores da FACE;

À Minha orientadora, Professora Ana Paula Paes de Paula, que acreditou em mim desde que nos conhecemos e que me ajudou a direcionar meus passos, sem, no entanto, guiá-los por mim;

Ao amigo e sempre professor, Roney Versiani Sindeaux, que foi, talvez, o maior “culpado” pela minha opção pela academia;

Ao Professor Alexandre Carrieri, por mostrar que a sisudez não é uma virtude; e ao Professor Ivan Ckagnazaroff, que faz o mesmo por outros meios;

Ao Professor Eduardo Loebel, pelo cuidado dedicado à leitura deste trabalho;

À Carol Maranhão e ao Alex, por terem me recepcionado tão bem no CEPEAD;

Àqueles professores do CEPEAD que se dedicam à Instituição e aos alunos, de maneira humilde;

Ao conjunto de servidores da Instituição os quais, por vezes, sem serem vistos, fazem a engrenagem girar, em especial à Lili da Cantina e às garotas da secretaria;

Ao Matheus Malta e à Glorinha, pessoas agradáveis, que me deram valiosas informações e que abriram portas para que eu realizasse esta pesquisa;

A todos os participantes do movimento estudantil da UFMG, que acreditam, cada um a seu modo, que um mundo melhor é possível, diverso ou radicalmente diverso deste;

À FAPEMIG, pela bolsa de estudos proporcionada, razão pela qual me sinto privilegiado;

À Martinha e à Meire da COPEC, que me ajudaram a gastar uma parte relevante dos meus recursos adquirindo livros, ou seja, com o saber;

Ressalto, por fim, que a sociedade, que mantém a Instituição que possibilitou a conclusão de mais uma etapa dos meus estudos, desta vez a Universidade Federal de Minas Gerais, não será alvo de agradecimento somente porque não é coisa unitária que poderia ser considerada sem enormes divagações, mas que, de toda maneira, não será esquecida.

Mãos dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.

(Carlos Drummond de Andrade)

“De tudo aquilo que se escreve, admiro apenas aquilo que é escrito
com sangue. Escreve com sangue e verás que o sangue é espírito.”
(F.W. Nietzsche)

RESUMO

As organizações consideradas objeto de análise e reflexão no campo dos estudos organizacionais são na maior parte das vezes identificadas com as empresas privadas, órgãos e, mais recentemente, aquelas vinculadas ao chamado “Terceiro Setor”, como as ONGs e as fundações, as quais recebem, por vezes, a denominação de “organizações sociais” pela compreensão de que incorporam a forma como a sociedade civil se manifesta quando organizada. Neste trabalho, buscou-se chamar a atenção dos estudiosos da área da teoria das organizações para a possibilidade de adotar os movimentos sociais como objeto de estudo, como manifestação de uma forma de organização que existe na sociedade e que, detentora de especificidades, abre caminho para aqueles que se orientam por uma linha de análise focada na crítica social. Buscou-se mostrar que esse objeto é detentor de uma racionalidade que pode diferenciar-se daquela condutora das organizações produtivas na economia capitalista, abrindo espaço para estudos que fujam do imperativo da performance que permeia a maneira como são conduzidos os estudos na área de administração em geral. Na variada gama de movimentos sociais (ou organizações sociais) existentes na sociedade, elegeu-se como objeto de estudo o movimento estudantil praticado no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para exemplificar como se constitui uma organização da sociedade civil em torno de projetos políticos que sirvam como fundamento para a identificação da noção de pertencimento entre os sujeitos e que possibilitem a idéia de unidade nos grupos.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Estudos organizacionais. Movimento estudantil. Projeto político.

ABSTRACT

The organizations considered object of analyses and reflexion, in the field of organizational studies are, most of the time, linked to private companies, branches and more recently to those connected to the so called “Third Sector”, as the NGOs and foundations, which are sometimes also called “social organizations” due to the understanding that they incorporate the way civil society manifest itself when organized. In this work, we try to call the attention of the researchers in the theory of organizations area to the possibility of adopting the social movements as object of study, as a manifestation of a organization form existing in society and that, having specificities, opens the path for those who are guided by a line of analyses focused on social criticism. We aimed at showing that this object has a rationality that can differentiate itself from that guiding the productive organizations in the capitalist economy, creating space for studies which scape from the imperative of performance that permeates the way the studies in the administration area in general are conducted. In the wide range of social movements (or social organizations) existing in society we chose as object of study the student movement practiced in the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) to exemplify how a civil society organization is constituted around political projects that serve as foundation for the identification of the notion of belonging among the subjects and that make possible the idea of unity in the groups.

Key-words: Social movements. Organization studies. Student movement. Political projects.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA: Centro Acadêmico

DA: Diretório Acadêmico

DCE: Diretório Central dos Estudantes

FACE: Faculdade de Ciências Econômicas

IGC: Instituto de Geociências

MEC: Ministério de Educação e Cultura

MEPR: Movimento Estudantil Popular Revolucionário

ONG: Organização não governamental

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCR: Partido Comunista Revolucionário

PM: Polícia Militar

PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT: Partido dos Trabalhadores

Reuni: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UNB: Universidade de Brasília

UNE: União Nacional dos Estudantes

USAID: United States Agency for International Development

USP: Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição das chapas e propostas colocadas para a eleição do DCE do ano de 2008.	97
Quadro 2: Votação das chapas concorrentes à eleição do DCE do ano de 2008.....	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 - MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS	16
2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTADO E IDEOLOGIA	25
3 - SOCIEDADE CIVIL: TERCEIRO SETOR E MOVIMENTOS SOCIAIS	33
4 - MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO E DE EMERGÊNCIA DO SUJEITO	42
5 - A HEGEMONIA E OS PROJETOS POLÍTICOS	50
6 – A INSERÇÃO DA UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE	59
7 – O MOVIMENTO ESTUDANTIL	66
8. SOBRE O MÉTODO, O OBJETO E A EPISTEMOLOGIA	81
8.1. Considerações a respeito do objeto e da epistemologia	81
8.2. Dados e Instrumentos metodológicos para análise.....	89
9 - O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.....	94
10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

As organizações consideradas objeto de análise e reflexão no campo dos estudos organizacionais são na maior parte das vezes, identificadas com as empresas privadas e órgãos públicos e, mais recentemente, aquelas pertencentes ao chamado “Terceiro Setor”, como as ONGs e as fundações, as quais recebem, por vezes, a denominação de “organizações sociais” pela compreensão existente de que elas são a forma como a sociedade civil se manifesta quando organizada.

Neste estudo, pretende-se abordar outro tipo de organização, que é tratado, também, como “organização social”¹: os movimentos sociais. Para isso parte-se da seguinte premissa: os homens em sociedade organizam-se continuamente, mediante os mais diferentes arranjos, dentre os quais se distinguem organizações mais ou menos efêmeras e entre aquelas que são disseminadas pelo tecido social, apesar de não serem consideradas, necessariamente, instituições. Assim, considera-se válido que os estudos organizacionais tomem estas por objeto para alcançar uma melhor compreensão dos modos de organização existentes e, até mesmo, para enriquecer a análise daqueles tipos de organizações citados.

O campo dos estudos organizacionais há muito busca construir conhecimentos que ultrapassem o escopo da estrita busca por performance que, compreensivelmente, permeia a maior parte dos trabalhos na área da Administração. A perspectiva simbólica, as análises discursivas e as questões ideológicas, dentre várias outras temáticas, muitas vezes, visam, em primeiro lugar, estabelecer uma abordagem compreensiva das relações que se estabelecem entre os homens nos conjuntos organizados, dos quais as organizações capitalistas e as estatais são representantes.

Mesmo a empresa capitalista é passível de ser analisada sob inúmeras abordagens epistemológicas, que podem ter objetivos bem diversos. Além disso, as organizações que são alvo das análises feitas por estudiosos do campo não são homogêneas e só existem como fruto de processos estabelecidos entre os homens na sociedade. Dentro de uma só organização, qualquer que seja ela, os homens podem se subdividir e se organizar no interior dos mais diversos grupos, tendo as organizações informais de trabalhadores sido reconhecidas já há algum tempo. Quais são os limites para que se considere um grupo de pessoas uma

¹ A compreensão de que essas organizações podem ser chamadas de organizações sociais está presente, por exemplo, em Furtado (2008). Ver também o prefácio à mesma obra escrito por Bosi (2008).

organização? Pretende-se assumir que, quaisquer que sejam estes, os movimentos sociais possam ser incluídos nesse conceito.

Nesse sentido, a análise que será apresentada aqui pretende juntar-se a outras que já vêm se desenvolvendo e ampliar o debate sobre a possibilidade de se tomar como objeto dos estudos organizacionais formas alternativas de organização presentes na sociedade. Nesse caso, os movimentos sociais, ora denominados também de “organizações sociais”, que são efetivamente entendidos como uma das modalidades possíveis de organização dos homens na sociedade.

Na variada gama de movimentos sociais (ou organizações sociais) existentes na sociedade, elegeu-se como objeto de estudo o movimento estudantil praticado no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Explica-se na seqüência o porquê desta opção.

Os estudantes² têm sido importantes representantes da sociedade em vários momentos interessantes na história, tendo alcançado um protagonismo sem precedentes em todo o mundo no ano de 1968. Eles questionavam naquele momento e queriam transformar o mundo. Em localidades diversas, levantaram-se por motivos que, distintos, têm um ponto em comum: o questionamento do *status quo*, do ordenamento social existente.

No Brasil, as manifestações de protesto contra a morte do estudante Édson Luis de Lima Souto logo passaram a mirar o governo militar, que mantinha o País sob ditadura desde 1964. Ditadura, aliás, que, assim que foi instaurada adotou ações que visavam silenciar os estudantes. Várias entidades representativas foram fechadas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi posta na ilegalidade e diversas lideranças foram presas logo nos primeiros dias após o golpe.

Nessa época, os estudantes eram considerados interlocutores importantes de demandas progressistas e que, em geral, representavam anseios de parcela significativa da população. E, apesar de seus órgãos representativos terem sido jogados na clandestinidade e de terem sofrido duros golpes desferidos pela repressão, os estudantes se organizavam e permaneceram como atores importantes durante boa parte do período ditatorial brasileiro. Atualmente, apesar de ocuparem outros espaços na sociedade e de terem perdido seu protagonismo, voltaram a ter

² Doravante, a menos que haja especificação em contrário, o termo *estudante* (no plural ou no singular) se referirá aos estudantes universitários, apesar de saber-se que o movimento secundarista também participou (e participa) de grande parte das lutas e das conquistas obtidas por alunos ao longo da história.

a atenção da sociedade, principalmente após a ocupação da USP, em 2007. Mesmo com participação restrita na sociedade e, até mesmo, na universidade, os estudantes continuaram a se organizar e, de diferentes maneiras, a atuar. Além disso, o movimento estudantil revela-se como um ambiente rico para se investigar a pluralidade de interpretações da realidade existentes, revelando, inclusive, um traço sintomático da esquerda que é a sua fragmentação em diversos grupelhos, que mal conseguem dialogar entre si, constituindo-se, guardadas as devidas proporções, em um retrato do quadro político mais amplo.

Na UFMG, apesar de ser perceptível um refluxo da participação do movimento na sociedade e dos estudantes no movimento, ainda existem grupos organizados e que participam da vida política da instituição, os quais, em geral, têm como elemento aglutinador o projeto político (ou projetos), que cumpre a função de criar certo sentido de unidade e de elementos que permitam algum tipo de identificação. Não é um corpo homogêneo. Em seu interior, dando vida ao que é chamado de “movimento estudantil”, coexistem diversos projetos, que podem ou não guardar semelhanças entre si. Salienta-se que os estudantes se inserem em organizações não apenas para levar a cabo esses projetos. Podem, por exemplo, desejar sua inserção social ou promoção pessoal. Não é este, entretanto, o foco desta investigação, pois entende-se que essa maneira de inserção faz parte muito mais de um projeto individual do que de algo compartilhado com um grupo.

Os projetos que cada grupo assume, por vezes, confrontam-se, sejam em discussões informais, sejam em eventos institucionalizados, como as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE), às quais diversos grupos concorrem, visando controlar este órgão institucionalizado. Esses momentos são potencialmente ricos, na medida em que permitem o debate e a elaboração de novos pontos, pelos projetos defendidos, além de propiciarem a possibilidade de expandir o debate para além dos grupos que participam ativamente do movimento, incorporando visões que ficam disseminadas entre o corpo estudantil da universidade.

Distinguir estes projetos, apesar de não ser esta a questão principal do trabalho, é importante, pois permite identificar as particularidades e os elementos compartilhados entre os projetos pelos diferentes grupos que participam do movimento estudantil. Crê-se que dois pontos surgem como importantes na análise do movimento estudantil: a organização em torno de projetos políticos; e o fato de os diferentes grupos aparecerem como unidade sob nome de “movimento estudantil”. Em última análise, é possível mesmo reconhecer em cada um dos

grupos formados pelos estudantes uma organização de fato, o que oferece a sustentação para a existência do que aqui foi chamado de “movimento estudantil”. Mas as reflexões e a pesquisa de campo não se restringiram a um grupo em particular, pois acredita-se que a pluralidade de níveis possíveis de análise é característica desta organização social e pode, mesmo, repetir-se em outras.

Isso, no entanto, uma inferência, pois foi estudado neste trabalho apenas um movimento social específico.

O problema que emerge destas considerações é o seguinte: *Qual é o papel que o projeto político desempenha na formação dos grupos?*

A resposta a essa questão visa dar subsídio para que se atinja o objetivo geral da pesquisa que é *explicitar como o projeto político influencia a formação de diferentes organizações dos variados grupos de estudantes.*

Os objetivos específicos são:

- Identificar as confluências entre os diferentes projetos políticos e seus efeitos;
- Explicitar que um movimento social pode ser um objeto de análise para os estudos organizacionais, tendo como delimitador a questão do projeto político e o potenciais dessa nova visão em termos de definição do objeto “organização”;
- Explicitar a importância de se levar em conta os projetos políticos para se delimitar os limites e divisões de uma organização social;
- Estabelecer uma perspectiva em relação ao objeto e ao método de pesquisa que seja objetiva, sem que caia no cientificismo.

Para responder à questão posta e atingir os objetivos, esta dissertação, além desta Introdução, que visa apresentar de maneira geral o trabalho e especificar seus objetivos, foi dividida em dez seções, como se segue,

1ª) Aborda a ainda incipiente aproximação entre a teoria das organizações e os movimentos sociais, fazendo-se uma crítica aos rumos que esta convergência vem tomando e buscando somar esforços aos que já estão sendo feitos a fim de torná-la não instrumental.

- 2ª) Versa sobre o Estado e a ideologia, apoiando-se, principalmente, nas discussões de Gramsci, a partir das compreensões destes temas que permeiam o pensamento do autor.
- 3ª) Situa a discussão em relação aos movimentos sociais e ao Terceiro Setor, a fim de mostrar as diferenças entre ambos e afirmar a especificidade dos movimentos sociais.
- 4ª) Remete à idéia de que os movimentos sociais, entendidos como organizações sociais, podem ser espaços de discussão valiosos para que se formem sujeitos dotados de consciência crítica;
- 5ª) Explicita a discussão sobre os projetos políticos e a hegemonia que permeiam grande parte do trabalho, compreendida como momento importante de qualquer embate político.
- 6ª) Aborda a universidade, espaço de atuação do movimento estudantil, objetivando caracterizá-la como aparelho de hegemonia que, apesar de historicamente buscar pautar-se por uma lógica própria, não consegue fugir das determinações provenientes da sociedade e do Estado.
- 7ª) Ressalta algumas especificidades do movimento estudantil em relação a outros movimentos sociais. Visa, também, trazer à luz as semelhanças que permitem classificar esse movimento como um movimento social.
- 8ª) Apresenta considerações sobre a construção do objeto pelo pesquisador. Põe-se em questão a necessidade de utilização acrítica de ferramentas metodológicas como critério de cientificidade
- 9ª) Traz precisões maiores sobre o objeto específico, buscando mostrar os pontos de contato deste com todas as questões discutidas previamente e com a temática dos movimentos sociais, com foco mais claramente na pesquisa de campo.
- 10ª) Retoma os objetivos do trabalho e busca deixar claro o que foi atingido com a pesquisa desenvolvida.

1 - MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

É curioso notar como, às vezes, interesses semelhantes podem emergir em contextos distintos e, em certo sentido, apontar para uma mesma direção. Misockzy, em estudos desenvolvidos com outros acadêmicos (*e.g.* MISOCKZY, FLORES e GOULART, 2008; MISOCKZY, VECCHIO e SILVA 2008; SILVA e MISOCKZY, 2008), vem desenvolvendo esforços para lançar luz sobre os movimentos sociais pretendendo que os estudos organizacionais fujam do monismo da organização produtiva como única unidade de análise. Principalmente nos textos de Misockzy, Flores e Böhm (2008b) e Misockzy, Flores e Goulart (2008) fica clara a dificuldade que esses teóricos enfrentam para construir visões contra-hegemônicas dos movimentos sociais a partir dos estudos organizacionais. Em relação aos movimentos sociais, os autores se valem de pesquisas de campo e de saberes que emergem da própria *práxis* dos sujeitos envolvidos para tentar delinear alternativas para se pensar neles como alvo de reflexões que se proponham críticas. Entende-se que isso é tanto mais possível quanto mais o movimento social se pautar por uma razão substantiva³, que não se traduza apenas por objetivos, mas também por conceitos como a idéia de bem (HORKHEIMER, 2002) e que não tenha o foco nos fins exacerbados a ponto de comprometer a reflexão sobre os meios, ao mesmo tempo em que não pode deixar de organizar-se para poder levar adiante suas lutas.

Barros e Paes de Paula (2008) também trilhavam um caminho parecido ao de Misockzy *et al.*, buscando enfatizar as possibilidades de perceber o sujeito a partir da análise de movimentos sociais. Os autores, entretanto, não estabeleceram pontos de contato com toda uma tradição de confluência entre os estudos organizacionais e os movimentos sociais que vinham sendo construídos na área. Essa orientação é demonstrada, por exemplo, pelos trabalhos de Davis, McAdam, Scott e Zald (2005) e King e Soule (2007).

Nos Estados Unidos, essa confluência é fundamentada no paradigma contemporâneo de análise dos movimentos, principalmente na teoria da mobilização de recursos. Inicialmente, este referencial apontava que os movimentos surgiriam quando se mostrassem viabilizados os recursos humanos, financeiros e de infra-estrutura. Posteriormente, essa concepção foi revista,

³ Como aponta Mannheim (1962), a temática da razão é assunto perene tanto na filosofia quanto na sociologia, o que impede o tratamento mais adequado do conceito numa obra que não seja a ele dedicado. Para maior aprofundamento no assunto, conferir o próprio Mannheim, que ressalta este como um dos principais temas da obra weberiana, além de Adorno e Horkheimer (1985), Horkheimer (2002), Marcuse (1978b).

e os teóricos passaram a defender que “os movimentos surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como quando facilidades e líderes estão em disponibilidade” (GOHN, 2006, p. 51).

Esta teoria se mostra mais facilmente assimilável pelos estudiosos das organizações, pois exalta o utilitarismo. E, como observa Gohn (2006, p. 51), “a ênfase toda é colocada numa visão exclusivamente economicista, baseada na lógica racional da interação entre os indivíduos que buscam atingir metas e objetivos, e em estratégias que avaliam os custos e benefícios das ações”. A teoria da mobilização de recursos parece ter pontos de contato visíveis com a linha de “economia das organizações” (e.g. BARNEY; HESTERLY, 1998), que traz para o estudo das teorias organizacionais conceitos que permitem compreender os motivos que levam à existência das firmas e o seu desempenho. O viés economicista dessa teoria leva a crer que apenas o interesse econômico pauta as ações das organizações e dos indivíduos. Assim, ações que não sejam de natureza econômica e que não se fundamentem no pensamento utilitário são estranhas a essa área. Nesta perspectiva, fica clara a existência de um determinismo econômico-ambiental, que limitaria as margens de ação das organizações. Mas a capacidade de ação dos sujeitos se mostra também bastante limitada: as organizações das quais fazem parte são selecionadas pelo ambiente e pelo fato de os recursos serem disponíveis ou serem escassos, mas que estão sob controle das organizações⁴, deixando pouca margem de manobra para a reconfiguração das estruturas.

Assume-se aqui que, apesar de parecer adequada à realidade estadunidense tal qual ela se apresenta, essa teoria oblitera qualquer possibilidade de uma ação não egoística e que não seja voltada para fins corporativos. Entender que toda a rebelião e toda a recusa possuem o mesmo estatuto de mercadoria a ser trocada no mercado de bens simbólicos como instrumento para a pressão política (GOHN, 2006) é expressão da reificação e da mercantilização produzida pelo aprofundamento da hegemonia capitalista. É elucidativa a assertiva de Lukács que aponta:

Do mesmo modo que o sistema capitalista produz e reproduz a si mesmo econômica e incessantemente num nível mais elevado, a estrutura de reificação, no curso do desenvolvimento capitalista, penetra na consciência dos homens de maneira cada vez mais profunda, fatal e definitiva (LUKÁCS, 2003, p. 211).

A ação guiada exclusivamente pela razão subjetiva que dá ênfase ao cálculo, às probabilidades e à adequação entre meios e fins (HORKHEIMER, 2002), que costuma ser

⁴ No caso dos que estudam as aproximações das teorias sobre movimentos sociais com a teoria organizacional, podem ser movimentos ou organizações.

dominante nos estudos organizacionais, leva a uma visão de mundo enviesada pela performance. Ignora-se o reino do humano, com toda a sua complexidade e potencial de transcendência, para afirmar o império da coisificação e dos relacionamentos que visam a ganhos imediatos e individuais. A primazia da razão subjetiva possibilita que o sujeito seja reconhecido não como tal, mas, exclusivamente, como objeto das forças institucionais que aparecem como autonomizadas em relação aos próprios sujeitos, desvinculando-se assim estas de sua necessária dependência daqueles. Mannheim (1962) compreende que a razão funcional (que tem semelhanças ao que Horkheimer chama de “razão subjetiva”) pode acarretar a perda da autonomia do sujeito se ele pautar suas ações e, mesmo, seus desejos de acordo com os fins a se alcançar, se estão estes submetidos à forma social dada.

A teoria institucional busca incorporar aos estudos organizacionais funcionalistas a perspectiva da superação do conflito estrutura/agência por meio, basicamente, da capacidade de interpretação dos atores. Porém, não sem deixar de lado a existência de fatores que limitam as ações, trabalhando, portanto, no âmbito da mediação entre as estruturas sociais e o comportamento dos indivíduos ou das organizações (THÉRET, 2003). O texto de Machado da Silva, Fonseca e Crubellate (2005) está entre os que rejeitam a idéia de que o neo-institucionalismo desconsidera a ação. Entretanto, os autores parecem não perceber que a noção de ação adotada é limitada, devido às restrições institucionais. Os atores, no máximo, interpretam as instituições vigentes, estando, em certo sentido, presos a estas enquanto entidades exteriorizadas, que necessariamente seriam substituídas por outras instituições que tomariam o mesmo aspecto.

É interessante ressaltar que se percebe uma diferença entre o homem concebido enquanto sujeito e condutor de sua vida, agindo individualmente ou em coletividade, e o ator social, que é considerado apenas como fim para a realização de determinados intentos, escamoteando sua condição de ser humano, suas potencialidades e fraquezas, ou subsumindo as estruturas. Entende-se que é importante enfatizar essa distinção para evitar a colonização de teorias libertadoras, o humanismo verdadeiro, por falsos humanismos, apenas aparentemente ocupados da realização do sujeito.

O conceito de ator social remete à idéia de alguém que representa um papel que, no entanto, não foi concebido por ele. O ator pode até fazer improvisações, mas deve seguir um roteiro dado, cabendo a ele interpretar, e não construir. O ator, como apontam Silva e Vergara (2003), pode exercer um papel sem, no entanto, constituir-se enquanto sujeito.

O ator pode ser considerado também sob uma ótica narcisista de alguém que age para ser visto. Já o sujeito é alguém que age apenas de acordo com sua lógica interna (SILVA; VERGARA, 2003). Considera-se que o ser humano é, enquanto sujeito, aquele que age segundo *script* elaborado por ele e com grande grau de liberdade para improvisar a cada momento. Esta visão não é compartilhada pelos estrutural-funcionalistas, que colocam grande ênfase no poder de coação das estruturas sobre o agir do indivíduo.

Considerar o ser humano como mero cumpridor de papéis não só abre espaço para a primazia das estruturas sobre a capacidade de ação dos sujeitos, limitando a sua liberdade, como possibilita uma visão descentrada do sujeito, que, exercendo múltiplos papéis, seria portador potencial de múltiplas individualidades e subjetividades. Essa concepção de sujeito “descentrado” é apontada aqui, mas não se compartilha dela, pois se acredita que os diversos “papéis” convergem para um sujeito constituído historicamente, que não se torna, pois, uma tabula rasa a cada nova “dramatização” que desempenha.

É a partir dessa concepção de sujeito, como indivíduo capaz de identificar as estruturas nas quais se insere e de agir autonomamente, que se propõe uma aproximação dos estudiosos da teoria das organizações dos movimentos sociais, pois acredita-se que esta não pode ser feita a partir de perspectivas que ignorem ou façam desaparecer o sujeito. Do mesmo modo que Misockzy, Flores e Silva (2008, p. 2), defende-se que “os movimentos sociais desenvolvem processos, organizam, deliberam e produzem territórios das mais diversas formas – e, até mesmo, constroem estruturas –, não há como negar que se constituem em práticas de organização social”. Isso legitima o estudo dos movimentos sociais no campo dos estudos organizacionais, pois, ao limitar-se às organizações produtivas, os teóricos organizacionais críticos perdem a oportunidade de refletir sobre um objeto mais receptivo às suas teorias e de experimentar novas formas de organização. Ou seja, eleger os movimentos sociais como objeto de estudo poderia dar vazão a este anseio de alguns teóricos de construir uma teoria que, além de vincular-se tenazmente à prática, possa contribuir para estender as possibilidades de favorecer transformações e compreender mudanças observáveis no ordenamento social.

É relevante que, depois de passarem por toda a aridez da teoria dos movimentos sociais em sua vertente mais instrumental (que, por sinal, é a que se relaciona, atualmente, de maneira mais intensa, com a teoria das organizações), a norte-americana, Misockzy, Flores e Goulart (2008) tenham afirmado que:

[...] o retorno à origem da literatura nos alertou para o fato de que a tentativa de unir a teoria organizacional dominante à dos movimentos sociais, apenas contribuiu para a reprodução do sistema contrariando a lógica desses movimentos. Seja aplicando a nossa teoria ao fenômeno dos MSs [movimentos sociais], seja abstraído deste fenômeno novas teorias à luz da luz do referencial organizacional dominante, estaremos sempre trabalhando para manter e reproduzir a ordem vigente (2008, p. 12).

Por concordar em absoluto com a observação dos autores é que afirma-se aqui a intenção de apresentar o “objeto” movimento social a partir da sua lógica imanente, tentando trazer contribuições advindas, principalmente, da matriz de pensamento gramsciana, para que ele seja tomado como objeto de análise *per si* ou, no máximo, pelas potencialidades que traz para a transformação da sociedade, e não por fornecer saber instrumental que permita ampliar a dominação e a exploração presentes na sociedade. Neste sentido, deve-se salientar que os adeptos do neo-institucionalismo parecem ser os maiores entusiastas desta aproximação entre movimentos sociais e as organizações. Sendo esta corrente teórica alinhada ao pensamento parsoniano (MISOCKZY, 2005), crê-se que as críticas feitas por Mészáros (2008) àquele sociólogo, que ressaltam principalmente a vinculação ideológica daquele teórico ao *status quo*, deixam claro o porquê de existir uma discordância fundamental dos rumos que a referida aproximação entre movimentos sociais e organizações vem tomando.

McAdam e Scott (2002) sugerem como convenção analítica para a análise tanto das organizações produtivas como dos movimentos sociais os seguintes marcos analíticos:

- a) A demarcação de um campo como unidade de análise fundamental - ou seja, a definição do objeto de análise a partir da constituição de um agrupamento de organizações que tenham características semelhantes.
- b) Que esse campo tenha sua composição definida a partir de três tipos de atores, a saber: os dominantes, que têm maior acesso aos recursos disponíveis e a sua forma de utilização; os desafiantes, que intentam se apropriar de mais recursos ou fazer seus interesses preponderar sobre os dos primeiros; e as unidades de governança, que regeriam o ordenamento de normas nas quais os dois primeiros se inserem.
- c) Que se considere o campo como inserido num ambiente com atores externos e que, sendo assim, ele *pode* ser influenciado por fatores que lhes são exteriores.
- d) Que os atores sociais sejam considerados como orientados e constituídos com óticas já instituídas.

McAdam e Scott deixam de lado a constituição histórica do dito “campo”, já que as posições estabelecidas em seu próprio critério não são ocupadas por um ato de vontade transcendente, isto é, não ocorrem sem luta. Também não esclarecem que, em última análise, esta demarcação será sempre arbitrária e que seria fundamental estabelecer uma relação dialética entre o ambiente e o espaço delimitado. Além disso, uma vez que o critério é posicional, um “ator”, ao ver-se inserido dentro ou fora de qualquer espaço, estará submetido à relatividade do local que ocupa, sendo que o “palco” e a posição dos “atores” são considerados pré-existentes, por McAdam e Scott. Os sujeitos, em verdade, são dialogicamente estabelecidos, não sendo necessário fixar um posicionamento total que os determine completamente como “dominantes” ou “dominados”. Ou seja: o posicionamento que as pessoas adotam perante as mais variadas questões não é fruto apenas de uma lógica binária (concordo/discordo, sim/não, etc.), mas é repleta de interpenetrações, apropriações e re-significações. O dito “ator” não precisa ser completamente contrário ou favorável a idéias “dominantes”, havendo, por exemplo, sempre espaço para a subversão de lógicas ou para a apropriação de discursos, mesmo que seja por meio de seu reposicionamento no interior de um “campo” (essa ficção teórica que tenta segmentar por força de vontade a totalidade na qual os sujeitos se inserem).

Gohn, ao analisar a definição de litígios políticos (*contentions politics*) proposta por McAdam, Tarrow e Tilly (1996) que é, em geral, compartilhada pelos autores que buscam a articulação movimentos sociais com as organizações, afirma que a proposição dos autores (que está em estreita concordância com as sete convenções analíticas propostas por McAdam e Scott, 2002; 2005) é problemática, por excluir a possibilidade de movimentações “entre os que têm ou detêm o poder e os analisam [aos movimentos sociais] segundo a perspectiva dos que estão no poder, segundo a ótica de quem é demandado ou atacado pelos movimentos, e não considera a ótica dos movimentos em si” (2006, p. 244). A autora critica ainda a imputação aos movimentos de características gerais que permeariam quaisquer de suas manifestações, como a relação dominação-subordinação. Gohn defende que os movimentos sociais se constituem na contracorrente dessas relações. Deve-se notar que a relação de dominação-subordinação não é estática, e sim dinâmica e dialética, podendo ser encontrada em praticamente todas as relações sociais, atentando-se assim para a existência destas mesmo dentro de um grupo que foi definido como dominante, ou como dominado.

Neste sentido, é possível observar, a exemplo do que mostra Mészáros (2008; 2004), que a ideologia que permeia o trabalho dessa corrente estadunidense de análise de movimentos e

organizações – por exemplo, McAdam e Scott (2002), Morrill, Zald e Rao (2003), Taylor (1989), Vogus e Davis (2002), além de Davis *et al.* (2005) – parte do ponto de vista do capital, e assim mascara a permanente tensão inerente a este sistema por meio de uma visão que “acredita que campos tendem à estabilidade” (McADAM e SCOTT, 2002, p. 19, tradução livre). Mesmo com a ressalva de que não retomam o equilíbrio social da análise estrutural funcionalista tradicional, mas sustentam um arranjo institucional como “um acordo negociado primeiramente pelos esforços dos [atores] dominantes do campo (e seus aliados externos e internos para preservar um *status quo* que de maneira geral serve aos seus interesses)” (p. 19, tradução livre). Os autores definem a sociedade como tendendo à estabilidade, com uma concepção muito aproximada à organicista-funcional, mas buscam se livrar das críticas já consolidadas em relação a essa concepção da sociedade.

Argumentam os autores que a maior parte dos períodos de transformações e disputas significantes (definidas assim do ponto de vista dos que são reconhecidos como os dominantes do campo) se inicia com eventos e processos desestabilizadores que freqüentemente têm origem fora do campo, dando início a um processo reativo, que vai se constituir de acordo com a análise racionalmente orientada para a avaliação das oportunidades e ameaças percebidas pelos “atores” daquele campo, que engendrariam, a partir disso, uma nova interpretação do ambiente em que se inserem. Essa interpretação se tornaria hegemônica se os atores que a sustentam pudessem manter uma posição de dominação em face dos outros que existam naquele campo. Relegam, assim, ao segundo plano as disputas constantes ocorridas na sociedade que não podem ser delimitadas por simples ato de vontade e que mesmo que o fossem, não eliminariam interações no tal campo. Ao fazê-lo, alinham-se à idéia de que a “harmonia” é quase uma “lei natural” na sociedade.

Acrescenta-se que a visão daqueles que questionam o *status quo* não precisa ser necessariamente nova, como postulam McAdam e Scott, podendo ser uma concepção que é fortalecida já algum tempo no interior da sociedade ou definir-se por uma apropriação e re-significação de discursos já presentes na sociedade. As alterações percebidas por analistas podem ser fruto de interações dos dominados entre si, ou do enfraquecimento dos dominantes por cisões internas, ou por desviarem parte de suas energias para outro “campo”, já que se entende que um dado ator não participa necessariamente de um “campo” apenas.

No funcionalismo, corrente à qual este pensamento se liga, pode ser verificada a hegemonia da razão subjetiva (ou funcional) voltada para fins em detrimento da razão objetiva

(HORKHEIMER, 2002), ou substancial (Mannheim, 1962), que leva em conta juízos de valor. As organizações são tidas como entidades reificadas e vistas não como fruto de interações sociais, mas como instituição dada e perene, além de, muitas vezes, não serem analisadas em seu contexto sócioistórico específico.

As pessoas, em geral, aparecem nesta corrente de pensamento como meros instrumentos para a realização de determinados fins técnicos e econômicos, servindo aos interesses do sistema produtivo, com o que concordam Rozenbaum e Leitão (2006). Além disso, são consideradas como obstáculos para que se concretizem os fins aos quais as organizações desejam conduzir e devem ser modeladas para possibilitar o aumento da eficácia organizacional. A emoção, os sentimentos, a moral e tudo o mais que fuja da esfera objetiva é ignorado, tanto quanto possível, e preterido em prol da performance.

Os movimentos sociais diferem das organizações produtivas⁵, já que neles não é observada, necessariamente, a primazia da razão subjetiva sobre a objetiva. Uma vez que estes podem se organizar em torno de ideais e sem ter um fim imediato aparente, ao contrário das organizações produtivas que são regidas pelas leis capitalistas, que exigem o lucro e o conseqüente fechamento dos ciclos de reprodução ampliada do capital. Acrescente-se que os movimentos sociais não são institucionalizados à maneira das empresas, que criam regulamentos e códigos de conduta, por exemplo, para pautar o comportamento de seus funcionários. No movimento social, a liberdade de ação é tendencialmente mais ampla, enquanto que os sujeitos não são coagidos a se integrar nestas, ao passo que as pessoas se vêem premidas pela necessidade econômica a vender sua força de trabalho às organizações produtivas, não tendo muitas alternativas.

Entretanto, não se deve esperar dos movimentos sociais uma pureza que os livraria por completo da lógica que rege tanto o Estado quanto o mercado. A relação dessas três esferas é dialética, com determinações mútuas, que caracterizam a interpenetração dos discursos e práticas pelo qual cada setor tende a se orientar. Assim, ao refutar as teorias embasadas numa racionalidade humana absoluta, não se deseja pôr de lado qualquer racionalidade voltada a fins, mesmo porque como mostram Adorno e Horkheimer (1985), é desejável que haja uma

⁵ Aqui, fala-se das organizações produtivas em geral, sem entrar em considerações a respeito daquelas que compõem a chamada “economia solidária”, que, pode-se dizer, guardam mais proximidade com os movimentos sociais, dada a necessidade que existe de serem um espaço para a razão substantiva. Pensa-se que uma discussão interessante é pensar as congruências da teoria da ação comunicativa habermasiana com os movimentos sociais e as organizações da economia solidária. Supõe-se que também as empresas familiares podem se organizar em torno de objetivos outros que não o lucro em si.

integração verdadeira entre a razão subjetiva e aquela voltada para a realização dos conceitos, como a verdade e a liberdade, a razão objetiva (HORKHEIMER, 2002).

Dessa maneira, os movimentos sociais serão considerados como organizações sociais presentes na sociedade que, diferentemente das organizações produtivas, podem se orientar por um *ethos* não utilitarista, que vise ao equilíbrio entre meios e fins como forma de orientar suas ações. Claro que algo de pragmatismo é insuperável, dadas as exigências que são inerentes às ações realizadas com efetividade no plano da concretude do real. Mas como se salientou, esse aspecto nos movimentos sociais não é necessariamente preponderante. Assim, propõe-se aqui a discussão dos movimentos sociais a partir de um referencial teórico que permita extrair das análises feitas conclusões que fortaleçam a crítica social. Deve-se ter em conta que se buscou analisar os movimentos sociais a partir da área de teoria das organizações, mas que para isso é necessário buscar aportes na sociologia e na ciência política de modo a evitar a imputação da racionalidade econômica aos movimentos e a perda de elementos importantes para a compreensão destes que já foram suscitados em outros campos. Não se deseja entrar em disputa com outras áreas de saber para poder estabelecer quem pode dizer a verdade a respeito dos movimentos sociais, mas apenas subsidiar análises feitas por teóricos das organizações, de modo que o objeto seja apreendido de maneira que mais se aproxime de suas especificidades.

2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTADO E IDEOLOGIA

Historicamente o poder do Estado esteve associado, principalmente, ao exercício da força, poder negativo que se objetivava na forma da lei e dos mecanismos repressivos utilizados por este para manter a ordem, como a polícia e o exército. Associava-se o poder com o direito ao uso da violência. Em várias análises marxistas, o Estado é o local privilegiado de disputa pelo poder por sua importância como mantenedor da ordem capitalista. Nas análises que são tributárias dessa corrente teórica, segundo Gohn (2006), o Estado era objeto central de especulação dos cientistas sociais, mas passou a ser desacreditado e criticado, devido à propaganda diminuição de sua importância, para a qual contribuiu o avanço do ideal neoliberal. Isso teria levado a uma mudança no foco de análise dos cientistas sociais “para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais foram as ações sociais por excelência” (GOHN, 2006, p. 11)e, com certeza, contribuiu para um interesse renovado nas dinâmicas dos movimentos sociais e na interação destes com o macroambiente social.

Os movimentos sociais estão inseridos nas relações de poder e ideológicas de disputa pelo controle hegemônico, que se dão interna e externamente, entre seus membros e com a sociedade. Foi o Estado quem abriu espaço para o controle das massas, por meio de mecanismos mais sutis. “Se o surgimento da sociedade civil mostra o intenso trabalho educativo da classe dominante para garantir o consenso ao seu governo, ele também pode indicar formas de organização das classes subalternas para a conquista da hegemonia” (DORE, 2006, p. 338). O Estado, como aponta Gramsci (2005a, 2005b), permanece detendo o poder coercitivo, como o exército e a polícia, mas busca mascarar o seu papel como mecanismo de dominação mediante disseminação de um consenso que lhe seja favorável, por meio do que o autor chama de “aparelhos privados de hegemonia”, como as escolas e as igrejas.

É este espaço de busca pelo consenso, aberto pelos dominantes na intenção de transformar a repressão explícita em dominação consentida e que coincide com as organizações que emergem na sociedade civil, que pode ser utilizado por movimentos e organizações em busca da consolidação e defesa de suas idéias e proposições. Os movimentos sociais têm neste ambiente potencial de convencer outros interlocutores e de ampliar os espaços para a discussão de questões julgadas relevantes. Há, mesmo, uma conquista do espaço e do direito

de ser visto e reconhecido como membro da sociedade civil, que é um processo enfrentado por vários movimentos, que inicialmente têm que se qualificar como interlocutores, ao mesmo tempo em que se engajam em suas lutas.

Esse espaço de diálogo, que tem potencialidade de ser motor de profundas transformações na sociedade, nos últimos anos, passou a vincular-se a demandas por reformas no ambiente já instituído e pelo desejo de inclusão no sistema dado. Tischler (2005, p. 116) argumenta: “No plano ideológico houve um fechamento do discurso quando se identificou a derrubada do socialismo real com o fim da luta de classes⁶ e o advento do sujeito liberal como a encarnação da liberdade universal”.

Esse fechamento, que tem como uma de suas características exaltar como imperativo a inclusão na sociedade por meio do consumo de bens materiais e simbólicos em quantidades sempre crescentes, acaba por ser aceito como uma utopia realizada, não havendo questionamento sobre quem, como e o quê se consome. Há congruência deste posicionamento

[...] com os processos contínuos de reprodução socioeconômica e político-ideológica, [os quais] podem estipular a “praticabilidade” como *pré-requisito absoluto* para a avaliação da seriedade ou da inadmissibilidade categórica da crítica, bem como da legitimidade da mudança social (MÉSZÁROS, 2004, p. 233, grifos no original).

Essa exigência de “praticabilidade” dificulta a própria formação de um movimento. Pois, se quando ele age sempre deve atender à perspectiva de ganho imediato e, de preferência, que seja mensurável como tal para o indivíduo, perde-se de vista a questão tanto da coletividade quanto da ação educativa e formativa, que não traz resultados práticos do ponto de vista da técnica, por exemplo. Há, ainda, a mazela de se aceitar como solução do problema de exploração e dominação social, um mecanismo que serve como uma das bases dessa mesma dominação, uma projeção de uma sociedade justa e livre no futuro, assentada, entretanto, num modelo que torna impossível tais realizações. Existe uma busca por tornar dóceis os ânimos por meio de apetites que não alterem o *status quo* por aqueles que se interessam pela apatia social, aqueles que sentem-se confortáveis com o ordenamento existente.

Com a arrogada inexistência de outras possibilidades de organização do mundo veiculada pela ideologia neoliberal, ou impulsionadas por esta, as lutas dos movimentos sociais passam a ser identificadas com a promoção de interesses particulares, no atual ordenamento social, atuando

⁶ Pensa-se que a questão relacionada à classe requer que se discutam em profundidade os vários marxismos e o próprio Marx, o que fugiria do escopo deste trabalho, que, no entanto, compartilha da visão de que as classes de fato existem e mantêm, se não todo, pelo menos boa parte de seu poder explicativo.

por meio de discursos institucionalizados. As exigências por transformações universais não mais teriam lugar no ambiente político contemporâneo, com o que concordam os autores que se vinculam ao pós-modernismo, ficando as lutas restritas em torno da ampliação ou da permanência de direitos já reconhecidos como válidos. Este mote pode acabar por enfraquecer as demandas por mudanças reais na sociedade e retrata os movimentos unicamente como afirmativos de identidade e que demandam espaço na ordem estabelecida. Isso deixa de lado o fato de que as identidades só podem ser forjadas em relação a um determinado ordenamento da realidade, que por sua vez, nos remete à forma como estão organizadas as relações sociais na sociedade presente. Como aponta Doimo:

Forjada a partir do princípio da diversidade cultural e não a partir do pressuposto das contradições fundamentais da sociedade capitalista, a noção de identidade estabeleceu-se livre de qualquer significado substantivo apriorístico. Por isso mesmo, ela pode ser muito útil para a análise das relações que opõem entre si diferentes grupos ou facções no plano intraclases, porém não é nada adequada para se pensar grandes embates entre categorias genéricas, ou classes, por meio das quais se imagina esta ou aquela consciência em luta contra a alienação (1995, p. 44).

De outro lado, o neoliberalismo (que tem clara relação com a organização social dos meios de produção e com as políticas que regem as relações sociais), vai de encontro aos direitos sociais conquistados e põe em questão diversas conquistas obtidas pela sociedade ao longo do tempo. Como aponta Gohn (2005b), o Estado assume de maneira crescente o papel de gestor e repassador de recursos, o que leva à privatização de serviços essenciais e à adequação do atendimento segundo a lógica de mercado, redundando na construção de uma nova modalidade de cidadania, adquirida via mercado, na qual o cidadão torna-se cliente, e não mais detentor de direitos. É sob essa égide, por exemplo, que há uma crescente mercantilização no ensino superior e o deslocamento da responsabilidade da formação do Estado para o mercado. Daí que os interesses também se movam em direção à busca pela performance e por formação de mão-de-obra qualificada, ao invés de voltar-se para a construção de cidadãos e do pensamento que mire problemas sociais.

Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que a realidade tornou-se, ela própria, a ideologia, e por isso deve ser o novo alvo da crítica. Ou seja, a utopia da razão subjetiva se concretizou, afetando todos os espaços da vida. A razão iluminista foi transformada. Ao tornar-se unicamente em razão subjetiva, perdeu seu potencial de emancipação real do homem. Emancipação que deve ser próativa, construída na prática cotidiana, nos relacionamentos levados a cabo diariamente, e objetivar a autonomia dos sujeitos (GOHN, 2005b). Nem a ditadura dos militares, nem a ditadura do capital aceitam a existência do sujeito autônomo que

atenda apenas a seus reais anseios e reflita sobre as imposições que lhe são externas.⁷ Como aponta Mészáros (2002; 2006), mesmo o capitalista não atua de maneira livre, como sujeito que se autodetermina, pois ele deve responder às imposições do capital, em seu âmbito de atuação.

No contexto atual do sistema capitalista, a forma presente da realidade social é vista como a única possível. Apesar de todos os avanços tecnológicos, o mal estar que sempre acompanhou o homem em sua vida comunitária, como constatou Freud (1977), com o que corrobora Marcuse (1978a), permanece fazendo-se perceber. O homem teria, nos princípios da civilização, trocado parte de sua liberdade por um pouco de segurança. Ainda hoje esta equação perdura, impedindo a plena satisfação das pulsões. Isso se dá, embora as possibilidades concretas de supressão da repressão estejam presentes na realidade. Essa utopia realista (por ser realizável na atualidade) é “a mais concreta de todas as possibilidades históricas e, ao mesmo tempo, a mais racionalmente, a mais eficazmente reprimida” (MARCUSE, 1978a, p. 16). Em parte, essa negação se dá porque a capacidade do sistema de produzir e entregar produtos acaba por fazer parte do sistema psíquico dos sujeitos, como possibilidade de satisfação de desejos. As restrições da vida cotidiana se tornam o preço a se pagar para que estes possam se realizar um dia, mesmo que num futuro indefinido, e mesmo que alguns possam ter sonhos materiais muito mais dispendiosos do que outros, enquanto outros devem se contentar com horizontes bem restritos.

Homens e mulheres se encontram num ambiente que rege cada instante e demanda de todas as ações uma mediação racionalizada por meio do cálculo dos fins que serão obtidos com cada ação tomada. Para Horkheimer (2002, p. 155), deve-se ressaltar, em relação ao ideal de produtividade, que “a significação econômica de hoje é medida em termos de utilidade em relação à estrutura de poder, não em relação à necessidade de todos”. Neste sentido, o cálculo subjetivo dos indivíduos, que não deixa de estar permeado pela ideologia predominante na sociedade, acaba por reproduzir necessidades que, para além de serem intrínsecas a esses, atendem às demandas que surgem a partir dos poderes hegemônicos. Não é apenas a satisfação do desejo que conta, mas a satisfação que traga retorno e que é, assim, desviada de seu objetivo final, reprimida para se tornar útil. Não o homem enquanto coletividade, mas o contentamento do indivíduo singular, que pode assim agir de maneira egoísta.

⁷ Entende-se que o sujeito autônomo é construído a partir da autocompreensão de si enquanto representante genérico do ser humano, inserido numa coletividade. Nas palavras de Gramsci (2006c, p. 51): “A ‘natureza’ do homem é o conjunto das relações sociais, que determina uma consciência historicamente definida”.

A ideologia neoliberal que veicula o discurso único, o fim das alternativas, exerce pressão sobre a sociedade, apontando para a necessidade de esta adaptar-se aos seus preceitos, ao mesmo tempo em que, em contato com a realidade, ela se altera também para se tornar mais racionalizável. Os direitos sociais, neste cenário, passam a ser vistos como serviços, ignorando-se toda a trajetória de lutas que levou à institucionalização daqueles direitos e excluindo o Estado da responsabilidade que tem sobre a satisfação destes. Também a educação deixa de ser vista como direito e como parte de uma experiência que forma para vida, e não apenas para o desempenho de determinada função, atendendo assim à dinâmica do capital. Como bem aponta Tragtenberg (2004, p. 77): “A educação, como a religião e o direito, não tem uma história a parte; constitui-se em parte integrante do todo social, captada por suas determinações econômico-sociais”. A escola não está de maneira nenhuma livre dos sujeitos que constituem sua consciência à moda das camadas intermediárias da sociedade das quais fala Lukács (2003, p. 544) que “estão sempre representando interesses de classe exclusivamente particulares que nem aparentemente chegam a constituir objetivos de toda sociedade”, sendo ao contrário, constituída, em sua maioria, por sujeitos pertencentes à pequena burguesia, em ascensão ou não.

Gramsci (2005b), contudo, aponta um ponto interessante quando se trata do individualismo das pessoas: que esse pode ser um primeiro passo para o reconhecimento desse indivíduo enquanto sujeito, de ele perceber suas próprias aspirações e desejos, abrindo, assim, espaço para a construção de uma personalidade mais forte, que não aceitaria passivamente quaisquer imposições exteriores. A afirmação do autor permanece extremamente atual, ao atestar: “Luta contra o individualismo é luta contra um determinado individualismo, com um determinado conteúdo social, e precisamente contra o individualismo econômico num período que ele se tornou anacrônico e anti-histórico” (2005b, p. 289). Entende-se que ele tornou-se retrógrado, por permanecer assentado na perseguição de metas individuais, numa sociedade que conta com os meios para suprir as necessidades da coletividade. O individualismo cumpriu suas funções e já poderia ser superado.

A ideologia neoliberal, que é em parte materializada no individualismo que Scherer-Warren classificou precisamente como “atomismo-social” (1993), situação na qual o sujeito faz parte de uma massa indiferenciada e, ao mesmo tempo, está sozinho, tornou-se detentora de hegemonia quase incontestável. O fim das ideologias, apesar de ser, em si, uma ideologia (cf. MÉSZÁROS, 2008; 2004), ganhou força com a demonstração da impossibilidade de se organizar a sociedade com base em uma lógica não capitalista. Este discurso ideológico, que

se deseja como representação perfeita da realidade, propaga o fim de outras ideologias e visa ao aniquilamento de qualquer outra possibilidade de se pensar o mundo. A caricatura da realidade esboçada nos discursos pode adquirir força a ponto de se tornar mais real que o próprio objeto de representação. Essa consciência falsa do que é o real se dissemina por todo o tecido social e visa obliterar a existência de um sujeito autônomo capaz de construir o seu próprio mundo. Ao assumir a neutralidade diante dos fatos, ao aceitar como verdade apenas o saber construído sobre os moldes do que o pensamento dominante define como “científico” e ao taxar outros registros teóricos de ideologia ou de metafísica anacrônicas, a própria ciência social se mostra contaminada.

Os movimentos sociais são, muitas vezes, os portadores do discurso que contesta essa realidade falsa construída com base em um viés ideológico, apesar de eles serem também portadores de suas próprias ideologias e de ser um *locus* possível para o reconhecimento do sujeito enquanto motor da história. As organizações sociais de luta pela terra, pela moradia e pelos direitos das mulheres, dos homossexuais, enfim, daqueles que são, em alguma escala, marginalizados, podem funcionar como arautos das mazelas da sociedade de classes neoliberal. Mas não apenas estes movimentos, pois acredita-se que os estudantes podem também superar suas determinações de classe para dedicar-se ao questionamento do modelo hegemônico que os “condenou” a uma posição privilegiada em contraste com outros sujeitos relegados a espaços menos nobres. Nenhum destes, entretanto, está livre da influência que exerce a ideologia hegemônica, muitas vezes, revelando um desejo de serem incluídos na dinâmica do sistema, ao invés de questioná-lo, ou então adotando como um *a priori* a impossibilidade de uma transformação mais substancial no ordenamento social.

Apesar de o discurso ideológico desejar-se como reflexo perfeito da realidade e de esta cada vez mais assimilar-se à ideologia isto não significa, entretanto, o fim da ideologia, mas sua intensificação, que, na acepção de Marcuse (2002), acaba por produzir a si própria, com o que parecem concordar Adorno e Horkheimer (1985). Marcuse (2002), num sentido semelhante com o que toma Horkheimer (2002), explana sobre a existência de um fechamento do universo discursivo, que se dá uma vez que os critérios para se julgar o estado dado das coisas é o próprio sistema social estabelecido, que, nesse sentido, passa a ser auto-referente. Guiado pelo sentido de operacionalidade, inerente ao pensamento positivista, que caracteriza o paradigma dominante, as considerações que poderiam ser consideradas vagas e imprecisas, e que continham em si um potencial de crítica, por remeterem às condições do que é universal, passam a ser reformuladas para se referir apenas a casos e realidades específicas. Dessa

maneira, o pensamento é alijado de sua capacidade crítica, de maneira quase impercebível, devido à ideologia arraigada na realidade presente. Este discurso, que interfere na forma do homem pensar, ver e agir sobre o mundo, é, pois, ideológico. Nesse sentido, a ideologia se apresenta como discurso e, principalmente como função do ato de tomar, ou não, contato com algum dado discurso, por meio até mesmo, da prática cotidiana do ato de tomar conhecimento de algo – no caso, da prática científica impregnada pelo ideário positivista de neutralidade, por exemplo.

Por sua vez, Gramsci constrói sua análise sobre o modo como as ideologias se disseminam pela sociedade, permitindo a dominação existente, a partir do que ele chama de aparelhos de hegemonia que são definidos por Buci-Glucksmann (1980, p. 70) como: “Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os ‘intelectuais’) [...]”. Sendo elas mesmas aparelhos de hegemonia, as ideologias têm papel importante na teoria de Gramsci, que explica:

Rompendo resolutamente com uma concepção de ideologia como ideologia-ilusão ou como simples sistema de idéias, [...] estende a análise dos aspectos mais conscientes das ideologias a seus aspectos inconscientes, implícitos, materializados nas práticas, [n]as normas culturais aceitas ou impostas (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 83-84).

Ressalta-se, ao abordar, de passagem, a questão da ideologia para estes autores, importantes na constituição deste texto, tanto explícita quanto implicitamente, que em Gramsci a questão da disputa e da não-homogeneidade em torno da aceitação de uma dada ideologia é mais clara do que nos membros da Escola de Frankfurt. O autor italiano, entende-se, abre mais espaço para disputas ideológicas na sociedade, e assim permite que se compreenda melhor as batalhas em torno das hegemonias. As ideologias são auto-engendradas, no sentido frankfurtiano, porque profundamente disseminadas pelo conjunto dos aparelhos de hegemonia existentes na sociedade. Mas isso não elimina a possibilidade de disputa em torno desses aparelhos. Coutinho (2007, p. 112) aponta que “a ideologia – enquanto concepção do mundo articulada com uma ética correspondente – é algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens”. Ou seja, a ideologia não se resume apenas a um momento gnosiológico, como parece entender, por exemplo, Chauí (2002), mas afeta a prática do ser no mundo, e deste modo influencia também a prática das organizações sociais.

Entretanto, Wood (2005) ressalta que o avanço da ideologia neoliberal tem um viés dúplice. Ao mesmo tempo em que o Estado passa a se retirar de alguns setores da economia, a atuação

do capital passa a depender cada vez mais da regulação estatal. A autora argumenta que as lutas sociais devem direcionar suas reivindicações ao Estado-Nação, pois sua falta de importância não passaria também de outro argumento ideológico, sendo este necessário à manutenção da ordem vigente. Entende-se, porém, que a centralidade do Estado aparece aqui como um problema teórico-prático. Não apenas o Estado deve reconhecer e ser o alvo de reivindicações dos movimentos sociais, mas, num escopo menor, as próprias práticas cotidianas dos seus membros e do corpo social do qual fazem parte devem refletir esses pleitos. Se as demandas não possuem o mínimo de reverberação na sociedade e não se refletem nas práticas do próprio movimento, dificilmente poderão ter força para modificar realmente as relações sociais.

É importante ter em conta, como aponta Gramsci (2005b), que não é apenas o fator quantitativo que conta nesta questão. O fator qualitativo também é altamente relevante, uma vez que, como o autor observa, uma idéia não é elaborada *ex nihilo*; ela é enfeixada por alguns grupos que atuam também na sua disseminação. Dessa maneira, não se pode perder de vista que os homens quando se organizam têm maiores possibilidades de conseguir visibilidade para elementos do pensamento comum que permeia aquele grupo. Além disso, desde que organizadas, as pessoas podem agir sobre a sociedade com maior efetividade, e talvez seja isso que tenha provocado a ascensão do chamado “Terceiro Setor” e das ONGs, que, no entanto não substituem e nem podem, por terem características diferenciadas, os movimentos sociais.

3 - SOCIEDADE CIVIL: TERCEIRO SETOR E MOVIMENTOS SOCIAIS

As ONGs e os movimentos sociais são representantes de organizações que existem na sociedade civil, sem, entretanto, esgotarem os formatos possíveis para organizações no interior dessa esfera da vida humana. A sociedade civil é um ambiente que pode dar origem a mudanças sociais profundas, bem como a sociedade política (o Estado e o governo). Nenhum desses termos – *sociedade civil e sociedade política* – pode ser descolado da organização do sistema produtiva, que por meio de inovações na técnica ou no modo de circulação de mercadorias e capitais, influencia àqueles. Deve-se deixar claro que não há, necessariamente, uma relação de opostos entre ambos, mas uma relação dialógica, na qual há luta, mas também cooperação para a consecução de transformações na sociedade em geral, sendo o posicionamento dos atores e dos sujeitos, principalmente, relacionado à conjuntura (cf. SADER, 1988; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006). Na leitura gramsciana de Semeraro (1999, p. 70) “a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas chegam a formar as variáveis das identidades coletivas”.

Scherer-Warren (2006) lembra que atualmente o termo *sociedade civil* é utilizado numa divisão tripartite, que inclui ainda Estado e Mercado. Salienta, ainda, que é inadequada a identificação da sociedade civil com o Terceiro Setor.

O termo “terceiro setor” tem sido empregado também para denominar as organizações formais sem fins lucrativos e não-governamentais, com interesse público. A sociedade civil inclui esse setor, mas também se refere à participação cidadã num sentido mais amplo. Pode-se, portanto, concluir que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110).

Cabe salientar que essa “**sociedade civil** é a da ordem do capital, em que, claro, as lutas de classes se fazem presentes, e, por isto mesmo, não é um setor à parte, eivado da negação da lucratividade (ou seja, da dinâmica de valorização do capital e dos processos de sua legitimação)” (GRACIOLLI, 2005, p. 3, grifos no original). Assim, os três setores sempre se influenciam mutuamente, não havendo cisão entre as práticas observadas em um e em outro, mas principalmente complementaridade e adaptação em busca da detenção da hegemonia sobre a sociedade.

Evidenciam-se, ainda, as diferenças entre os movimentos sociais e as ONGs, uma vez que, apesar de a trajetória de ambos estar, em certa medida, imbricada e articulada, existe uma separação nítida entre ambos. Gohn (2005b) afirma que ocorreu ao longo do tempo uma mudança no papel desempenhado pelas ONGs na sociedade. Nas décadas de 1970 e 1980:

[...] as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares [...]. se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudavam a própria organizações a se estruturar, e muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos organizados. As ONGs eram suportes para a ação dos movimentos. Eram ONGs cidadãs, movimentalistas (GOHN, 2005b, p. 89).

Ou seja, havia constantemente sobreposição entre a atuação das ONGs e a dos movimentos sociais, sem que houvesse necessariamente a unificação destes, com a característica de que essas organizações movimentalistas têm “perfil ideológico e projeto político definidos” (GOHN, 2005b, p. 89) e atuavam, muitas vezes, em função da organização dos movimentos sociais. A autora resume que nos anos de 1960 o que movia os movimentos sociais e os atores da sociedade civil eram os sonhos e utopias; nos anos de 1970 lutas e resistências, buscando resgatar direitos cassados pela ditadura; nos anos de 1980 negociações e alianças que visavam retomar o rumo das idéias que permeavam o tecido social antes da ditadura, quais sejam, os sonhos de uma sociedade “nova” e “livre”, que, no entanto, não foram alcançados; por fim, dos anos de 1990 para cá, houve maior perda de visibilidade dos movimentos sociais e um movimento de ocupação de cargos públicos e de institucionalização dos membros dos movimentos, que forçaram-nos a rever suas práticas e suas posturas, além de haver um abarcamento de novas pautas nas discussões, como as questões de gênero e de sexualidade (2005a).

A partir dos anos de 1990 muitas das ONGs que exerciam em relação aos movimentos, principalmente, funções de assessoria passam a assumir maior protagonismo na sociedade civil, funcionando como interlocutores institucionalizados tanto para a execução de políticas públicas como para o recebimento de financiamentos de diversas fontes, sejam elas estatais, privadas, de membros ou, mesmo, de outras ONGs (GOHN, 2005b). Essa mudança no modo de operar das ONGs, que deixaram de lado suas características movimentalistas, pôde ser observada principalmente naquelas que atuavam em causas identitárias, como gênero, sexualidade e orientação sexual (PINTO, 2006).

Os movimentos sociais e as ONGs movimentalistas tiveram de rever suas práticas, em parte, por atuar num ambiente que passa a ser ocupado por diversas entidades autodenominadas como pertencentes ao “Terceiro Setor”, caracterizadas por serem pouco políticas e mais pragmáticas. Buey (2002) aponta que um traço característico da evolução dos movimentos sociais na década de 1990 é um certo distanciamento de ideologias, numa tendência a uma espécie de realismo. É, em certa medida, um traço da desmobilização que sofrem ao se institucionalizarem e passarem a ter de adotar posturas pragmáticas em face de outros organismos, sejam eles estatais ou componentes da sociedade civil, havendo que se considerar que a institucionalização é indício de menor agudez num conflito.

Note-se que, dadas as mudanças conjunturais na questão do financiamento de que depende o Terceiro Setor como um todo, ambos os tipos de ONGs, passam a se parecer bastante, apesar de terem projetos bem distintos, já que as movimentalistas se pautam pela busca de mudanças sociais e pela luta por direitos, enquanto as (outras) entidades do Terceiro Setor, divisão feita pela própria Gohn, atuam pautadas por uma espécie de humanismo liberal (GOHN, 2005b).

Seguindo as idéias de Pinto (2006), essas formas de organização (movimentos e ONGs) não constituem momentos diferentes num *continuum*, mas ocupam espaços que podem, ou não, se encontrar, a depender das dinâmicas sociais. Entretanto, parece que atualmente elas passaram a se sobrepor menos do que no passado, apesar de, segundo Sockzecz (2002), ambos os tipos organizativos terem saído de uma postura de enfrentamento do estado nas décadas de 1970 e 1980 para o alinhamento a partir dos anos 1990. Essa constatação, todavia, não pode ser generalizada, por incorrer no risco de perder de vista a figura da heterogeneidade existente na sociedade civil. De outro lado, há casos, como o da União Nacional dos Estudantes (UNE), que deixam entrever, como aponta Buey (2002), que o movimento social não se posiciona necessariamente contra o Estado como tal, pois pode se posicionar apenas contra determinado governo, enquanto se posta a favor de outro. Tudo indica que a UNE esmoreceu suas críticas ao governo central depois que um consórcio de partidos situados mais à esquerda do espectro político foi alçado ao poder em 2002, tendência, aliás, observada em outras organizações da sociedade civil, podendo ser decorrência de alinhamentos de novas políticas adotadas.

Este fato pode ser explicado, pelo parcialmente, pelo que observou Dagnino (2004, p. 141): nos anos de 1990 houve um trânsito da sociedade civil para o Estado e, em conseqüência, “o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma aposta na possibilidade da sua

ação conjunta para o aprofundamento democrático”. Mesmo assim, ainda existem movimentos inspirados no chamado “socialismo real”, que se postam contra o próprio Estado, afirmando a necessidade de sua superação (ou supressão) para que seja possível eliminar as desigualdades da sociedade.

Dagnino (2004) defende que existe uma “confluência perversa” entre dois projetos políticos gerais existentes na sociedade brasileira. Para a autora, tanto aquele que propõe o alargamento da democracia, com a ampliação da inserção da sociedade civil na política, numa relação dialógica, quanto o outro que prevê a transferência de responsabilidades do Estado para aquela caracterizam-se pelo fato de que, “apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (DAGNINO, 2004, p. 142). A autora entende que as ONGs são o campo “exemplar” dessa confluência perversa, por se verem, muitas vezes, presas a um projeto político e tendo de atuar sob a lógica de um outro, que se pauta pelas ações fragmentadas, pontuais e com pouca reverberação no futuro, com o que concorda Gohn (2005b). Esse tipo de organização pode facilmente ser criada sem que existam vínculos reais com demandas e grupos organizados da sociedade civil. Podem ser um instrumento para fazer ouvir demandas de determinados sujeitos sem lhes dar voz.

Para aprofundar a análise de organizações ligadas mais organicamente aos interesses sociais e que não sejam apenas porta-vozes auto-outorgados de interesses que estariam difusos na sociedade, como por vezes acontece às ONGs, mas por meio do próprio movimento dos sujeitos na sociedade, é importante a ampliação do entendimento a respeito dos movimentos sociais, sendo eles compreendidos como organizações sociais. Gohn aponta que

[...] os movimentos não surgem espontaneamente. O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus problemas cotidianos. Eles não existem *a priori*, tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história. Organização e consciência serão fatores decisivos para explicar o seu desenrolar (2006, p. 174).

Assim, entende-se que diferente das ONGs, que não deixam de ser um objeto interessante, os movimentos não podem existir se não estiverem fincados em algum tipo de organização social formado por indivíduos em grupo, sujeitos. Isso, entretanto, não exclui as possibilidades de, por exemplo, manipulação e corporativismo nos rumos de um movimento. Ressalta-se que a necessidade de fazer-se existir permanentemente é componente desse tipo de organização social. Como afirma Semeraro (1999, p. 66) “enquanto, de um lado, se multiplicam e se sofisticam os instrumentos de manipulação, de outro, a criatividade popular renasce

obstinadamente, manifestando cada vez mais a sua vontade de escrever a história com as próprias mãos”, assumindo para isso formas diversas de se organizar para fazer-se ouvir.

Cabe lembrar também que não apenas a sociedade política e as relações de produção são responsáveis pela construção da história da sociedade. Os grupos sociais marginalizados, que muitas vezes, não são lembrados, conforme aponta Gohn (2003), também têm importante papel nesta e nas conquistas relativas à cidadania, sejam como vitórias imediatas ou na condição de desencadeadores da conquista de direitos. Os indivíduos que conseguem observar criticamente o ambiente no qual se insere torna-se sujeito detentor de saberes e da capacidade de ação, e capaz de participar ativamente da construção da história. Konder (2002, s.p.) explica: “O sujeito humano existe intervindo no mundo, sendo constituído pelo movimento da história e, simultaneamente, constituindo esse movimento”. Nesse sentido, os movimentos sociais podem ser entendidos como sendo aquelas ações coletivas levadas a cabo pelos sujeitos, ou atores sociais⁸, que visam à produção da realidade social ou a sua transformação (SCHERER-WARREN, 1993).

Devem ser deixadas de lado as interpretações mecanicistas que por muito tempo influenciaram as concepções e as práticas dos movimentos sociais para assumir uma postura que tem como *a priori* a capacidade do homem de influir na história. Nesse sentido Gramsci tem importante papel, pois afirma Gohn (2006, p. 188) que ele “fez a ponte possível para a compreensão da realidade: a articulação entre as análises estruturais e as conjunturais. Ele resgatou a política e as conjunturas específicas, abrindo caminhos para se fugir de olhares mecanicistas e deterministas da história”. Ao tomar a *práxis* “uma ação que tem seu fim em si” (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2007, p. 28), como o critério para se estabelecer a existência social, atende-se também à afirmação de Caria (1999) que defende que um movimento social deve visar à transformação da sociedade e se inserir no tempo para que possa ser considerado como tal. Faz-se a ressalva de que o que o autor chama de “forma coletiva de protesto” pode ser uma manifestação de insatisfação latente e princípio de formação de consciência num meio que ainda não se organizou o suficiente para se reconhecer enquanto grupo social, entendimento defendido por Semionatto (2004). Ao constituir-se enquanto movimento reivindicatório, dá-se início a um processo que pode, ou não, ter continuidade, mas que

⁸ O termo *ator* se presta a vários usos. Como abordado na primeira seção, um deles é extremamente ligado a uma concepção estruturante do comportamento dos sujeitos. Crê-se que o uso dado por Scherer-Warren é diverso deste, mas mantém-se reserva em relação ao uso da referida palavra.

sempre tem o potencial de influir no *modus operandi* dos agentes públicos e na própria consciência dos sujeitos que iniciam esse movimento.

Na argumentação de Caria (1999), os movimentos sociais e as formas coletivas de protesto são distintos. Estes últimos são, em geral, movimentos reivindicatórios, pontuais e identitários, que não mobilizam além de alguns sujeitos específicos, mas que se transformam em movimentos sociais assim que as lógicas particularistas são superadas por interesses sociais abrangentes. Deixam de ter contradições imanentes em relação à parcela mais ampla da sociedade e passam a mobilizar sujeitos diversos. Noutras palavras, quando as reivindicações deixam de focar-se apenas no particular para visarem o universal, argumento que vai ao encontro do que Gramsci (*e.g.* 2005a) chama de “momento catártico”, ou momento “ético-político”. Mesmo que ainda num âmbito circunscrito, é importante que as demandas sejam reconhecidas como parte de um todo que se faz perceber, inclusive, e não apenas, nas questões postas por um grupo específico.

Essas demandas devem calcar-se no plano objetivo, na realidade concreta na qual vivem e se organizam os homens, que é onde se faz possível entrever a mudança e a permanência, por meio da ação destes sobre o mundo. A busca pela superação de estruturas e de instituições que existem na sociedade pode resultar em novas ordenações de forças ou mudanças pontuais, dependendo do escopo da ação dos múltiplos sujeitos sociais. Estes podem se relacionar de diversas maneiras com a realidade social tal qual ela se apresenta, tendo em vista que é criada pela interação entre os homens. As formas aparentes das relações sociais são importantes por influenciar os rumos da sociedade, na medida em que são internalizadas pelos sujeitos e podem ser reconhecidas por eles como algo que lhes é particular. Entretanto, tal reconhecimento não impede a possibilidade de haver, ao mesmo tempo, certo estranhamento. Enquanto fruto da interação social, as estruturas são estabelecidas pela própria dinâmica da sociedade e como mantenedoras de *status quo* podem ser auto-engendradas, ou seja, assumir uma objetividade que não lhe é ontologicamente natural, uma vez que é uma criação humana, mas uma criação que acaba por se autonomizar. As teorias sobre as ações no todo social devem levar isso em consideração para que não se distancie da realidade e não soe estranha aos fatos concretos e desejos que orientam as ações dos movimentos sociais, conforme aponta Caria (1999).

Para Adorno (2001a), a sociedade é um processo no qual as ações dos homens não são situadas como causa numa relação linear causa-efeito. O meio social não é composto de

fenômenos isolados, mas sim fruto de um inter-relacionamento de forças que podem ser, ou não, decorrentes da ação consciente dos sujeitos. Estes são constituídos de maneira singular, relacionando-se com diversas instituições sociais, como a família, o Estado e a propriedade privada. Adorno (2001b, p. 141) argumenta: “Fala-se da sociedade como de uma imediata convivência dos homens de cuja atitude deriva o todo, em vez de a considerar como um sistema que não só os engloba e deforma mas, além disso, alcança aquela humanidade que uma vez os determinou como indivíduos”, desligando os sujeitos de sua essência e passando a viver uma subjetividade estranha, que é interiorizada. Que o sujeito compreenda que, por vezes, impetra ações relacionadas a um papel ocupado, decorrente de representações sociais instituídas que não são fruto de sua vontade é importante para que ele possa transcender essa situação. E, para que se estabeleça essa superação de paradigmas institucionalizados, que demarca fronteiras de atuação aos sujeitos na sociedade, os movimentos sociais são importantes por permitirem a construção de outras identificações que não as já estabelecidas.

Adorno constata:

O Eu não está apenas endentado na sociedade; deve a esta, na acepção mais literal, a sua existência. Todo o seu conteúdo promana dela ou, concretamente, da relação ao objeto. Torna-se tanto mais rico quanto mais livremente nela se desfralda reflectindo-a, ao passo que a delimitação e a solidificação, que o indivíduo exige como sua origem, o limitam, o empobrecem e o reduzem (2001b, p. 146).

E, na medida em que o Eu é resultado de múltiplas práticas sociais, entende-se que a participação em um movimento social oportuniza a criação de novos conteúdos pelos sujeitos, que podem modificar o modo como são percebidas e vividas as relações entre o sujeito e a sociedade (com suas estruturas), modificando-se potencialmente a ambos. Não basta, assim, que o sujeito perceba que é fruto de relações sociais e nem que se reconheça como um ser em si para que a realidade seja transformada. É necessário que exerça uma postura crítica em relação às condições objetivas de existência. Essa postura possibilita a (re)significação das práticas instituídas e o surgimento da prática transformadora e, mesmo, revolucionária.

O homem não é considerado apenas como ser isolado ou como uma comunidade de indivíduos, mas, antes, uma interseção entre as duas perspectivas. Para Horkheimer (1980, p. 132) o pensamento crítico “considera conscientemente como sujeito a um indivíduo e grupos, em seu confronto com uma classe determinada, e, por último, mediado por este entrelaçamento, em vinculação com o todo social e a natureza. Este sujeito [...] consiste na construção do presente histórico”. As organizações sociais, ao assumirem postura reflexiva diante da realidade, podem assumir o papel de sujeitos coletivos da (e na) História e, mesmo

que não o façam, abrem espaço para uma maior compreensão do momento em que se inserem os sujeitos e elas próprias.

Crê-se que é o sujeito enquanto membro da coletividade que se faz produtor de sua própria história e do tempo presente. Mas nas palavras de Marx (1980, p. 203) “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”. Tem-se, então, que, mesmo que um determinado grupo se faça ativo diante da realidade em que se insere, sua ação não acontecerá de maneira isolada das circunstâncias históricas em que vive, podendo assim seu posicionamento tornar-se pouco significativo em relação ao todo da sociedade, sem, entretanto, perder sua importância relativa. Isto, pois mesmo que não determine o movimento do todo de maneira imediata, a formação de um grupo de onde podem surgir sujeitos críticos é relevante para a sociedade, principalmente se este grupo consegue colocar em questão a realidade mais ampla na qual se insere, por meio do comportamento crítico, que, conforme a definição de Horkheimer:

[...] tem a própria sociedade como seu objeto. Ele não tem apenas a intenção de remediar quaisquer inconvenientes; ao contrário, estes lhe parecem ligados necessariamente a toda organização estrutural da sociedade. Mesmo que este comportamento provenha de estrutura social, não é nem a sua intenção consciente nem a sua importância objetiva que faz com que alguma coisa funcione melhor nessa estrutura. As categorias: melhor, útil, conveniente, produtivo, valioso, tais como são aceitas nesta ordem [social], são para ele suspeitas e não são de forma alguma premissas científicas que dispensem sua atenção crítica (HORKHEIMER, 1980, p. 130).

Para que o pensamento crítico possa emergir e ser cultivado, é de grande valia o movimento social tornar-se um espaço de discussão. Dedicar tempo à elucidação de questões postas para o grupo enquanto organização, as quais ao serem respondidas, permitem o fortalecimento como troca entre os participantes, para que haja um processo de educação e crescimento mútuo. Há, assim, a necessidade de o grupo constituir-se e fortalecer-se não apenas como processo, como movimento, mas também enquanto construtor de interpretações que permitam dar a ele elemento para a ação prática. Para Gohn (2005a), a educação não formal, oriunda da prática política em movimentos sociais, ocupa importante papel na construção de uma perspectiva cidadã, “porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo. A cidadania [...] se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas” (p. 16).

Essas experiências passam a fazer parte do repertório de possibilidades a serem resignificadas no interior dos movimentos sociais e funcionam também como exemplo prático de luta, que é transmitido para novos membros, funcionando novamente como ferramenta pedagógica. Assim, é possível falar da existência de processos educativos fora das instituições escolares, tendo como pressuposto que o ato de aprender não se limita àquilo que é estabelecido pela pedagogia destas instituições (GOHN, 2005a).

4 - MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO E DE EMERGÊNCIA DO SUJEITO

Quando se trata dos movimentos sociais, é relevante a compreensão de que estes são compostos por pessoas que não se integram ao coletivo como se não tivessem uma história própria. Mesmo que seja assim na aparência, a idiossincrasia individual será sempre relevante quando se busca o porquê do ajuntamento de diversos sujeitos em torno de determinada idéia ou grupo. Eles constroem sua visão de mundo de acordo com sua história pessoal, que é sempre marcada, como aponta Sader (1988), por instituições e discursos que já existem, mas que são passíveis de reconstrução e de ser reinterpretados de acordo com a própria interação das pessoas com estes, individual e coletivamente. Cada sujeito elabora interpretações sobre a realidade que o cerca.

Entende-se que o homem, enquanto sujeito social que se insere numa coletividade, é capaz de refletir sobre as potencialidades que se desvelam quando este especula a respeito da sua história particular e dos movimentos mais abrangentes da sociedade. Sujeito capaz de tomar decisões mediadas pela consciência dos fatos e por reflexões que são facilitadas pela participação em grupos diversos, uma vez que estes possibilitam uma apreensão mais abrangente da realidade social, mediante a troca de experiências.

Esses sujeitos se constituem de acordo com as especificidades de sua vida particular e as características conjunturais vividas pelos grupos sociais dos quais participam. Apesar de ser impossível estabelecer leis de causa e efeito que possam reger o curso dos fatos, a reflexão sobre a história desvela a possibilidade de se pensar sobre o que foi, para assim perceber o que é e, então, conceber as potencialidades do devir, mediante o uso da razão. Essas potencialidades se inserem no próprio objeto da reflexão como sua verdade não realizada, negando sua forma presente em favor do desenvolvimento da sua essência no porvir. Marcuse (1978b p. 22) afirma que “só o homem tem o poder de auto-realização, o poder de ser um sujeito que se autodetermina em todos os processos do vir-a-ser, pois só ele tem entendimento do que sejam potencialidades, e conhecimento de conceitos”.

Mas a forma como o homem toma conhecimento do mundo é sempre diversa. Há que se levar em conta que cada sujeito se forma em uma família determinada, uma dada cultura, assumindo vínculos sociais que são específicos, sem, contudo, deixar de guardar um quê de

generalidade. São essas as especificidades de sua vida particular, mas que são, em parte, compartilhadas por vários outros que vivenciam a mesma condição. As situações, as instituições e as idéias com as quais cada indivíduo lida não têm necessariamente um sentido unívoco para todos os que partilharam das mesmas situações. Cada um ao seu modo irá construir uma interpretação para esses objetos externos a ele e dará sentido, amplamente, também ao seu Ser (SARTRE, 1997). É claro também que há a construção de sentido compartilhado, que tem muitas vezes como base o senso comum e idéias que se mostram dominantes na sociedade, que podem ser aceitas mais facilmente por estarem mais difundidas. Entretanto mesmo elas podem ser interpretadas de maneiras diversas e dar origem a grupos de pessoas que entendem da mesma maneira determinadas assertivas. E, sendo assim, que por meio dessas afinidades acabam por ter oportunidade de confrontar suas visões e discuti-las, de modo a criar um consenso. Por outro lado, há na sociedade uma massificação de idéias e o compartilhamento de maneiras de se ver o mundo aos quais muitos sujeitos parecem se adaptar. Essa incongruência (entre a idiosincrasia e a massificação) é entendida a partir das escolhas individuais ao longo da vida e em relação às condições objetivas nas quais elas são feitas (SARTRE, 1966). Ou seja, entende-se que o homem pode escolher os caminhos que irá trilhar, e que essas escolhas vão direcionar a outras escolhas. As razões de cada um podem não ser as mesmas, mas os resultados em termos de posicionamento perante o mundo podem ser parecidos. Na visão de Gramsci (2006a, p. 93), “todos os homens são filósofos” e capazes de construir uma visão de mundo. Ela é formatada, também, com base em vivências comuns, que permitem ao indivíduo inserir-se em coletivos e reconhecer-se como sujeito, pois se entende que essa característica só é atribuível quando o indivíduo adquire senso de coletividade.

Esses sujeitos, quando organizados, são apresentados como “sujeito coletivo”, termo usado por Sader (1988, p. 55) “no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. Esses grupos não existem por si, mas são revivificados a cada instante pela ação dos homens. Salienta-se ainda que os sujeitos, mesmo quando analisados individualmente, não se constituem como mônadas sociais, sendo influenciados pelo ambiente no qual se inserem e pelos grupos com os quais se relacionam. Por outro lado, entende-se que estes sujeitos coletivos não são percebidos facilmente como tais na realidade. Isso porque há em movimentos sociais a tendência de existir uma pluralidade que origina grupos diversos no interior de um mesmo coletivo. Daí que ao pensar

num sujeito coletivo, pode-se correr o risco de imbuir a um grupo uma homogeneidade na construção da visão de mundo que não pode ser verificada na prática ou se tomar o ápice de uma organização social, em termos de amadurecimento, como se essa assim se principiasse. Assim, pensa-se que o sujeito coletivo é expressão de um momento de unidade que pode ser criado em torno de determinadas idéias ou projetos, mas não é um imperativo para que pessoas se identifiquem e atuem como partícipes de um movimento social. É a ocasião em que é possível ocorrer o momento de catarse. É quando os sujeitos passam a vivenciar experiências como membros de um determinado coletivo, não como um *a priori* das formas organizativas verificadas entre os movimentos sociais, mas como algo paulatinamente construído. Pensa-se que, inicialmente, os sujeitos dispersos, que se orientam basicamente por uma visão pessoal, se unem por afinidades eletivas em torno de determinadas idéias. A ampliação destes grupos, quantitativa e qualitativamente é que permite a formação de um dado movimento social.⁹

Entretanto, na medida em que vivenciam juntos mais experiências, abre-se a possibilidade para que esses sujeitos tomem consciência dos processos existentes na realidade mesmo, como aponta Gohn (2005a), a partir de procedimentos triviais, que fazem parte do cotidiano do partícipe de uma organização social. Forma-se uma consciência prática e, posteriormente, uma consciência crítica, que permite aos sujeitos construir um projeto que mire o futuro (GRAMSCI, 2006a). Esse projeto de futuro é parte importante na elaboração do projeto político de que falam Dagnino¹⁰ (2004) e Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), e permite a construção de um grupo com o qual esses sujeitos possam se identificar. Sader (1988) mostra que a própria noção de sujeito pode estar associada e ser influenciada por um projeto construído mirando o devir de uma realidade que não é fixa, necessitando para isso de construir uma representação da realidade e atuar a partir desta, que será sempre fragmentária dada as perspectivas e os movimentos intrínsecos ao real.

A capacidade humana de compreensão crítica da realidade, por meio da qual ele pode ganhar entendimento dos processos nos quais se insere, é afetada pela aceitação irrefletida da realidade social como se esta fosse imutável. Isso impede a avaliação mediada pela reflexão do que aí está e retira dos sujeitos a capacidade de construir sua história, ao analisar a

⁹ Contudo, existe a possibilidade de os movimentos sociais se formarem por outros processos, como o compartilhamento de um espaço, que não sigam essa lógica de progressividade, que, afinal, nunca é de fato linear, sendo marcada por idas e vindas, num relacionamento dialético.

¹⁰ É importante ressaltar que, apesar de também estar inspirado na noção apresentada em Dagnino, Olvera e Panfichi, a noção de projeto aqui adotada é mais próxima àquela de sub-projeto apresentada em Dagnino (2004).

sociedade sob a égide de leis pretensamente inexoráveis, que acabam por justificar e incentivar o comportamento passivo. Essa idéia de inexorabilidade da história já foi fatal para diversos movimentos que buscavam a transformação das bases da sociedade, como ocorreu com vários partidos de esquerda na primeira metade do século XX, que esperavam o advento do socialismo como algo natural (cf. MÉSZÁROS, 2008 e GRAMSCI 2006a;b). As transformações na sociedade são, também, fruto de lutas que ocorrem em seu interior e que contam com a participação dos sujeitos, mesmo que eles não tomem consciência disso. Gohn (2003) demonstra a relevância das organizações coletivas na sociedade e mostra como estas contribuíram com as mudanças observadas na sociedade ao longo do tempo. A importância desses movimentos sociais na construção da história, muitas vezes, é obscurecida, mas é importante lembrar que a história não se constrói apenas da maneira relatada pelas narrativas dos dominantes e de maneira linear. É também feita de lutas que ficaram eclipsadas, travadas por diversos sujeitos sociais, conforme apontam Quijano (2005) e Gohn (2003). Afirma Rouanet (1990, p. 20): “Enquanto sucessão de etapas num quadro temporal homogêneo, a história é sempre a história dos vencedores”, mas isso não faz com que tenha deixado de existir a atuação política de diversas forças que contribuíram ativamente para a edificação da história da sociedade.

Essas organizações que emergem na sociedade se constituem enquanto força política a partir do momento em que se reconhecem enquanto grupo e apreendem sua capacidade de influir na realidade social. Para Scherer-Warren (1993), é importante perceber os processos de ações políticas como práticas sociais dinâmicas, que possuem diferentes significados políticos e culturais, sem, entretanto, deixar de influenciar na configuração da “sociedade política” e da “sociedade civil” (GRAMSCI, 2006b; COUTINHO, 2007). Os movimentos sociais são influenciados pela dinâmica das forças que atuam na sociedade, bem como pelo grau de mobilização dos sujeitos sociais que o compõe, que é, por sua vez, fruto de forças e interações que acontecem ao longo do tempo histórico. Os movimentos sociais são catalisadores de forças para que os sujeitos possam construir sua história. Por meio desses movimentos é que foi edificada e se expressa a democracia efetiva. Dessa maneira a “história pressupõe, então, não só a ação dos líderes e a atuação dos de ‘cima’, mas também a ineliminável possibilidade da intervenção ativa e consciente dos de ‘baixo’” (KONDER, 2002, s.p.). O autor explicita a necessidade que se coloca perante os movimentos sociais em geral e do movimento estudantil em relação ao presente trabalho em particular de conseguir amearhar apoios e estimular os diversos estudantes a participar, posicionando-se a respeito das questões postas, o que nem

sempre pode ser observado. Além disso, Konder deixar entrever a necessidade de o ordenamento democrático ser capaz de recolher impressões e posicionamentos do conjunto dos sujeitos que participam de um movimento social.

Por isso, dado que é a partir das interpretações de experiências emergidas do ambiente em que se inserem que os homens constroem sua visão do mundo, eles devem aprender a educar esse mundo para dirigi-lo (GRAMSCI, 2006a) enquanto sujeitos. Sendo o Eu resultado de múltiplas práticas sociais, entende-se que a participação em um movimento social, como forma específica de organização social, oportuniza a criação de conteúdos pelos sujeitos que podem modificar a maneira como são percebidas e vividas as relações entre eles, a sociedade e suas instituições. Essa interação dinâmica abre espaço para a construção de espaços de reflexão e diálogo que permitem a aproximação desses grupos ao fazer político, pois, como Dore (2006, p. 337) nota, “para que os grupos dominantes obtenham o consenso na sociedade, eles permitem que os grupos subalternos se organizem e expressem seus projetos sociais e políticos”, e é a partir desse espaço que lhes é concedido que arquitetem planos de transformação da realidade.

Nesses espaços, nestas organizações sociais, os aspectos compartilhados na vivência entre os pares fazem com que seja possível a construção de sentidos subjetivos compartilhados, que acabam se integrando aos elementos que compõem os atributos individuais dos sujeitos (GONZALEZ REY, 2005). Há uma produção coletiva de sentidos na convivência entre os participantes do grupo, que se dá em determinadas dinâmicas, que acabam por permitir e influenciar a existência de papéis criados pela interação entre o grupo e o sujeito. Esses papéis não são fixos, mas ajudam a simplificar o relacionamento entre aqueles que compõem o grupo. Tornam-se uma espécie de “rótulo”, como se a pessoa encontrasse e construísse um espaço de atuação que fica marcado como seu, pela sua subjetividade, no qual é reconhecida por aquela que faz parte da organização da qual participa. Esperam-se dela, comportamentos e (re)ações que permitam que se faça reconhecer, mas que podem se flexibilizar, pois permitem o não-comportar, como critério de identificação, que seria o momento em que esta pessoa não fez o que dela se esperava e é reconhecida exatamente por isso. Ou seja, esse papel ocupado é dinâmico, e já se espera que haja fluidez no comportamento dos sujeitos, e que esses podem também se relacionar com um dado assunto (por exemplo, assistência estudantil), o qual é alvo de maior interesse daquela pessoa e a impulsiona para a ação de maneira mais pujante. Essa dinâmica funciona não apenas em relação aos participantes de um mesmo grupo, como também àqueles que fazem parte de outras organizações.

Scherer-Warren (2006) e Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) lembram que os vários grupos no interior da sociedade civil não compartilham, necessariamente, suas posições e projetos políticos. Por isso, cabe a ressalva de que as próprias organizações sociais, por vezes, competem pelos espaços de discussão, para se colocarem como interlocutores e para angariar apoio para seus projetos políticos.¹¹ Por outro lado, elas também podem se unir para fortalecerem posições comuns e negociar as diferenças existentes, de modo a constituir uma unidade não homogênea, base para a formação das redes sociais.

A existência desses espaços de política no interior da sociedade civil possibilita às organizações sociais momentos em que ocorra a “catarse”, termo utilizado por Gramsci (*e.g.* 2006a) para indicar o momento em que os sujeitos superam os interesses egoísticos e corporativos para atingir um pensamento ético-político que mira o conjunto da sociedade. Nesse momento, as estruturas que constroem os homens em sua vida cotidiana se tornam mais bem compreendidas e alvo das ações conscientes dos sujeitos, que acabam criando práticas e maneiras de ver o mundo. Ou seja, superam a mobilização em prol de causas particulares para atingir uma visão que tem relação com o todo. O conjunto da sociedade vista como universal, mesmo que refletida no particular, é que passa a ser o alvo das reflexões (e das transformações). Lutas locais só fazem sentido, sob esta perspectiva, quando não deixam de refletir o que é universal.

Entretanto, mesmo tendo o conjunto da sociedade como alvo, um grupo, a menos que seja formado pelo sujeito revolucionário que pode transformar as bases da sociedade, não é capaz de mudar sozinho os rumos do todo. Mesmo assim, a formação de uma organização social permite a emergência de sujeitos críticos e pode, ao mesmo tempo influenciar a maneira de pensar de outros sujeitos, individuais e coletivos, ajudando, dessa maneira, o fortalecimento da consciência crítica que impulse práticas e relações entre os sujeitos e a sociedade com suas instituições que sejam mais reflexivas, transformadoras e que, ao disseminar, possam dar outros rumos à sociedade. É o que Gramsci aponta como o momento de busca pela hegemonia, no qual os grupos devem procurar se tornar dirigentes para poder influenciar outros grupos e o conjunto da sociedade. O que Semionatto (2004) afirma ser um papel do partido aqui é entendido como atributo das organizações sociais de uma maneira mais ampla: propiciar a reflexão e o pensamento crítico e catalisar forças em torno de transformações na sociedade.

¹¹ Sendo que a conquista desse espaço de interlocução pode envolver disputas envolvendo narrativas e construções de um vocabulário comum.

Entende-se que em toda a obra de Gramsci o autor fala da formação de um partido que se apresente com capacidade de formar um sujeito coletivo¹² e possibilite a existência de momentos catárticos, para, dessa forma, superar as diferenças hierárquicas dadas que podem ser observadas entre os homens. Tais hierarquias, das quais a parte mais visível, além da diferenciação da sociedade em camadas mais aptas e outras menos aptas a consumir – ou seja, a divisão entre classes e as subdivisões dentro destas –, é a divisão entre aqueles que executam e aqueles que planejam, entendida num plano mais geral, que se refere ao fato de alguns grupos minoritários dirigirem o conjunto da sociedade. Essa estrutura social não deixará de existir num passe de mágica, mas o sujeito coletivo enquanto tal e os sujeitos que se reconhecem sua libertação como necessariamente vinculada à emancipação dos outros devem sempre ter em vista a sua superação.

Os indivíduos, se insulados, correm o risco de perder de vista a importância da comunidade e de ter sua subjetividade construída quase de maneira isolada, receptiva, e não construtiva, características destes na sociedade que Scherer-Warren (1993) aponta como atomizada. Nesse sentido, sobre a importância da formação de “organizações sociais” orgânicas, Semeraro (1999, p. 76) aponta que os sujeitos, privatizados e dispersos pelo tecido social, “podem encontrar condições para construir uma subjetividade social, podem chegar a ser sujeitos quando, livre e criativamente organizados, se propõem a desenvolver, juntamente com as potencialidades individuais, suas dimensões públicas e coletivas”. Ao perceber a importância e a relação dessas três dimensões e ao torná-las verdades práticas, os homens são capazes de ampliar sua capacidade de reflexão, compreensão e ação em relação aos fatos que os rodeiam, superando o insulamento e a existência monódica própria da ideologia dominante no momento atual. Dessa maneira, seria possível aproximar mesmo as grandes questões políticas do fazer cotidiano dos sujeitos na sociedade.

A emergência de espaços de reflexão no interior dos grupos sociais é fundamental para que se desenvolva, em algum grau, a consciência crítica, que não se contenta em aceitar o dado e que foi estabelecido como verdade, e por isso julga a realidade em virtude das potencialidades que esconde e podem ser desenvolvidas. Note-se que não é necessariamente uma consciência revolucionária que tem como intuito final o rompimento completo com o *status quo*. Pode ser que surja no grupo uma visão conciliatória, que aponte para erros e vise corrigi-los. Crê-se que este é o estágio inicial da maior parte da crítica que no futuro poderá se tornar

¹² Mas, como atualmente não se vê partido capaz de ocupar esse espaço, pensa-se que ele não pode ser simplesmente ignorado, podendo ser ocupado por movimentos sociais orgânicos.

revolucionária. Essa visão compartilhada, entretanto, não aparece *ex nihilo* nem passa a ser compartilhada num clique somente porque as pessoas se organizaram num grupo. É necessária a existência de trocas de experiências e conhecimentos entre os membros para que eles possam compartilhar perspectivas comuns em relação às questões enfrentadas ou, mesmo, para que possam enxergar pontos anteriormente obscurecidos pela naturalização dos problemas, não entendidos como sendo problemáticos ou que eram impossíveis de serem transformados individualmente. Por outro lado, os saberes e a consciência adquirida não são imediatamente e nem necessariamente transferidos ou utilizados como subsídio para a prática dos sujeitos ou se tornam característicos da organização mesmo que sejam compartilhados por todos.

Nesse sentido, considera-se que as organizações sociais são espaços nos quais há diversas trocas entre os múltiplos sujeitos e que permitem a vivência de experiências que são compartilhadas e discutidas, tornando-se assim comuns. Essas trocas se dão de diversas maneiras, como a constituição de grupos de estudos e a promoção de leituras e vivências comuns, de conversas informais, palestras, dentre outros. Surge, assim, a possibilidade de o grupo reagir de maneira harmoniosa a problemas e de criar projeções conjuntas do que se espera para o futuro. Estes fatos são importantes para que se possa pensar as organizações sociais como unidade e para debater a sua própria existência. Afinal, ao mesmo tempo em que são compartilhados saberes, são trocadas também opiniões, e é possível aos sujeitos captar as reações dos companheiros em relação a determinadas dificuldades.

Além disso, para que o grupo se torne perene, é necessário que haja constante transmissão de saberes para novos membros, de modo que estes possam fazer o mesmo com possíveis novos entrantes quando participantes mais antigos se afastarem. Nas organizações estudantis, nas quais se pode dizer que a participação é quase determinada pelo tempo em que se frequentará o ensino superior, é importante que exista esse compartilhamento.

5 - A HEGEMONIA E OS PROJETOS POLÍTICOS

Dagnino (e.g. 2004) construiu conceito de projeto político muito próximo das idéias de Gramsci. Ele designa “os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos ‘diferentes sujeitos’ e “não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas” (DAGNINO, 2004, p. 144). Assim, entende-se que influenciam não apenas a prática política em si, mas também a concepção de mundo dos sujeitos e sua atividade na sociedade. Sánchez Vázquez (2007, p. 220) explica: “A atividade propriamente humana apenas se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou fim, e terminam com um resultado ou produto efetivo, real”. E, por fazer parte, também, da prática cotidiana, “não podem ser elaborados e fixados previamente em todos os seus detalhes, mas só em seu núcleo e esboço central” (GRAMSCI, 2006b, p. 25), pois há elementos desse projeto que dependem dos movimentos executados por outros grupos.

Sartre entende que o projeto é “superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade, tenso entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos possíveis, representa *em si mesmo* a unidade em movimento da subjetividade e da objetividade” (1966, p. 81, grifos no original), que, por sua vez, são as determinações por excelência da atividade. Assim, o projeto reúne na idéia elementos objetivos que permitem ao sujeito agir sobre a realidade como homem, por ter prédefinido em sua mente o ponto a que deseja chegar, transformando nesse trajeto a realidade que o cerca, sendo que “esta nova objetividade, na sua qualidade de *objetivação*, exterioriza a interioridade do projeto como subjetividade objetivada” (SARTRE, p. 82, grifos no original). Quando um grupo vê realizado um projeto criado em conjunto que não era necessariamente igual para todos os sujeitos subjetivamente, abre espaço para que ocorram identificações e se fortaleçam os laços que unem seus membros mediante a modificação observada, que também os modificou.

O projeto político influencia a identidade de um grupo ao permitir que os diferentes sujeitos se coloquem diante do real e possam avaliar as pretensões que uma organização social tem. Mas como aponta Sader (1988, p. 44) “não se trata de alguma suposta identidade essência, inerente ao grupo e preexistente às suas práticas, mas sim da identidade derivada da posição

que assume”. A própria identidade é vivida e experimentada por estes sujeitos, recebendo significados que permitem a formação de uma organização social que compartilha traços de uma visão de mundo formatada pela própria vivência dos sujeitos em grupo. Dias (2000, p. 115) argumenta que as propostas políticas são intervenções – ou sua pretensão – de intervir na realidade a partir do que é conhecido. Assim, compreende-se que em uma organização social há mais possibilidade de se construir o conhecimento sobre o mundo e que, inserido nesse grupo, os sujeitos têm a oportunidade de acessar esse conhecimento criado conjuntamente. Como afirma Gramsci (2006b), não se deve levar em consideração apenas aspectos de quantidade, de número, no que se refere à influência de idéias na sociedade, pois elas são construídas, individual e coletivamente, antes de serem difundidas, percorrendo um longo processo antes de se tornarem um fator quantitativo de peso. Entende-se que os movimentos sociais são parte importante nesse processo, ao possibilitar a criação e difusão das idéias e projetos que surgem em seu interior.

O conhecimento criado é que possibilita o momento de catarse mencionado acima. Entende-se que é a partir disso que um grupo construirá um projeto político, que vise a totalidade da realidade social, *i.e.* não é corporativista, e busque alcançar a hegemonia, ou seja, atuar na sociedade civil e nas suas diversas instituições pela construção de um consenso em torno de idéias objetivando o bem comum. Para Tortorela (2006), a hegemonia visa estabelecer um sistema de mediações de relações com o real, que, segundo Gramsci (2006b), deve ser construído e preparado permanentemente para que tenha efeito sobre a realidade, além de significar a saída do momento de subalternidade. Semionatto (2004, p. 49) aponta que não passar dessa etapa é resultado da impossibilidade dos grupos “subalternos” de elaborar um projeto amplo, que vise à totalidade da realidade social. Nesse sentido é que a permanente (re)elaboração dos projetos políticos pode permitir a contínua reflexão necessária para que esses se adequem à realidade e se modifiquem, ao mesmo tempo em que mudam também os sujeitos que o elaboram, reconhecendo-se cada vez mais como agentes históricos capazes de influir em seus rumos. Sánchez Vázquez (2007, p. 221) aponta que na atividade humana um elemento importante é que esta é preconcebida como idéia, para, posteriormente, ser posta em prática e que, “por mais que o resultado real diste do ideal, trata-se em todo o caso, de adequar intencionalmente o primeiro ao segundo. Isso não significa que o resultado obtido tenha de ser necessariamente uma mera duplicação real de um modelo ideal preexistente”. Essa adaptação é importante, principalmente quando se entende que a conquista de hegemonia é fruto de uma “guerra de posição”, como afirma Gramsci.

Na visão de Coutinho (2007, p. 272), é importante ressaltar que “uma das principais características do conceito gramsciano de hegemonia é a afirmação de que, numa relação hegemônica, expressa-se sempre a prioridade da vontade geral sobre a vontade individual ou particular, ou do interesse comum ou público sobre o interesse individual ou privado”. Assim, um projeto construído num momento de catarse não pode ser considerado como tal, sob as óticas da idéia de Gramsci, se não for democrático e não representar o pensamento que visa ao todo. Para ele, “o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso” (GRAMSCI, 2006b, p. 48).

Nesse sentido, uma organização social enquanto expressão da sociedade civil, se analisada sob a luz das idéias de Gramsci, só pode ser considerada dessa maneira se estiver distanciada do que Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) identificam como sendo o projeto autoritário e, acrescente-se, das idéias neoliberais. Como notaram os autores, essas três grandes matrizes – a neoliberal, a democrática e a autoritária – que servem de base para a elaboração de outros projetos políticos, coexistem na sociedade e, também, no Estado. Além disso, nem a esfera do Estado nem a da sociedade civil são, em essência, boas ou más, democráticas ou não, pois não há homogeneidade entre os diversos agentes que compõem esses espaços de poder e de política (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006). Por outro lado, por vezes, aparece como fato que a atuação do Estado e do mercado se complementa mesmo nas sociedades mais liberais, como a Inglaterra (cf. MÈSZÁROS, 2004), o que pode levar organizações e sujeitos que tenham o capitalismo como alvo principal a tomar ambos como algo a ser combatido. Muitas vezes, essas organizações não assumem que há necessidade de luta constante no interior das instituições para que seja possível entrever mudanças mais profundas, como Gramsci entende ser preciso nas sociedades em que há uma maior divisão do poder político entre Estado e sociedade civil.

As análises feitas por essas organizações, mesmo adotando o ponto de vista classista, deveriam ter em conta, por exemplo, que a perspectiva étnica e de gênero, e a perspectiva cultural, de maneira geral, são componentes importantes para a construção da visão de mundo e, conseqüentemente, dos projetos políticos ostentados pelas organizações sociais. Negar, que os sujeitos constroem sua visão de mundo não apenas com base na classe, mas também dos outros grupos dos quais fazem parte é correr o risco de retornar à análises esquemáticas, como afirma Flor (2001). Doimo (1995) recorda que até a década de 1960 muito do que se falava a respeito dos movimentos sociais estava ligado diretamente à questão sindical, racionalmente

organizados e que traziam em seu bojo a possibilidade de revolução e a ruptura com a ordem do capital. Essa forma de estruturação corre o risco do “burocratismo” (GRAMSCI, 2006a) e, dessa maneira, de perder sua organicidade, que para existir necessita que a organização esteja sempre em movimento. Se, de um lado, havia uma “ingênua esperança” (que só pode ser considerada assim hoje, *a posteriori*), havia também um certo ofuscamento das outras formas de organização social que não se vinculavam necessariamente aos pressupostos que regiam os movimentos sindicais. Se hoje tal postura é vista de maneira crítica, um dos motivos é que a história não possibilitou a concretização e a aspiração daqueles teóricos e daqueles movimentos. Gramsci já afirmava, numa referência à construção de partidos políticos, que pode ser estendido às organizações em geral, que

[...] a burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a se constituir como um corpo solidário voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar (GRAMSCI, 2006b, p. 62).

Uma organização social, seja partido, sindicato, movimento ou diretório acadêmico, quando se institucionaliza e passa por um processo de burocratização corre esse risco apontado pelo autor. Pode haver o início de um processo de hierarquização interna que acabe por separar essa organização enquanto abstração reificada (cf. PAÇO-CUNHA, 2008) dos sujeitos de que ela depende para existir. Se isso ocorre, parte da organicidade que poderia caracterizar todos os aspectos da organização, dos projetos políticos e das tomadas de posição em relação a questões colocadas ao grupo perde-se, e fica dificultada a existência de momentos catárticos, que são aqueles de reflexão sobre o conjunto da sociedade, de maneira ampla, sem corporativismo. Buey (2002) analisa que, ao mesmo tempo em que tornaram suas demandas mais plurais, em certa medida, inter-influenciando uns aos outros, os movimentos sociais também perderam parte de seu potencial crítico, à medida que se institucionalizavam. É interessante notar também a ressalva feita por Adorno a respeito da burocracia que acaba por dominar partidos operários. O autor desnaturaliza essa perspectiva ao afirmar que:

Algumas descobertas favoritas da sociologia formal, como a burocratização dos partidos proletários, têm seu fundamento *in re* porém não se originam invariavelmente a partir do conceito de ‘organização em geral’, mas sim de condições sociais, como a obrigação de se afirmar no interior de um sistema prepotente cuja violência se realiza graças à difusão pelo todo de *suas próprias formas de organização* [...] para que a organização possa representar momentaneamente de modo eficiente os interesses de seus membros. No interior da sociedade coisificada, nada tem chance de sobreviver que não seja por sua vez coisificado (ADORNO, 1980, p. 213).

Na medida em que não se pensa que se fecharam todas as alternativas, mas que se tem consciência de que a luta contra a coisificação é cotidiana, deve-se ter em mente que entre o burocratismo, que pode advir da institucionalização do movimento social, e o voluntarismo é importante que os sujeitos participantes das organizações sociais, além daqueles que a analisam, posicionem-nas de maneira que estas não percam a vitalidade, a organicidade e a capacidade de renovação. O primeiro “mal” pode, além do já exposto, levar os sujeitos à apatia. O segundo, o voluntarismo, potencializa a crença na infalibilidade da vontade, esquecendo-se das relações de força na qual o grupo se insere e de pautar-se o olhar pelo grau de “paixão” com o qual se afirma uma idéia ou defende uma causa. Ao fazer isso, esquece-se de que a “paixão pode ser simplesmente um sinônimo dos interesses econômicos e que é difícil afirmar que a atividade política possa ser um estado permanente de exasperação passional e de espasmo” (GRAMSCI, 2006b, p. 52).

Por outro lado, Semionatto (2004, p. 48-49) ressalta que mobilizações espontâneas, que não se inserem temporalmente, também são relevantes quando se analisa a sociedade. Isso porque deixam entrever a formação de uma vontade coletiva em ambientes que não dispõem ainda de formas mais organizadas para se fazer ouvir ou de movimentos ativos e que possam canalizar insatisfações. Permanecer em movimento é necessário, e a “vontade” desempenha nisso um importante papel, mas não significa que a intensidade das ações perpetradas tenha de ser sempre a mesma durante todo o período de existência dessas organizações sociais, nem que a vontade sozinha seja capaz de efetivar mudanças, sob risco de cair no imobilismo ou no idealismo (ou, mesmo, em ambos).

As oscilações, os avanços e os retrocessos são características dos movimentos e da sociedade como um todo. E os projetos políticos das organizações sociais precisam abarcar essa complexidade para permanecerem coerentes com a realidade. Nisso, pode contribuir bastante o olhar de quem está de fora, de analistas que, construindo suas idéias a partir da observação dos movimentos da sociedade, podem ajudar um grupo a manter suas posições sempre em construção. Como Gramsci (2006a, p. 105) afirma, “uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ se não se organizar (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes”, que possam construir ligações firmes entre a interpretação e a ação no mundo. Ou seja, o “extrato” de pessoas desempenha um papel importante na formulação, discussão e adequação dos projetos políticos à realidade social, não se entendendo essa última como subsunção, mas como o momento de

adoção de táticas e práticas que permitam ao grupo desenvolver tanto o momento de catarse quanto a busca pela hegemonia.

Os movimentos estudantis, pelo fato de seu espaço de atuação ser, inicialmente, o interior das universidades, encontra-se numa posição interessante para formar essa massa crítica necessária para o avanço da compreensão da realidade, para a formulação e execução de propostas. Têm possibilidade de interação constante com correntes de pensamento e interpretações diversas da realidade, podendo tirar proveito disso para fortalecer suas posições. Podem, dessa maneira, escapar do senso comum a respeito do qual Konder aponta:

Gramsci admitia que o "senso comum" possuía um caroço de "bom senso", a partir do qual poderia desenvolver o espírito crítico. Advertia, contudo, para o risco de uma superestimação do "senso comum", cujos horizontes, afinal, são inevitavelmente muito limitados. O "senso comum é, em si mesmo, "difuso e incoerente". A percepção da realidade, no âmbito desse campo visual estreito, não poderia deixar de ser - segundo o teórico italiano - drasticamente "empírica", restrita à compreensão imediata, superficial (2002, s.p.)

Superar o imediatismo do senso comum e, ao mesmo tempo, conseguir desenvolver os elementos de bom senso que estão presentes neste é algo que mais facilmente ocorre se o sujeito se insere no interior de um grupo que vivencie com ele experiências semelhantes e que consiga desenvolver traços de uma expectativa comum entre os diversos membros. A diversidade é elemento importante para que surja o debate no interior do grupo e para que as posições que cada um tome possam ser colocadas em questão em busca de uma harmonia que não torne a todos em massa, mas que permita combinar a heterogeneidade para fortalecer a unidade, evitando elementos entrópicos e o insulamento. Por outro lado, essa diversidade pode funcionar também como elemento desagregador, demandar dispêndio de energia para serem contornados e, dessa maneira, enfraquecer a posição dos membros da organização. É importante que se busque harmonizar as diferenças, mas estas devem orbitar pontos comuns compartilhados e que são continuamente reconstruídos, evitando que se tencionem os elementos do grupo a ponto de haver ruptura.

A construção de determinado consenso mostra-se como uma força de um grupo e um enorme desafio. A multiplicidade é própria do ajuntamento humano, e com o desenvolvimento de uma organização ela tende a ser cada vez presente no cotidiano da organização. A construção de canais e espaços onde se possa buscar a concordância no interior do grupo é então fundamental. E aqui um elemento assume relevância em relação ao objeto analisado: a multiplicidade de organizações que compõem o movimento estudantil. Há toda uma polifonia

de vozes em cada uma das organizações de que o estudante participa, o que acaba por tornar complexo o funcionamento do movimento estudantil se ele for entendido como unidade monolítica.

Em geral, o estudante que participa do movimento estudantil se liga também a outras organizações políticas, recebendo subsídios delas para fundamentar ações e posicionamentos. A questão é que cada um desses outros grupos políticos pode ter uma orientação diferente em relação a diversos quesitos que compõem, mesmo, as discussões mais elementares do movimento. Esses embates se tornam mais claros nos momentos de disputa aberta pelo controle das entidades representativas, como CAs, DAs e o DCE, mas não cessam com o fim do pleito. Passam ao segundo plano apenas de maneira relativa, pois sempre que há a necessidade de ação conjunta essas diferenças reaparecem, causando atritos diversos e, mesmo, impedindo a cooperação entre os diferentes grupos. Para quem não está inserido no movimento, entretanto, as ações deste aparecem genericamente como atos do movimento estudantil, sem haver grande diferenciação entre como prevaleceu este ou aquele posicionamento. Supõe-se que isso se repita também em outros movimentos sociais, mas que não deixa de ser um reflexo do pensamento que não consegue enxergar as nuances que escapam da generalização e revelam a necessidade de se lidar com o contraditório. Como afirma Sartre:

[...] cada grupo realiza por sua conduta certa revelação do outro; cada um deles é sujeito na medida em que realiza sua ação, e objeto, na medida em que sofre a ação do outro, cada tática prevê a outra tática, desarticula-a mais ou menos e se faz desarticular por sua vez. Pelo fato de que cada comportamento de um grupo revelado supera o comportamento de um grupo adverso, modifica-se por tática em função deste e, em conseqüência, modifica as estruturas do próprio grupo, o acontecimento, na sua plena realidade concreta, é a unidade organizada de uma pluralidade de oposições que se superam reciprocamente. [...] ele surge precisamente destas superações mesmas, como uma dupla organização unificada cujo sentido é realizar na unidade a destruição de cada um de seus termos pelo outro (1966, p. 105).

Em suma: os atos praticados pelos estudantes quando se posicionam como participantes de um movimento social ou, mesmo, quando levam a cabo apenas ações pontuais de protesto aparece como uma ação do movimento estudantil. O movimento acaba, assim, por aparecer a todos os membros da universidade como um Outro organizado, sejam professores, técnicos e, mesmo, os próprios estudantes. Assim, de um lado, o movimento adquire mais força por aparecer, quando consegue fazê-lo, como um conjunto de pessoas agindo em torno de objetivos compartilhados; e, de outro, que, de fato, sempre que se coloca em ação esta organização social emergem tensões entre os membros que a compõem. Enquanto é correta a

afirmativa de que as pessoas no interior de um mesmo grupo acabam por compartilhar alguns símbolos, que “a organização é construída através da negociação de universos simbólicos” (MISOCKZY; VECCHIO; SILVA, 2007, p. 143), é errôneo pensar o conjunto de sujeitos como algo homogêneo, e não como bricolagem. Ou seja, nem as organizações são todas iguais, nem o são as pessoas que nela se inserem.

Mas o que é uma organização? Com certeza, não é satisfatória a assertiva de que ela seja um conjunto de pessoas reunidas para a consecução de determinado fim comum. Essa definição, com variações, encontra-se em grande parte dos livros texto que tratam da questão, e é talvez a primeira com a qual se defrontam os neófitos na área, embora recentemente comece a ser contestada (ver Paço-Cunha, 2008). Esta definição é reducionista, pois solapa completamente quaisquer idiosincrasias e nivela toda a vontade de determinado grupo a um mesmo nível, além de despolitizar suas ações. A melhor saída para responder à primeira pergunta talvez seja simples: A organização é, enquanto tal, um objeto de intelecção. Pode ser que esta seja entendida como um processo ininterrupto de mediação entre os sujeitos e o contexto, como o ato de eterna preparação de um conjunto para que possa ser compreendido e se compreender enquanto tal. Lukács, ao discorrer sobre a importância de os trabalhadores se organizarem em partidos, afirma que “[...] a organização é a forma de mediação entre teoria e práxis. E como em toda relação dialética, aqui também os membros da relação dialética tornam-se concretos e reais somente na mediação e por meio dela” (2006, p. 529).

Acredita-se que tal definição, generalista, assim como o termo *organização*, pode abarcar mesmo organizações outras que não a tratada neste trabalho, ficando uma inquietação a respeito da possibilidade de as organizações ditas formais não serem também compostas por diversos grupos que, em algum grau, disputam por poder através dos meios de que dispõem para poder influenciar o ambiente em que se inserem. Que elas servem também como uma mediação já foi aventado por Paço-Cunha (2008), mas é importante deixar claro que não é possível estabelecer uma analogia direta entre uma organização capitalista e um movimento social da maneira como o último é aqui entendido. Enquanto a primeira é erigida e tem seus limites dados pela necessidade de obedecer à lógica das leis de ampliação do capital, o segundo pode adotar posturas críticas ou, mesmo, buscar a superação dessa mesma lógica. Mesmo que se tente isolar apenas os grupos informais em sua atuação na dimensão política da organização, deve-se ter em conta que estes grupos dificilmente, a não ser em momentos como greves ou operações padrão (“tartaruga”), terão como objetivo último a supressão do modelo no qual se inserem, mas apenas a ascense em seu interior.

De qualquer maneira, entende-se que as organizações enquanto unidades produtivas funcionam também como aparelhos privados de hegemonia, principalmente a partir das práticas de responsabilidade empresarial. Com isso concorda Graciolli ao afirmar:

A sociedade civil é a esfera da organização da dominação de classes na qual a disputa por hegemonia é o traço distintivo, específico à ampliação do Estado (coerção e persuasão, força e hegemonia, sociedade política e sociedade civil). Nela, os aparelhos privados são aqueles em que se dão a elaboração, a disputa e a difusão de visões de mundo. A RSE [responsabilidade social empresarial] é, a rigor, um desses aparelhos (2005, p. 4).

Não há, como afirmado acima (ver seção 2), um segmento específico que não seja influenciado pelas disputas de hegemonia que ocorrem na sociedade. Essa idéia equivocada foi, e ainda é, muito ligada à questão da universidade, na medida em que se atribui a ela certa autonomia, mas que não deve ser aceita como verdade. Tragtenberg (2004, p. 79) denuncia: “O sistema educacional nacional, operando por exclusão que atinge grande parte da população, é um dos aparelhos de hegemonia dos setores dominantes”. Ora, mas se funciona como aparelho de hegemonia, cabe não perder de vista que há assim disputa pela sua orientação. E cabe apontar que a universidade é um espaço privilegiado de disputa. Apesar de funcionar também como produtora de mão de obra demandada pelo capital, nela transita o contraditório de maneira mais explícita, sendo também um importante espaço de formação de intelectuais, daqueles que vão servir como reprodutores da ideologia dominante na sociedade, mas com potencial de preparar também aqueles que vão contrapô-la. Mesmo que a consciência crítica não se construa apenas mediante a aquisição de um dado saber teórico, podendo também acontecer através da atuação na prática, a possibilidade de se adquirir novos olhares a respeito do que está dado e de desnaturalizar as relações sociais pode ser potencializada pela vivência universitária. Essa possibilidade é ainda mais forte se na universidade abre-se espaço e se tem atuação política.

6 – A INSERÇÃO DA UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE

A universidade é uma instituição que tem longo período de serviços prestados à sociedade. Sua história inicia-se no mundo greco-romano, com a criação de escolas, como a Academia de Platão, Os Jardins de Epicuro e o Liceu de Aristóteles. A palavra *universitas* foi utilizada pela primeira vez no século XIV (WANDERLEY, 1986), designando um local onde havia universalidade, pluralidade. Chauí (2001) atesta que o surgimento da universidade moderna dá-se quando esta retoma duas características das escolas filosóficas gregas: a publicidade, característica que remonta ao fato do conhecimento poder e dever ser realizado por todos; e o seu caráter coletivo, ou seja, não pode ser obra de um só. Com o passar do tempo, as universidades foram se desenvolvendo e modificando seu perfil de transmissoras de conhecimento para criadoras de conhecimento. A primeira universidade que busca aliar pesquisa e ensino é a Universidade de Berlim, por volta de 1809 (WANDERLEY, 1986), sendo essa característica gradativamente incorporada como imprescindível à universidade moderna, conforme apontado por Demo (2005).

Para Chauí (2001, p. 120) a universidade se recusa a aceitar a “impossibilidade de separar conhecimento e poder” e atua como se essa relação não existisse. “Criada para produzir conhecimento, ela se preocupa mais em controlá-lo” (TRAGTENBERG, 2004, p. 71). Dessa maneira, como transmissora de conhecimentos e saberes, e difusora de cultura, é importante *locus* de luta pela hegemonia. O próprio saber sobre a universidade, que, muitas vezes, é negado ao estudante, faz parte dessas disputas em torno de um dos aparelhos de hegemonia existentes na sociedade, que “enquanto organização complexa não é uma ‘fábrica de consenso’, o reino da ‘harmonia’; é o espaço onde se explora trabalho humano; onde se dá a *contradição* entre os poucos que planejam e os *muitos* que executam” (TRAGTENBERG, 2004, p. 74). Ignorar a dinâmica das lutas na qual se insere o aluno não faz com que ele se posicione no exterior delas, mas com que perca o poder de influenciá-las e passe a ser direcionado por forças das quais nem toma conhecimento.

A aparente neutralidade dos conhecimentos transmitidos oculta a relação de poder que orchestra essa mesma transmissão. A disputa em torno da formação dos estudantes é, *também*, a disputa em torno dos rumos da sociedade. Esta, como é campo de batalha de diversas correntes ideológicas, pode vir a modificar “o sistema psíquico do indivíduo de modo a internalizar valores da moral dominante” (ROUANET, 2001, p. 22). Os defensores da lógica

mercantil no ensino superior e da idéia de saber desinteressado se enfrentam num embate de ideologias que, em última instância, remetem ao capital e à resistência ao seu avanço sobre todas as instâncias da sociedade. Gramsci, numa afirmação que se mantém, afirma que: “a universidade é a escola da classe (e do pessoal) dirigente propriamente dito, é o mecanismo através do qual ocorre a seleção dos indivíduos das outras classes a serem incorporados ao pessoal governativo, administrativo, dirigente” (2006c, p. 45). Mas com a ampliação do acesso e da demanda por mão de obra qualificada, também as classes “subordinadas” passam a freqüentar a universidade, vista como possibilidade de ascensão ou, pelo menos, de manutenção do *status* social, como já havia observado Foracchi (1972; 1977).

Ao legitimar na prática a aceitação irrefletida do dado, as instituições se limitam a transmitir conteúdos úteis para se conquistar uma vaga no mercado de trabalho e exercer determinada profissão, e não para se pensar a realidade sob o crivo crítico. Hoje, essa instituição, que exerce funções sociais e políticas, cada vez mais é vista unicamente sob o enfoque da busca da produtividade, sem a reflexão necessária a respeito da adequação do conceito à instituição, vigorando a lógica inversa, “controlada em sua função pedagógica pela burocracia, tendo suas funções de pesquisa redefinida fora de seu meio, através de agências de financiamento nacionais e internacionais, é ‘domesticada’ (TRAGTENBERG, 2004, p. 80). A educação superior, atualmente, cada vez mais deixa de ser, até mesmo, concebida como um direito de todos para ser considerada benefício individual para aqueles que conseguem adquiri-la, muitas vezes, legitimando-se a exclusão da oportunidade a outros pela idéia do esforço pessoal. Ao invés de cidadãos plenos, são formados unicamente indivíduos empregáveis, “recursos humanos” qualificados para exercer diferentes funções já estabelecidas.

A universidade, que nunca foi completamente autônoma, mas que se encontra cada vez mais subsumida a critérios de avaliação que lhes são estranhos, provenientes do mercado, passa a servir de maneira crescente aos interesses do capital e a “preparar para o mercado de trabalho” por meio de mecanismos que tornam os alunos objetos que devem atender às necessidades do sistema. Como aponta Lessa (1999), ela assume a função de ser formadora de mão-de-obra barata, operadores de técnicas, disciplinados por meio de cursos de rápida duração, sem formação humanística e com baixa capacidade de crítica, à maneira como demanda o mercado. A universidade deixa de voltar-se para a sociedade e passa a ser uma organização voltada apenas para ela mesma, em busca unicamente do lucro (no caso das particulares) ou do cumprimento de metas (no caso das públicas) (CHAUÍ, 2007). Nesse sentido, a instituição passa a oferecer aos alunos apenas caminhos que já foram previamente traçados, em forma de

carreiras e posições que lhes são designadas a partir da escolha que ele faz no momento da escolha de seu curso.

Ao ser julgada de acordo com critérios oriundos do mercado, como a produtividade, o utilitarismo passa a ser um discurso de força na disputa pelos rumos da universidade. Conforme Lessa (1999), o recurso que a universidade melhor pode “processar” é o aluno, sendo a universidade pensada como escola-fábrica, para proporcionar ao mercado o volume desejado de profissionais, mesmo que seja por meio dos tíquetes de emprego, que posicionam o egresso numa fila para ser aproveitado (MARCUSE, 1999). Ao partir de tal postura, não proporcionam aos estudantes nem a possibilidade de ampliar sua capacidade reflexiva, nem forma profissionais preparados para os desafios que irão encontrar, capazes de aprender por si com os problemas que o cotidiano irá lhes colocar.

Os estudantes universitários se encontram, então, num ambiente que é, ou tem o potencial de ser, democrático em essência, e a convivência nesse espaço pode ser fundamental para a formação de um sujeito consciente, o que é dificultado pela concepção da escola como fábrica. A universidade, conforme Teixeira (1998, p. 79), só pode “exercer suas funções em liberdade e com plena autonomia, acaba por se constituir em um campo de experiência e prática democrática num regime de autogoverno e de responsabilidade”.

Para Foracchi (1972, p. 57), na universidade pensada para atender aos desígnios do mercado “a formação técnica e profissional é colocada no lugar da formação humanizadora e crítica e a substitui ao invés de complementá-la”. Os alunos passam, então, a estabelecer com as instituições uma relação fornecedor–cliente, na qual o segundo quer apenas municiar-se de um diploma e de conhecimentos técnicos para ingressar no mercado do trabalho, o que faz na forma de mercadoria. A experiência formativa (ADORNO, 1995), que possibilitaria ao estudante formar-se como sujeito capaz de criticar a sociedade em que se insere, de exercer seus direitos de cidadão de fato, é impossibilitada ou, pelo menos, bastante dificultada pela instrumentalização do ensino. Entende-se que a separação levada a cabo pelo pensamento positivista entre a teoria e a prática leva ao empobrecimento da primeira em benefício da segunda, embaraçando as possibilidades dos estudantes de transcenderem o que está dado. Eles aprendem a refletir apenas em relação ao dado concreto e às relações e possibilidades já existentes (MARCUSE, 2001). O devaneio, a abstração e a reflexão desinteressada são colocados como inutilidades e como desperdício de potencial produtivo, encerrando ainda mais os estudantes nas lógicas já legitimadas pela sociedade.

Como afirmado, entende-se que é papel da universidade contribuir para que o estudante tenha uma experiência de contato com diversos pensamentos diferentes e que possa refletir sobre a realidade. Pensa-se que o movimento estudantil tem um papel importante nessa experiência por ser uma organização política que permite o fazer político e que explicita essa necessidade para justificar e fazer sua existência acontecer.

É necessária, na acepção de Marcuse (2001, p. 85), “uma redefinição da cultura contrária as tendências mais poderosas. Significaria a libertação do pensar, do investigar, do ensinar e do aprender em relação ao sistema vigente de valores e de modos de comportamento”. Dessa maneira, seria possível romper as barreiras impostas pelas normas sociais e culturais que limitam os homens sem que eles próprios o percebam. Para isso é fundamental, para o autor, que se estabeleçam normas claras que possibilitem a real independência das universidades, para que estas possam desenvolver novas maneiras de enxergar o mundo. Mesmo que esses critérios sejam estabelecidos, salienta-se a importância das próprias disputas, que têm que ocorrer nos próprios aparelhos de ensino superior, para que estes possam, também, libertar-se da lógica e dos valores tradicionais.

Adorno (1995, p. 152) afirma que “existe uma grande carência de possibilidades sociais de individuação, porque as possibilidades sociais mais reais, ou seja, os processos de trabalho, já não exigem mais as propriedades especificamente individuais”. O estudante além de entrar de maneira precoce no mercado de trabalho e de formar-se apenas para conseguir uma vaga, terá pouca oportunidade de conseguir um trabalho no qual ele possa realizar-se e aos seus potenciais. Adorno e Horkheimer (1985, p. 36) afirmam que o próprio modelo de divisão do trabalho “força a auto-alienação dos indivíduos, que têm de se formar no corpo e na alma segundo uma aparelhagem técnica”, deixando de lado a formação humanística.

Compreende-se, nesse sentido, que a formação dos universitários significa mais do que a simples transmissão de aptidões técnicas e de profissionalização. A universidade, concebida como centro de pensamento independente, vem sendo paulatinamente alijada da autonomia relativa de que dispunha e colonizada pelos interesses do capital. O saber desinteressado que haveria de ser concebido no ambiente intramuros, passa a dar lugar ao saber de aplicabilidade imediata, e a formação de sujeitos com capacidade de reflexão é substituída pela formação técnica por meio de disciplinas balizadas pela transmissão irrefletida de conceitos práticos.

Durante a etapa avançada do capitalismo, a universidade vê os serviços que presta serem mediados pela troca econômica, nos moldes de um produto qualquer (SANTOS, 2004). A pesquisa dita de base, que, conforme Chauí (2001), tem uma dinâmica própria, é substituída pela pesquisa de cunho aplicado, de fácil absorção pelo mercado, muitas vezes, transformando os núcleos de pesquisa em ramos das empresas no interior das universidades. Marcovitch (1998) defende que a pesquisa na universidade destaca-se por ser de longo prazo, ao contrário de outras, que, geralmente, buscam resultados de curto ou de médio prazo. Esta deve visar a anseios da sociedade, sendo sempre públicos os seus resultados (CHAUÍ, 2001).

E a própria universidade se descaracteriza à medida que instrumentaliza o ensino, dando ênfase à pesquisa aplicada e fazendo da extensão uma prática assistencialista. Entendida anteriormente como ambiente que guardava certa autonomia tanto das forças oriundas da sociedade quanto do Estado, a universidade hoje, segundo Chauí (2007, p. 6), deixou de ser definida como instituição social que “se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições, impostas pela divisão”. Passou a definir-se enquanto organização social, que, por sua vez, “pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais” (CHAUÍ, 2007, p. 6).

Ela passa, então, a ser ainda mais afeita à lógica da razão subjetiva que domina o tempo presente. De ambiente de livre criação e produção de saberes abrangentes e de vieses diversos, como só pode acontecer num ambiente de livre trânsito de idéias, passa a reproduzir em seu interior as mazelas do meio no qual se insere. Ainda permanece um ambiente de possibilidade de realização do ideal de razão que livraria os homens de suas amarras e o tornaria efetivamente livre, mas só pode realizar esse projeto se atacar as bases da sociedade na qual se insere. Caso contrário, qualquer idéia de liberdade ficaria resumida a mero transcendentalismo idealista, como se a universidade fosse a consciência livre de uma sociedade prisioneira das determinações provenientes da organização do aparelho produtivo.

No presente contexto da sociedade, verdades objetivas e transcendentais deixam de ter sentido e passam a verdades subjetivas, ficando os homens preocupados exclusivamente com o tempo presente, deixando de lado questões menos imediatistas (HORKHEIMER, 2003). O saber pelo saber deixa de fazer sentido quando este é medido pela potencialidade de retorno financeiro. O absoluto da razão objetiva, que visa ao homem como um fim em si, passa a ser

preterido em favor da maximização de ganhos, deixando os valores e ideais humanos de ter significado por si para serem contabilizados de acordo com a possibilidade de retorno. O maior bem para o maior número de pessoas é o que indicaria a verdade. Não interessam mais que os meios sejam respeitosos à dignidade dos sujeitos, mas apenas que as ações sejam frutos de estratégias bem traçadas que possibilitem o retorno satisfatório.

A busca incessante pelo lucro torna a discussão a respeito de valores substantivos algo inútil. Assim, os avanços alcançados jamais são suficientes para ocasionar alguma mudança social, devendo estas ser sempre postergadas. O amanhã toma ares de fardo, que pesa sobre o presente, impedindo a auto-realização em favor de um futuro próspero que não se realiza. A abnegação dos instintos e o direcionamento de pulsões que visam satisfazer-se *per se*, para atividades produtivas, abafa e reprime a fruição do desejo em si. É a racionalidade técnica, instrumental, que é valorizada pela lógica do

[...] capitalismo tardio, ou seja, uma fase pós-liberal do capitalismo em que a dominação social deixou de ser exclusivamente concebida como dominação de classe para tornar-se uma dominação da própria racionalidade incidente sobre a subjetividade dos indivíduos, configurando aquilo que ele [Adorno] chamava de uma sociedade administrada (CAMARGO, 2006, p. 124-126).

Nesse cenário, as universidades têm uma função importante a desempenhar se quiserem postar-se ao lado dos sujeitos. Esta se inicia na defesa de sua autonomia, que deve acontecer na prática, e não apenas no discurso, não se resumir à questão financeira, mas existir também no plano das idéias. Os estudantes podem ter um lugar importante nesta luta, tanto pela autonomia da universidade quanto pela mudança dos valores sociais. Mediante a participação, utilizando-se tanto dos mecanismos institucionalizados quanto de novas formas de expressão, é possível que os estudantes recuperem seu espaço como interlocutores de peso nas discussões do rumo da universidade.

Ao participar das decisões em um momento crucial para os rumos da universidade como este pelo qual ela passa, o estudante tem a possibilidade de construir-se como sujeito social. Por outro lado, a apatia diante dos desafios que já estão postos e a aceitação do individualismo extremado podem levar o estudante a renunciar a sua autonomia de maneira irrevogável. Ao professar seu alheamento, ele se nega enquanto sujeito capaz de reger a si próprio, tomando como regra sua o que é de fato o desejo dos poderes dominantes. A auto-afirmação se torna, em verdade, uma autonegação.

Ao revivificar-se nesse particular que é a universidade os valores universais da razão objetiva, tais como justiça, liberdade e democracia, abrem-se as possibilidades para transcender o ambiente intramuros e modificar toda a sociedade. Isso se os estudantes perceberem que as lutas que travam no interior da universidade contra, por exemplo, o autoritarismo, a exclusão e a discriminação de certos setores da população do ensino superior, não são mazelas da universidade apenas, mas da sociedade em geral. A participação no movimento estudantil pode, assim, constituir-se em oportunidade ímpar para que sejam formados cidadãos conscientes, pessoas capazes de repensar o próprio ambiente que acaba por perpetuar esse sistema que barra as potencialidades dos seres humanos. Gohn (2005a), versando sobre movimentos populares, mas numa assertiva que pode ser entendida ao conjunto dos movimentos sociais, deixa claro que o ponto fundamental da intervenção destes está no conjunto das relações sociais e que não “se trata apenas de um processo de aprendizagem individual, que resulta num processo apenas de politização de seus participantes. [...] Entretanto, o resultado mais importante é dado no plano coletivo” (p. 52).

7 – O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Como se argumentou, é interessante lançar os olhos sobre os movimentos sociais como organizações sociais detentoras de projetos políticos. Neste trabalho, optou-se por direcionar a reflexão para o movimento estudantil. Isso porque, depois de um período longo em que parecia fadado ao ostracismo e ao papel de coadjuvante, mesmo no interior das universidades, novas manifestações estudantis, como a ocupação¹³ da Universidade de São Paulo (USP) e a ocupação de reitorias pelo País mostraram que o movimento existe sempre que se põe em ação.

É interessante que os movimentos sociais em geral e o estudantil em especial sejam alvo de reflexões teóricas, pois a práxis se origina da teoria, ao mesmo tempo em que a constrói. Além disso, a práxis dos jovens¹⁴ estudantes se faz importante. Para Marcuse (1978a, p. 23), “é a vida deles que está em jogo e, se não a deles, pelo menos a saúde mental e a capacidade de funcionamento deles como seres humanos livres de mutilações. O protesto dos jovens continuará por que é uma necessidade biológica”. O autor prossegue afirmando que “‘por natureza’, a juventude está na primeira linha dos que vivem e lutam por Eros contra a Morte e contra a civilização que se esforça por encurralar o ‘atalho para a morte’” (p. 23). Marcuse entende que os jovens têm uma dinâmica pulsional que os direciona ao questionamento, pois ainda não se tornaram completamente, pelo menos não todos, conformados à ordem vigente.

Porém, cabe lembrar que a própria definição de quem é jovem é algo confuso e que não são neutras nem vazias de efeitos essas classificações, que respondem muito mais a critérios sociais do que a condições biológicas objetivas. Por outro lado, essa saída “biológica” de Marcuse (1978a) não parece ser muito adequada aos dias atuais, nos quais, apesar de os jovens continuarem vivendo seus conflitos, parecem não direcionar, necessariamente, suas energias para a contestação do sistema vigente.¹⁵ O caráter transitório da própria juventude pode ser considerado um fator importante na análise. Por ser um estágio do desenvolvimento social e biológico, ela é passageira, o que leva a uma descontinuidade de participação quase

¹³ Termo de preferência dos estudantes, por acreditarem que estão ressignificando um espaço público.

¹⁴ A temática da juventude é rica e fornece vários elementos para a compreensão da sociedade moderna (cf. ABRAMO; BRANCO, 2008 e NOVAES; VANNUCHI, 2005).

¹⁵ A reflexão sobre a mudança nas instituições sociais demandaria um estudo à parte, dada a necessidade de se analisar em muitos fatores, como o papel da família, da escola, do sexo, da cultura (de massas) e da mídia, no desenvolvimento da dinâmica dos instintos dos jovens, trabalho que seria deverás interessante, mas que desviaria o foco desta análise.

que programada, e isso não acontece em outros casos. Mesmo assim, é possível perceber que os estudantes organizados participam da vida política no Brasil há muito tempo (cf. POERNER, 1979) e que há certa continuidade nas suas lutas. Entretanto, atualmente, questões que (aparentemente) têm menor carga ideológica hoje se mostram mais relevantes para os jovens, como a empregabilidade e a violência (SINGER, 2008). Mas esse não parece ser um fato exclusivo da época presente, e sim um fenômeno que se apresenta em fluxos e refluxos, como ilustram os comentários de Gramsci (2006c) a respeito de uma pesquisa sobre jovens publicada na Itália no final da década de 1920 (entre 1928 e 1929), na qual se observa o desinteresse dos jovens em relação à academia e às manifestações sociais, além de buscarem se empregar logo em detrimento dos estudos.

Deve-se levar em consideração, também, que nesta época da vida, nos dias atuais, apesar de ter reconhecida sua maioridade civil, o estudante, dependendo do seu perfil e da sua família, dispõe de maior liberdade para se dedicar a atividades que não estejam diretamente ligadas ao sistema produtivo. É nesse sentido que Pochmann (2004) defende uma ampliação do sistema de bolsas e incentivos à permanência dos estudantes mais necessitados na escola, uma vez que, para o autor, a desigualdade de condições no que tange ao bom aproveitamento de todas as oportunidades que a universidade possibilita, e não apenas à educação formal, funciona como reprodutora das desigualdades existentes na sociedade.

Dentre as atividades educativas e que ultrapassam a relação formal de ensino-aprendizagem, estão as vivências proporcionadas pelo movimento estudantil, por exemplo as atividades culturais e artísticas, e a própria participação no movimento em si. Entretanto, como aponta Foracchi (1977), o estudante não está isento de cobranças a respeito quando se encontra nessa condição e, mesmo quando os vínculos de dependência do estudante se estabelecem, primeiro, com a sua família ainda carrega em si reflexos do sistema produtivo, como aponta a autora. A isso Kehl acrescenta que na sociedade capitalista aumenta o tempo necessário para a formação escolar, fruto e reflexo da maior competitividade, tendência que caminha no sentido de obrigar “o jovem adulto a viver cada vez mais tempo na condição de ‘adolescente’, dependente da família, apartado das decisões e responsabilidades da vida pública, incapaz de decidir o seu destino” (2004, p. 91).

E as pressões a que são submetidos os estudantes e as universidades, por estarem inseridos numa sociedade capitalista, são cada vez mais fortes. As demandas do sistema produtivo pela formação rápida e adequada a suas necessidades influenciam a organização da universidade e

a experimentação da vida universitária. A inclusão no sistema possibilita a dominação e a exploração da força de trabalho dos próprios estudantes. Isso implica que eles, conscientemente ou não, ao se desmobilizarem, aceitam tacitamente entrar nessa lógica de exploração e dominação, como sujeito e objeto dessas ações. Ou, por outro lado, quando agem para adequar a agenda da universidade às “necessidades do mercado”, acabam atuando em favor da realidade dada e de sua dominação enquanto sujeitos pelas lógicas que regem o aparelho produtivo da economia capitalista.

Estes apelos para ingressar no mercado de trabalho rapidamente e o próprio entorno social no qual são socializados os estudantes contribuem para torná-los indivíduos dóceis e úteis (FOUCAULT, 1987). O sistema capitalista necessita do consumo conspícuo para a sua reprodução, utilizando-se, inclusive, da idéia de que o consumo é o momento em que a identidade do sujeito se expressa. Cursos com preponderância de formação técnica e que são importantes para a reprodução da ideologia capitalista fazem com que os estudantes estejam mais vulneráveis a esses ideais que permitem a permanência do sistema. Este é um pressuposto da análise que será desenvolvida neste trabalho.

O movimento estudantil já foi retratado como um dos principais agentes de mudança da sociedade. As manifestações ocorridas em 1968 em vários países pareciam corroborar a tese de que os estudantes estavam destinados a serem os novos protagonistas nas transformações sociais. Entretanto, passada a grande euforia que sucedeu às diversas manifestações pelo mundo, o movimento estudantil parece ter perdido força, apesar de prosseguir atuando na sociedade em geral e nas universidades em particular.

Os estudantes foram protagonistas em diversos momentos importantes da história do País, tais como as manifestações antifascistas durante a Segunda Guerra, a campanha nacionalista pelo monopólio do petróleo, que desemborcou na criação da Petrobras, o combate à ditadura militar e a campanha “Diretas Já”. Autores como Gohn (2005a) nutrem reservas em relação ao papel do movimento estudantil na sociedade, afirmando, por exemplo que “[nos anos 70 e 80] os estudantes não fizeram grandes movimentos sociais, limitando-se a encaminharem questões através dos DCEs [...] as demandadas estudantis estiveram localizadas em questões internas” (p. 74). A autora, contudo, entra em contradição ao defender: “Entretanto, justiça seja feita, através de seus órgãos de representação, os estudantes sempre estiveram presentes nas manifestações *gerais* da sociedade (poucas), como as ‘Diretas já’” (Gohn, 2005a, p. 74). Uma vez que a autora é repetidas vezes referenciada como sustentação da argumentação feita

ao longo deste texto, cabe esclarecimento a esse respeito. Gohn direciona a maior parte de suas análises aos movimentos populares e, ao dar visibilidade às conquistas desse segmento da sociedade, acaba deixando de lado outros setores organizados com atuação importante. Ora, a autora afirma inicialmente que as demandas dos estudantes são internas, relativas principalmente à assistência estudantil, e o faz dando contornos negativos a esse fato; por outro lado, sustenta que os estudantes não estiveram ausentes das manifestações gerais. Ou seja: os estudantes se atentaram para suas condições objetivas, mas participaram também de outras manifestações, atentando ao que lhes era particular, mas também a outras questões. Assim, entende-se que nesse aspecto Gohn demonstra pouco interesse pela atuação dos estudantes, uma vez que no mesmo texto, vai mostrar que há lados positivos nas demandas corporativas (aumento de salários, plano de carreiras, etc.) de alguns setores do funcionalismo público. Não se pode, entretanto, deixar de lado o fato de que os estudantes, efetivamente, tiveram um papel de importância menor em relação ao conjunto de movimentos dessa época. O que se ressalta é que existiram fatores concretos que contribuíram para a modificação da postura dos estudantes. Ela não mudou *per se*. A repressão sofrida no período da ditadura e o fato de terem se organizado grande parte do tempo contra o Estado ditatorial podem ter feito com que eles, enquanto conjunto, não estivessem preparados para a nova etapa da sociedade brasileira.

Já no último grande ato no qual o movimento estudantil teve importância amplamente reconhecida foi a campanha “Fora Collor”, em 1992, analisado por Mische (1997). Mas, depois da breve euforia, o movimento parece ter caído em certo ostracismo, tendo se acomodado à ordem vigente. Apesar de ainda atuar em favor de diversas mudanças na estrutura social, parece que o fim da era dos extremos, como denomina Hobsbawn, contribuiu para amainar as críticas ao ordenamento social. Após ter sobrevivido por vários anos na clandestinidade durante a ditadura militar brasileira e de ter voltado à legalidade, as lutas estudantis parecem estar fragmentadas e com pouco potencial de transformar a realidade e, mesmo, de ocupar lugares importantes nas discussões no interior e a respeito da universidade.

Uma das características básicas de todo movimento social, quer popular ou não, é seu fluxo e refluxo. Eles não são instituições. Podem até se materializar em alguma organização, mas isso é uma provisoriedade (GOHN, 2005a, p. 100).

Os movimentos sociais em geral, como relatado acima, mudaram de ambições e focaram-se mais em demandas pontuais. Esses movimentos tendem a lutar pela ampliação da cidadania e pelo reconhecimento social, que produzem como consequência o fato de facilitar a

acomodação dos marginalizados no interior do sistema social atual, sem, contudo, questioná-lo em suas bases. Eles se mostram numerosos e dão voz a grupos postos à margem da sociedade, não tentando, porém, mudanças mais profundas na realidade. Ou seja, a crítica levada a cabo pode não chegar à verdadeira raiz dos problemas que enfrentam e funcionar apenas como paliativo para que o *status quo* se mantenha. Essas reivindicações devem ter congruidade e precisam pensar o todo social, e não apenas parte dele, para dar espaço a transformações mais densas e evitar que funcione apenas de maneira clientelística.

Apesar de ainda ser extremamente importante para que os jovens mantenham contato com as lutas políticas que afetam suas vidas, o movimento estudantil, que é um movimento social de cunho eminentemente político, parece ter perdido força, também, porque deixou de ser um dos maiores representantes a pleitear transformações culturais e sociais. Mesmo assim, Carneiro (2008) afirma ser possível apontar três pontos básicos em relação aos quais se orientam as manifestações estudantis, sendo que todos geralmente se articulam: a corporativa e acadêmica; a de ordem política; e a que se volta para a cultura e os costumes. Tragtenberg (2004, p. 91-92) aponta que “a organização estudantil ganha cidadania na medida em que é parte da mobilização geral das camadas sociais, que, mediante sua auto-organização, pretendem ‘tomar a palavra’”, o que hoje não acontece devido ao distanciamento relativo entre o movimento estudantil e outros movimentos sociais, que não é completo, mas existe. Uma das possibilidades de explicação está no fenômeno denominado “pós-modernidade”, época na qual as “grandes narrativas” não fariam mais sentido e as “grandes lutas” são abandonadas em favor de uma visão da realidade sob perspectivas micro, o individualismo ao invés do pensamento comunitário.

A esquerda, enfraquecida após a queda do muro de Berlim, teve de se rearticular, e uma ideologia conformista que apresenta o atual ordenamento de forças como o único possível ganhou forte impulso. Mas, além disso, é relevante lembrar que existiam, e existem, estudantes que se identificavam com a chamada “direita”, não sendo o pensamento mais afinado com o que aqui foi considerado como crítico, o único matiz existente entre ele e nem sempre o hegemônico, como mostram Groppo, Zaidan Filho e Machado (2008). Mesmo nos tempos da ditadura militar brasileira, alguns membros da classe estudantil defendiam a ordem vigente, sendo notório, por exemplo, o caso dos alunos da Mackenzie em São Paulo (de direita) e seus embates com os alunos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Nas palavras de Gaspari:

Na pequena rua Maria Antonia, no bairro paulista de Higienópolis, conviviam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e a Universidade Mackenzie. Uma, conhecida popularmente pelo nome da rua, era faculdade de produção brilhante, jóia da esquerda, fornecedora de quadros para o radicalismo da esquerda paulistana. Na outra, militava o CCC [Comando de Caça aos Comunistas] (GASPARI, 2002, p. 324).

Acredita-se, entretanto, que a parcela de posicionamentos que se situam à direita no espectro político é ínfima, atualmente, entre os participantes do movimento estudantil, mesmo que seja relevante entre os alunos de maneira geral. Entende-se que a discrepância em relação ao número de estudantes que se identificam como adeptos da idéia de direita e de centro, em face de sua atuação no movimento estudantil, pode ser explicada pelo fato de que estas idéias fazem parte do que se pode chamar de “pensamento hegemônico” e são postas à prova à medida que o estudante passa a atuar criticamente.

Isso porque se entende que a emergência do pensamento crítico está diretamente ligada à prática política. Em outras palavras: os alunos que têm interesse em se engajar na vida política o fazem, muitas vezes, por uma inquietação em relação à realidade estabelecida e pelo desejo de mudá-la. Disso decorre a consciência da necessidade de inserção em um coletivo para atuar com maior força, sendo que na universidade, essa necessidade pode ser suprida, ao menos em parte, pelo movimento estudantil (institucionalizado ou não). Por outro lado, aqueles que não sentem esse incômodo não vêem a necessidade de participar tão intensamente, mas apenas em momentos específicos. Para Foracchi (1977), o estudante se depara com algumas possibilidades já previamente dadas: adaptar-se ao ordenamento estabelecido e passar e seguir destinos profissionais estabelecidos *a priori*; viver alheio ao sistema, acabando por negar a si próprio enquanto sujeito; e identificar-se com aqueles que não se conformam com o que está estabelecido. Então vêm-se aliados de uma livre escolha e passam a buscar uma transformação social. Para atingi-la se engajam politicamente.

Mische (1997) constatou, em pesquisa realizada no Brasil, que nos últimos anos os jovens que participam de movimentos sociais não têm como principal identificação o fato de serem estudantes, e sim o de serem cidadãos, categoria mais ambígua, complexa e abstrata, que traz ainda outra complicação para a análise: como estudantes os cidadãos estão sujeitos à uma periodicidade na participação política, e por esta ótica é mais interessante que eles se vejam como cidadãos. Por outro lado, a participação como estudante é enriquecedora e intensa, podendo levar a uma vivência mais rica, uma vez que ser cidadão é (quase) um *a priori* em um estado democrático. Isso leva a crer que se, de um lado, abrem-se portas para a participação de um número maior de pessoas, uma vez que esse termo é mais permeável a

influências de diferentes correntes de pensamento, de outro, essa porosidade dificulta a identificação com um movimento em específico, enfraquecendo possíveis laços que poderiam proporcionar, com o tempo, momentos catárticos (GRAMSCI, 2006a). A identidade estudantil tende a ser mais enriquecedora e mais intensa do ponto de vista da prática política, já que parece que na universidade a multiplicidade de tendências existentes na sociedade aparece com maior clareza.

Gohn (2005b) mostra que o significado da cidadania, além de não ser unívoco não é estável e varia de acordo com o tempo e o local no qual é invocado, assim como as convicções de cada analista ou grupo social. Os jovens que não se reconhecem nessa luta pela cidadania também passaram a identificar-se com grupos mais diversos, como as múltiplas “tribos” que povoam as cidades e possibilitam substrato considerável de identificações possíveis. Essa difusão contribui para que os posicionamentos ideológicos se dissolvam e dificultem a politização havendo um engajamento maior no que se chama de “lutas pela identidade”, que relegam a segundo plano a política que visa ao bem do todo para mirar o reconhecimento de um grupo específico. Não há, entretanto, uma necessária exclusão entre as duas visões, pois talvez seja necessário a um grupo constituir-se em torno de uma luta identitária, pela qual será reconhecido também pela sociedade, para só então iniciar a luta política visando à totalidade da sociedade. Mesmo que hoje os processos de formação de identidade hoje sejam fluidos, é possível que a identificação com a categoria estudante abra possibilidades de construção de projetos pessoais a partir desse ponto, como é possível observar em Foracchi (1977). Apesar de a universidade não ser o único ponto de confluência de temas culturais, políticos e sociais, ainda é possível perceber que essas questões acabam por perpassar o seu ambiente institucional. Por outro lado, estima-se que atualmente a idéia do estudante como um livre pensador, que está adquirindo conhecimento do mundo à partir de sua experiência universitária, está em declínio. Ao entrar na universidade, o estudante se vê como trabalhador em treinamento, deixando assim a experiência universitária de se revelar como momento de rito de experimentação para ser um rito que sedimenta uma função a ser desempenhada no futuro: a de cidadão trabalhador.

Por causa dessa condição transitória de seus membros, conforme aponta Reis (2007, p. 12), o movimento estudantil “depende da adesão ativa, militante e contínua de novos estudantes” para continuar a existir. Esta peculiaridade acentua o caráter de dinamismo, que já é imputado normalmente ao conjunto de movimentos sociais na contemporaneidade. Por outro lado, é importante entender que essa característica dificulta a criação de uma identificação com o

grupo mais sólida, como pode acontecer em outros movimentos, como os de gênero, os de raça ou os territoriais, o que exaspera a complexidade de se analisar o movimento com base em parâmetros muito rígidos. Se, de um lado, os estudantes são, em geral, jovens que se encontram descontentes com a sociedade e que se formam enquanto grupo por compartilharem desse descontentamento e de visões de futuro, abrindo possibilidade de uma vivência rica no âmbito da prática política, que permite a definição de trajetórias individuais para o futuro, de outro, essa mesma transitoriedade exige certa dose de dedicação ao próprio movimento para que ele se mantenha existindo. Parte das forças dos militantes deve ser despendida com o processo de renovação do movimento, devido ao caráter passageiro do conjunto dos partícipes.

É possível perceber atualmente no Brasil, conforme aponta Machado (2007), ações que visam resgatar a memória das instituições de ensino superior e dos estudantes universitários brasileiros. O autor aponta a importância dessa iniciativa para que se possa repensar a história e suscitar a respeito dessas instituições e do movimento e de seu papel na construção da sociedade brasileira. Especificamente na UFMG, o “Projeto República”, apontado pelo autor, visa reconstruir a história dos sujeitos que fizeram parte da construção da história e da realidade social do Brasil e que são, muitas vezes, relegados ao esquecimento.

Em 1968, os estudantes se levantaram em diversas partes do mundo para questionar a forma como a sociedade se ordenava. De lá para cá, muitas mudanças ocorreram sem que a almejada liberdade, em sentido pleno (cf. MARCUSE, 2001), pudesse ser alcançada. No mesmo ano, no Brasil, houve várias manifestações de rua, reforçadas pelo assassinato do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro. Em 1977, houve novas manifestações intensas no País, em virtude da proibição da realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE) pelo governo ditatorial (COMETA¹⁶, 2007). Nessa ocasião, como ocorrera em Ibiúna, no ano 1968, vários estudantes foram presos, mas os efeitos desse congresso não realizado ressoariam por mais tempo. Estes eventos, dos quais participaram ativamente os jovens, permanecem vivos no imaginário dos estudantes, em certa medida, como modelo de luta estudantis (MESQUITA, 2006) que devem ser lembradas como produtoras de sentido para lutar no presente, mas das quais é importante guardar as especificidades históricas.

¹⁶ O *Cometa* é um jornal que circula em Belo Horizonte e Itabira, que tem entre os articulistas vários ex-membros do movimento estudantil.

Em 1968, foi editada e promulgada pelo regime ditatorial uma lei para a reforma das universidades. Bandeira antiga e sempre presente nas reivindicações dos estudantes, a reforma não se deu como eles desejavam. Editada pelo governo militar, foi articulada e desenvolvida muito por causa da parceria MEC-USAID e visava estruturar a universidade de modo que atendesse às demandas de setores privados da economia, numa espécie de estruturação fordista da universidade (cf. CUNHA, 1988). Essa reforma consolidava a posição dos governantes, que entendiam a participação em quaisquer aspectos que fugissem do que eles considerassem como estudo era perda de tempo, disfunção na linha já traçada e desejada (por eles) para o desenvolvimento do aluno na universidade. Tragtenberg (2004, p. 81) é taxativo: “A reforma de 68 irá preocupar-se com uma universidade instrumental, fundada na ‘eficiência e produtividade’”.

A reforma universitária imposta pelos militares em 1968 e que impedia os estudantes de qualquer coisa que não fosse deixar de ser instruídos, como apontam Gaspari (2002) e Cunha (1988), parece ter reflexos nas atitudes de hoje dos estudantes e na idéia que perpassa a configuração dessas instituições. Os reformadores que trabalhavam para o regime militar buscavam conciliar a forma de organização autoritária proposta por Fichte, na Alemanha, com as práticas do “americanismo” próprias da grande indústria. Visavam moldar a universidade em função da produtividade, da “organização racional do trabalho e das linhas de comando” (CUNHA, 1988, p. 19). Nesse contexto, os estudantes são induzidos a buscar se formar apenas para exercer uma dentre as funções que a sociedade esperava deles. A instituição universitária, que tem o importante papel de criar conhecimentos e de transmitir saberes plurais e diversos e, principalmente, questionamentos aos problemas que a circundam, não deveria assumir a função de adaptar os estudantes ao que o mercado deseja, mas prepará-los para pensar a realidade (SOBRINHO, 2003), apesar de não ser essa a demanda que lhe seja feita com maior ênfase.

Em 1968, a luta contra o esvaziamento da educação superior por meio da tecnicização e da massificação¹⁷ da universidade, o questionamento das autoridades e o autoritarismo, materializados, por exemplo, na segregação sexual dos alojamentos em Nanterre e na proibição de discursos sobre temas polêmicos (como o comunismo) em Berkeley, são pontos importantes, nos quais se apoiavam os protestos dos jovens por todo o mundo, inclusive no Brasil. Na França, os estudantes discutiam, dentre outras questões, como o próprio

¹⁷ Que é diferente da democratização, pois toma a escola por uma fábrica.

ordenamento social, o Plano Fouchet: um programa de modernização conservador das universidades capaz de implementar reformas que as alinhassem às necessidades do capital (GROPPO, 2006). Aqui, a reforma universitária proposta pelo governo militar era emblemática do alinhamento que se buscava entre a universidade e os anseios do mercado e do autoritarismo ao qual se desejava submeter os estudantes:

O acordo do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e da agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional (Usaid), proposto em 1965 por influência norte-americana, visava tornar rentável a universidade pública [tornando-as fundações]; introduzir novos currículos e formação educacional mais técnica. Visava também a preparação de mão-de-obra qualificada para a indústria e propunha, ainda, a eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegial como gremial (CARMO, 2001, p. 83).

Na sociedade atual, o que o mercado, muitas vezes com a conivência dos governos, continua requisitando das universidades (e das instituições de ensino superior em geral) é que formem mais pessoas com saberes instrumentais, detentoras da capacidade de ocupar rapidamente postos de trabalho e que não coloquem em questão o *status quo*. Sob a ótica do mercado, a universidade passa a ser vista como *locus* de formação de profissionais e produtora de ferramentas como novas tecnologias e técnicas, que possam ser utilizadas pelo mercado (DOURADO *et al.*, 2003). As universidades e instituições particulares de ensino superior, por sua vez, atendem a uma demanda dupla de gerar receitas para os acionistas e atender à demanda por mão de obra do mercado.

Nesse contexto, a política passa a ser algo estranhado e vivenciado apenas de maneira passiva, sendo colocada como algo distante do dia-a-dia da comunidade acadêmica. A consciência proveniente da práxis social deixa de ocorrer entre os universitários, que passam a perceber o ensino como atalho para a ascensão social. Por outro lado, é preciso não esquecer as condições materiais e ideológicas da sociedade atual, que atuam em desfavor das mobilizações políticas dos estudantes ou dos jovens. Mesmo que essa não seja uma relação unilateral, de submissão dos sujeitos às forças sociais, o modo como estes interagem com as instituições sociais e com o mundo objetivo influencia sobremaneira a formação da consciência. E, como lembra Rouanet (2001, p. 160) “os aparelhos ideológicos não são meros canais de circulação dos valores dominantes, podendo funcionar, ambigualmente, como o campo em que se estrutura uma proposta anti-hegemônica”. Nesse sentido, as universidades podem fomentar outras propostas, e a participação na vida política que acontece em seu interior pode ajudar a fomentar o pensamento crítico.

Marcuse (2001) afirma que, embora parte dos homens tenha espaço para efetuar trocas, para vender sua força de trabalho, para expressar opiniões e para deslocar-se, eles não conseguem vislumbrar além do sistema estabelecido, que acaba determinando as necessidades, as escolhas e as opiniões. “A liberdade mesma opera como veículo de adaptação e limitação” (MARCUSE, 2001, p. 84). Para o autor, as necessidades imputadas de fora por aqueles que administram a sociedade acabam por ser introjetadas e passam a ser encaradas como espontâneas, suprimindo qualquer questionamento. A isso Brito (2007, p. 71) acrescenta que “o sentimento de falta ou perda da liberdade é abstraído dos sujeitos e as pessoas se sentem livres simplesmente porque não entendem o que seja falta de liberdade. [...] na ausência dos padrões da falta de liberdade, todos se tornam livres”. Nesse sentido, a ditadura é mais elucidativa do que o cerceamento da possibilidade de escolhas.¹⁸ Na acepção de Marcuse (2002; 2001), liberdade econômica é deixar de ter a vida governada pelas forças econômicas. Liberdade política é a liberação do indivíduo das políticas sobre as quais ele não tem influência. Liberdade intelectual é a possibilidade de ser restaurado o pensamento individual, que para o autor foi absorvido pela comunicação de massa e pela chamada “opinião pública”. Explica o autor “O som irreal dessas proposições é indicativo, não de seu caráter utópico, mas do poder das forças que impedem sua realização” (MARCUSE, 2002, p. 6, tradução livre). É interessante lembrar que Marcuse esteve envolvido, de fato, com as revoltas de 1968 e teve boa parte de suas idéias encampadas pelos estudantes àquela época em que se entendia a universidade num sentido ampliado, que fosse de fato livre até mesmo das hierarquias previstas em sua estrutura de funcionamento, como entre professores e alunos.

Estudantes, num embate com a sociedade estabelecida, não têm chances de levar a cabo sozinhos qualquer transformação que mude profundamente toda a configuração social. Hobsbawn (1995) afirma a respeito dos movimentos estudantis de 1968, que os estudantes jamais poderiam conseguir seu intento de “mudar o mundo”, sendo os efeitos do movimento intensos, porém pontuais quando não articulados com outros sujeitos sociais, e mais perenes nos campos da cultura e da moral. Os estudantes, além de não pertencerem necessariamente em exclusividade a uma só classe, não representam nenhuma classe em si. Assim, contam com limitado poder de pressão aos poderes estabelecidos. Sartre aponta: “Os estudantes não são uma classe realmente. Eles se definem pela idade e em relação ao seu saber” (1968, p. 41). Entende-se que a importância do movimento estudantil se dá por este se inserir num

¹⁸ Mas isso não faz, de modo algum, com que ela seja mais desejável que a democracia. O que se ressalta é que a agudez da privação de direitos numa ditadura escancara sua tirania, enquanto na democracia o *There is no alternative*, lema de Margaret Thatcher, é uma forma apenas velada de arbítrio.

ambiente que é propício à formação do pensamento crítico. Isso porque na universidade coexistem diferentes pensamentos que possibilitariam um convívio que pode ser benéfico para a formação dos estudantes. Essa instituição é um local onde diferentes forças atuam, situando-se num ponto de inflexão entre a sociedade civil, o Estado e o mercado, sofrendo demandas dessas três instâncias, operando numa lógica própria. Os estudantes, por meio de mobilizações, têm capacidade de influenciar a disposição de forças e as respostas que a universidade dá aos atores com os quais interage.

O movimento estudantil, apesar de ter perdido parte de visibilidade no palco social, ainda pode possibilitar a vivência de experiências importantes para a formação dos partícipes. As iniciativas culturais, promovidas pelos estudantes e o ambiente ainda politizado entre os militantes permitem a convivência com diferentes visões da realidade, seja universitária, política, social ou cultural. Mesmo assim, talvez seja necessário reposicionar o movimento estudantil na vida dos acadêmicos e da sociedade como um todo.

Apesar de ocupar um espaço importante, o movimento estudantil tem hoje dificuldades para funcionar como um ponto de aglutinação dos interesses dispersos dos estudantes. Mesquita (2006, p. 32) sustenta que “a temática da juventude, a partir de meados dos anos 1990, surge com novas questões. Continuam com visibilidade o movimento estudantil e outros movimentos juvenis clássicos [...], porém surgem com muita força [...] outras experiências de organização coletiva”. Questões como meioambiente, sexualidade, segurança e trabalho passam a fazer parte de maneira mais pungente nas pautas dos estudantes, que se integram também em outros movimentos que não apenas os movimentos tradicionais.

Por outro lado, as questões mais específicas relativas também as questões práticas da vida dos estudantes permanecem importantes. Cunha (2006) descreve que quando foram instituídos padrões tecnicistas de avaliação do desempenho de instituições de ensino superior as principais críticas contra estes vieram da União Nacional dos Estudantes¹⁹ (UNE) e que, posteriormente essas críticas foram silenciadas por meio da vinculação do recebimento do diploma à participação no processo avaliativo. Isso deixa claro que os embates ideológicos em relação à idéia que se faz de universidade ainda existem e que estes, por sua vez, remetem a

¹⁹ A trajetória da UNE é bastante rica para ser resumida em algumas linhas. Não se intenta fazer uma análise profunda da instituição neste espaço. Porém, cabe ressaltar que há fortes indícios de que ela tenha passado por um processo de burocratização e institucionalização, além de ter-se colocado ao lado do atual governo da República, que tem em sua composição partidos que fazem parte de um consórcio que há muito domina os rumos da entidade, que passou a ser um braço de ambos.

lutas em torno de questões mais amplas, mesmo que de maneira indireta, uma vez que os novos critérios avaliativos estavam vinculados às reformas neoliberais pelas quais o País passava na década de 1990. Deve-se deixar claro que seria uma postura idealista compreender a atuação do movimento como a de um sujeito coletivo em torno do qual se aglutinariam todos os diversos sujeitos. É mais interessante compreender o movimento como uma oportunidade para o desenvolvimento do pensamento crítico, para a criação de um espaço de desenvolvimento de idéias que podem mudar a maneira de, pelo menos, seus participantes verem o mundo. É da mesma maneira que, entende-se, deveria ser experimentada a experiência universitária não completamente livre do arbítrio da necessidade econômica (já que nesta sociedade isso seria impossível), mas como uma oportunidade de ir além dos caminhos preestabelecidos.

Os estudantes brasileiros não foram capazes de construir uma nova ordem social sozinhos, mas foram importantes como contraponto à realidade estabelecida, privilegiados em relação a outros grupos sociais, devido à sua posição na estrutura da sociedade. Eram jovens (a eles era permitida a rebeldia) e, ao mesmo tempo, orbitavam em torno de interesses do Estado e do capital, por serem mão-de-obra qualificada que ingressaria no mercado, além de serem, em grande número, representantes da classe média. Além dessas razões, os estudantes, segundo Ventura (1988), tinham ao seu lado na década de 1960 vários intelectuais críticos, muitos jovens artistas que despontaram no período, nível de instrução formal elevado e exerciam sua capacidade de fomentar cultura e pensamentos contra-hegemônicos. Além disso, eram, em grande número, filhos da classe média e alta, com algum poder de pressão sobre o governo e sobre a sociedade, não podendo ser, simplesmente, ignorados.

No relato de Ventura (1988) percebem-se ainda outros fatores favoráveis para se estabelecer como importantes antagonistas do regime. Tinham tempo livre para aprofundar-se em discussões a respeito da realidade vivida, sendo esta parte da experiência formativa (ADORNO, 1995) necessária para a reflexão acerca do presente. Além disso, estavam numa fase em que a contestação afluía por ser o ponto de inflexão antes do enquadramento no sistema, que era esperado pelos mais velhos (ALBUQUERQUE, 1977). Para Gaspari (2004), os estudantes brasileiros, desde o final do século XVIII, sempre foram a vanguarda da elite, com o que parece concordar Poerner (1979), sem nunca sentirem-se ligados ao atraso imposto por esta classe ao País, mesmo sendo eles que reabasteciam essa elite com novos quadros a cada nova geração. Este posicionamento é interessante, pois permite conjecturar a possibilidade de eles, antes de se reconhecerem como parte das classes dominantes, verem-se

como renovadores da ordem estabelecida. Ribeiro afirma que, por ainda não estarem completamente submetidos a todas as exigências da fase, adulta há para os jovens “ [...] um espaço livre para a busca do próprio caminho e a contestação sistemática do que até hoje funcionou. Esses 10 a 20 anos assumem, assim, vários sentidos. [...] Dotam-se, assim, de um sentido pedagógico” (2004, p. 24), nos quais parece ser possível haver certo descolamento em relação às determinações de classe às quais os estudantes se submetem.

Por outro lado, existem também determinações de classe que influenciam os estudantes depois de saírem da universidade. Pode ocorrer que os estudantes introjetem uma lógica que os coloque acima dos conflitos reais, como os redentores da humanidade, meramente por serem estudantes, e apenas enquanto o são, ao passo que eles não têm razão apenas por serem jovens. Ao tratar dos estudantes que mantinham um posicionamento radical na geração passada, Ribeiro atesta: “O discurso desses, quando faziam o rito de iniciação na ruptura com o mundo de origem, não tinha conexão real com eles mesmos. Daí que talvez e, nenhum momento fizessem esse contato” (2004, p. 32). E insiste “que se dê atenção não ao momento da rebeldia, mas ao processo pelo qual os seus traços se incorporam” (p. 32). Assim, fica em evidência que, para além do momento específico em que se dá a participação dos estudantes nas organizações sociais, é importante ter em vista os processos de construção de saberes e os processos educativos que se dão no interior desses grupos, sendo estes aspectos relevantes em qualquer movimento social, mas mais enfatizados no que tange ao movimento estudantil por parte significativa dos partícipes se posicionar apenas no início de sua trajetória de vida. Tragtenberg afirma, para além de qualquer romantismo: “A universidade é uma instituição dominante, além disso, ligada à dominação. Até hoje, a universidade brasileira formou assessores de tiranos, é o antipovo” (2004, p. 71).

É importante lembrar que, diferente de hoje, nos regimes ditatoriais, como era o brasileiro, os estudantes, segundo Hobsbawn (1995), eram praticamente os únicos sujeitos sociais em condições de realizar uma ação política coletiva de maior visibilidade, devido à sua posição na estrutura da sociedade, o que lhes permitia que exercessem o papel incontestável de protagonista no seio das relações sociais, muitas vezes vendo-se e sendo vistos como os protagonistas da revolução que não ocorreu. Atualmente, porém, esse espaço é ocupado por outros movimentos que demandam o reconhecimento de suas causas e que também lutam para transformar o sistema. Ora, os estudantes não são uma classe e estão sujeitos às mesmas mazelas que outras categorias no interior da sociedade capitalista, como já afirmavam os

membros da Internacional Situacionista²⁰ (1983). Sendo assim, apenas tornando e reconhecendo suas lutas como universais eles poderiam realmente atingir o conjunto da sociedade.

Entretanto, a relativamente limitada associação do movimento com outros setores da sociedade não finda com a importância do movimento estudantil e com suas possibilidades, uma vez que essas alianças também estão sujeitas a fatores conjunturais e se reforçam e enfraquecem ao longo do tempo. Como parte da comunidade acadêmica os estudantes podem alcançar lugar importante nos debates que ocorrem no interior da universidade, principalmente se atuarem como movimento social composto por sujeitos que reflitam sobre a realidade não apenas da universidade, mas de toda a sociedade, já que esta instituição não é monódica e acaba por refletir as instituições e forças do conjunto da sociedade.

O movimento estudantil tem a oportunidade de lutar nesse palco de intercruzamento das tramas de lutas na sociedade – a universidade – e, a partir dela, toda a sociedade. Cabe ressaltar que essa luta não se resume apenas às conquistas obtidas no interior da universidade. Poderiam se espalhar pela sociedade se os estudantes e a comunidade acadêmica, de maneira geral, não se colocarem como desligados da realidade social e dos saberes produzidos e que transitam na sociedade, levando também em consideração o saber popular (TRAGTENBERG, 2004), na medida em que nele há elementos que podem ser preservados e cultivados na busca por outra realidade.

É importante buscar na universidade elementos que apontem para o conjunto social, sem que o ambiente universitário seja considerado como uma bolha ou ambiente descolado da realidade, pois isso poderia tornar as conquistas obtidas “vitórias pírricas”, com grande dispêndio de esforços e poucos efeitos práticos. Mas também é necessário que se busquem no “senso comum” (GRAMSCI) os elementos que permitam a construção de uma visão da totalidade social, no que ela tem tanto de verdadeira como de ilusão.

²⁰ A Internacional Situacionista foi um movimento intelectual, político e artístico, de cunho radical, que teve importante atuação no fim da década de 1950 e na década de 1960, tendo como um de seus principais expoentes Guy Debord.

8. SOBRE O MÉTODO, O OBJETO E A EPISTEMOLOGIA

8.1 Considerações a respeito do objeto e da epistemologia

O objeto de estudo do presente trabalho, se delimitado de maneira tradicional, restringir-se-ia ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Minas Gerais. O “universo” da pesquisa abrangeria todos os estudantes que integram a referida unidade de representação estudantil, com os quais poderia ser feito um *survey* com questionamentos a respeito das relações que têm com o movimento estudantil, e deste com a universidade. Por meio de análises construídas a partir de fórmulas estatísticas e programas de computador, seria possível chegar a um posicionamento neutro e objetivo da realidade social estudada. Esta é uma primeira aceção considerada problemática, já que não há sujeito neutro nem objetividade livre de subjetividade em resultados de pesquisa. As informações coletadas a respeito do real, fruto do recorte do objeto diante de outras possíveis variáveis, constituiriam o material sobre o qual seriam avaliadas as hipóteses formuladas *a priori* sobre o objeto avaliado, que, em verdade, são, muitas vezes, elaboradas *a posteriori* ou são avaliadas a partir de resultados “forjados” estatisticamente para que coincidam com o esperado. Dessa maneira, garantir-se-ia a “neutralidade científica”, sendo os resultados obtidos devido não à subjetividade do pesquisador, mas aos instrumentos de coleta e análise dos dados utilizados. O fato de eles terem sido escolhidos e tratados pelo pesquisador seria “esquecido”, bem como seria deixado de lado que foi o pesquisador que elaborou e definiu como seria a aplicação do instrumento.

Porém, devem-se tecer algumas considerações a respeito do objeto em estudo para que se possa perceber a inadequação das afirmações anteriores com os pressupostos que guiarão a pesquisa. Não se deseja excluir a validade de toda pesquisa quantitativa, que é muito útil, por exemplo, quando a quantidade dos sujeitos que fazem parte do objeto de estudo é muito ampla. Entende-se, todavia, que eles são mais interessantes para jogar luz sobre pontos que mereceriam aprofundamento posterior, uma vez que acaba-se, muitas vezes, enquadrando os sujeitos pesquisados nos limites impostos pelo pesquisador, dando pouca margem para a vazão da subjetividade dos indivíduos. Questionam-se, entretanto, sua validade universal e sua cientificidade intrínseca.

Diretórios centrais de universidade e, principalmente, movimentos não possuem uma existência concreta própria e independente dos sujeitos, “não são, pois, em si, mas por outro” (ADORNO, 2001b, p. 149) e só podem ser entendidos a partir dessa perspectiva, sendo inútil tentar isolar completamente o objeto da realidade na qual ele está inserido. O movimento social existente é criado pelos sujeitos, sem possibilidade de existência independente daquela que é oriunda da *práxis*. Ou seja, sua realidade é aquela que é construída pelos sujeitos continuamente, e justamente por isso há espaço para que ocorram contínuas transformações nas maneiras como se apresenta. Por isso, é possível a crítica do que está dado em favor de uma possibilidade não realizada. A postura de tomar o existente no plano empírico como critério de verdade é inerente ao pensamento tradicional positivista e significa uma submissão ao dado e ao fechamento de quaisquer outras possibilidades inerentes à dinâmica do movimento.

O Diretório Acadêmico não pode ser compreendido se for analisado exclusivamente a partir de si mesmo, nem o pode o movimento estudantil, que é, de fato, o objeto do presente estudo. Eles se inscrevem na totalidade da realidade social, e só a partir dessa é possível compreendê-lo. Liga-se inteiramente à sua própria história, que é relacionada aos sujeitos que a constroem, à história das faculdades, da universidade, do movimento estudantil, dos movimentos sociais, da sociedade, do Estado e do capital, numa rede que poderia se estender infinitamente. Tudo isso tem também sua própria história, que se inter-relaciona de maneira dialógica. Esta história não é a história da relação entre coisas somente, mas dos homens com as coisas e entre eles, não sendo aceitável, portanto, que os sujeitos sejam ignorados em qualquer análise feita. Nem mesmo o próprio sujeito do conhecimento, o sujeito-pesquisador cognoscente. É ele que, de acordo com seu arbítrio, delimita os limites do objeto estudado e as perspectivas que utilizará para construir um retrato deste objeto.

Por isso, entende-se que a “criação” do objeto, sua delimitação (que não deixa de ser arbitrária), é fruto primeiramente de um ato de intelecção do pesquisador. A descrição abaixo, entende-se, ilustra essa afirmação. É importante notar que a pesquisa de campo tenta lançar luzes sobre uma realidade complexa, que dificilmente permite que se obedeça completamente a planos e idéias concebidas *a priori*.

Aqui, intentou-se inicialmente estudar o Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, devido à inquietação surgida da percepção na mudança observável ao longo do tempo no que se refere ao posicionamento

desses estudantes em relação ao movimento estudantil e à sociedade, dentre outras possibilidades. Tomar o Diretório como objeto de estudo foi também uma saída para que o estudo pudesse se inserir no âmbito dos estudos organizacionais, uma vez que este é uma organização formal.

Após as considerações feitas quando da defesa do projeto e devido ao aprofundamento teórico realizado, entendeu-se que o DA não poderia fornecer elementos para responder às novas questões surgidas. A razão mais premente para se chegar a essa constatação foi ver que, apesar de sua rica história como movimento e como organização formal, o DA da FACE passava no momento da pesquisa por um refluxo acentuado de sua dinamicidade e via cristalizar sua posição como órgão burocrático de funções já institucionalizadas. Apesar de ser potencialmente rica, por abrir espaço para uma comparação entre o quadro que se apresentava em face das épocas anteriores, a análise das relações que conduziram o Diretório até o seu atual momento deixou de interessar a este pesquisador, devido às novas questões que haviam surgido, com o que concordou sua orientadora.

Em conjunto, foi iniciada uma discussão a respeito da escolha de um novo objeto e das questões que vinham surgindo a partir da construção do referencial teórico e de considerações feitas pela banca durante a defesa do projeto inicial. Ao mesmo tempo, ocorria no núcleo de estudos ao qual se vincula este trabalho uma discussão em torno da questão: o que é uma organização? Chegou-se, assim, à conclusão de que um movimento social é um fenômeno que apresenta uma maneira de os homens se organizarem.

Elegeu-se, então, o movimento estudantil na UFMG como objeto de estudo e optou-se por fazer o recorte apenas do momento presente deste. Os sujeitos pesquisados são aqueles que participam de grupos que concorrem ao DCE da UFMG. Cabem aqui algumas observações a respeito dessas questões.

Apesar de, como explicitado no referencial teórico, não se desconsidera a importância da história para a construção do presente e para uma análise assertiva deste, entendeu-se que uma análise transversal que abrangesse um espaço temporal amplo demandaria muito tempo para que fosse realizada tanto a coleta quanto a análise de dados, de modo que estas fossem realizadas de maneira satisfatória. Além disso, entendeu-se que a realização de entrevistas e a observação (participante) seriam suficientes para que os objetivos desejados fossem atendidos, pois desejou-se elucidar a realidade do movimento estudantil da UFMG em

particular, mas buscando elementos que permitissem suscitar pontos que pudessem servir para pensar os movimentos sociais em geral e, mesmo, a própria sociedade. Nesse sentido, o movimento estudantil da UFMG serve de *locus* de construção e desconstrução de pensamentos novos que permitam inferências em relação às questões: a) Como o movimento – no caso, o movimento estudantil da UFMG – apresenta-se na realidade?; b) Como os sujeitos – neste caso, os estudantes – organizam-se para formar uma organização social? Claro que devido às escolhas feitas, várias outras questões ficam sem resposta ou mesmo, deixam de ser levantadas. Mas esta é uma premissa deste trabalho: Para ser um pesquisador é preciso aprender a perder. Outras questões que fujam de um escopo factível em relação aos meios que se dispõe, devem ser deixadas para outros momentos, outras pesquisas.

A percepção de que o significado do Movimento Estudantil e do DCE, por exemplo, apresenta-se de diferentes maneiras para o pesquisador e ao longo da história para a sociedade e os estudantes é importante para esclarecer o trajeto percorrido. Ambos, Movimento Estudantil e DCE, podem ser entendidos ora como instituição que é legítima representante dos anseios dos estudantes (quicá da sociedade), ora como órgão burocrático que não exerce papel sensível na vida dos discentes, para ficar apenas com duas acepções mais comuns já percebidas pelo autor com base na pesquisa realizada. A visão inicial do movimento estudantil revelou que ele é muito mais complexo e rico do que se imaginava em princípio.

Não houve em momento algum a intenção de tornar o pesquisador “tábula rasa”, mas percebeu-se no campo que já havia uma construção de conceitos *a priori* e como esses eram inadequados quando confrontados com o fenômeno que se estudava. O olhar dificilmente não está contaminado por pré-concepções, principalmente nesse caso, quando o sujeito que buscava conhecer já havia participado de fato do objeto com o qual interagira. O pesquisador se reconhece dotado de historicidade e intencionalidade, e a pesquisa acaba por ser um trabalho ainda mais reflexivo, pois é necessário refletir a respeito da reflexão. A reflexão feita, sumariamente, correspondeu: a) à criação de uma imagem do objeto com base numa experiência pregressa, na qual não havia essa intencionalidade de crítica em relação à prática adotada e os conceitos utilizados para construir o movimento eram fruto de uma ‘consciência prática’; b) à leitura de referências bibliográficas sobre teorias que serviriam para embasar a análise do objeto e de livros que contavam sobre o movimento estudantil e seu histórico de participação na universidade e na sociedade; c) à análise crítica do momento anterior, a partir da qual o objeto se mostrava empobrecido ao pesquisador; e d) ao momento da pesquisa no campo, no qual o pesquisador percebeu a riqueza da realidade com a qual se defrontava.

Em nenhum momento almejou-se uma postura não compromissada com o objeto divergindo-se, assim, portanto, do pesquisador modelo recomendado pela teoria tradicional, como chamada por Horkheimer (1980). Na teoria tradicional, da qual fazem parte os positivistas e parte dos empiricistas, segundo Rouanet (2001, p. 100), “o sujeito do conhecimento está numa relação de exterioridade com relação ao objeto”. Para os teóricos críticos, por outro lado, “o objeto, enquanto objeto humano, é ao mesmo tempo uma auto-reflexão do sujeito. O fato percebido já é, antes de iniciada a reflexão, o produto de uma história humana, na qual o sujeito está igualmente imerso” (ROUANET, 2001, p. 100).

Horkheimer afirma que o mundo é produto da *práxis* social e reforça:

Os homens não são apenas um resultado da história em sua indumentária e apresentação, em sua figura e seu modo de sentir, mas também a maneira como vêem e ouvem é inseparável do processo de vida social tal como este se desenvolveu através dos séculos. Os fatos que os sentidos nos fornecem são pré-formados de modo duplo: pelo caráter histórico do objeto percebido e pelo caráter histórico do órgão perceptivo. Nem um nem outro são meramente naturais, mas enformados pela atividade humana, sendo que o indivíduo se autopercebe, no momento da percepção como, perceptivo e passivo (HORKHEIMER, 1980, p. 125).

Ao pesquisador não é possível apreender toda a complexidade do objeto e fazer com que este revele sua essência a partir de um ponto exterior que possibilitaria a compreensão privilegiada. Quaisquer tentativas nesta direção, como fazem os teóricos tradicionais, é um modo de fazer o objeto dizer a verdade construída pelo pesquisador, e não a sua própria, ignorando que o próprio sujeito do conhecimento é também fruto das relações sociais e das relações estabelecidas com o próprio objeto. Feyerabend (2007) aponta que a percepção dos sujeitos é conformada pelo contexto no qual o sujeito se constrói. Em consonância, os pressupostos que fundamentam esta pesquisa não permitem tomar o real como dado, não construído continuamente pelos homens e nem a separação gnosiológica entre sujeito e objeto, uma vez que o primeiro só pode conhecer o segundo ao refletir sobre os aspectos pelos quais este se apresenta à sua própria consciência. Para manter coerência com a epistemologia utilizada, buscar-se-á compreender o real analisando a manifestação do objeto, que revela sua essência sem, entretanto, esgotá-la, conforme afirma Sartre (1997). Procurar-se-á, também, respeitar a afirmação de Marcuse (1978b, p. 128), que afirma: “Cada coisa só é na medida em que a todo momento do seu ser algo que ainda não é vem a ser e algo que agora é, passa a não ser. As coisas só são enquanto surgem e desaparecem, ou o ser deve ser concebido como vir a ser”. Assim também se compreende o objeto deste estudo, como objeto em movimento. Além disso, é importante ressaltar o entendimento, presente neste trabalho, o “campo real do

conhecimento não é o fato determinado relativo às coisas como elas são, mas a apreciação crítica daquelas como em um prelúdio à superação das suas formas dadas. O conhecimento lida com as aparências, visando ultrapassá-las” (MARCUSE, 1978b, p. 141-142). Assim, enquanto na teoria tradicional o foco está no conhecimento daquilo que é, na teoria crítica existe a atenção especial no futuro que pode, ou poderia, se concretizar (BÖHME, 2005).

Aquilo que existe, “com efeito, não pode se reduzir a uma série finita de manifestações, porque cada uma delas é uma relação com o sujeito em perpétua mudança”. E por assim se revelar aos sujeitos, essa série já é considerada infinita (SARTRE, 1997, p. 17). Desse modo, o que é percebido não pode ser reduzido às impressões subjetivas cristalizadas. O conhecimento do objeto é construído subjetivamente pelas manifestações daquele com os outros objetos e sujeitos com os quais se relaciona de maneira intermitente. Cada perspectiva que se apresenta é mais um olhar sobre a mesma realidade, irredutível a determinado número de olhares, possuindo um sem número de visões possíveis.

Deve-se reter a compreensão de que a existência do ser numa dinâmica estabelecida num momento específico não revela necessariamente sua essência. Ou seja, uma dada relação estabelecida entre os sujeitos e o real, e a aparência pela qual essa se apresenta não desvelam a real essência daqueles seres e objetos. Podem apenas deixar explícita a negatividade existente no que está dado. Pensar em sentido contrário é realizar, como apontam Marx e Engels (2007, p. 81): “Um belo panegírico ao existente”, que vai contra as premissas do presente trabalho. Como aponta Foracchi (1977, p. 8), “é imprescindível não aceitar passivamente o dado como se nele já estivessem delimitados os quadros de análise mas encaminhar numa crítica compreensível do dado, ou seja, numa indagação desmistificadora”.

Assim, tentou-se trilhar um caminho que permitisse fazer emergir das entrevistas e das observações feitas não apenas o que aparecia como realidade do movimento estudantil, mas também o dado, para que, por meio dele fosse possível ir além das aparências. Assim, a análise buscou dialogar com os elementos obtidos em campo e as análises teóricas, de maneira ininterrupta, para a tentar fazer com que o dado se tornasse conhecimento, e não apenas descrição.

Gonzalez Rey (2005, P. 6) defende uma abordagem que denomina “epistemologia qualitativa”. Nesta, o conhecimento é compreendido como “uma construção, uma produção humana, e não algo que está pronto para conhecer uma realidade ordenada de acordo com as

categorias universais do conhecimento”. Este é produto da interação entre o pesquisador e a realidade social, que não pode ser apropriada de maneira linear, sendo passível de constante (re)construção, para que possa capturar as complexidades com que se depara. O pesquisador é parte fundamental da realidade que retrata, pois é ele que, a partir de sua construção teórica e dos pontos de vistas que lhe são próprios e singulares, apresenta uma possibilidade de interpretação daquele contexto e daqueles objetos ali presentes. Essa idéia vai de encontro ao positivismo, que desloca “a fonte do sujeito pensante para o sujeito da percepção. A observação científica é que produz, aqui, a evidência. As funções espontâneas do pensamento se retraem, enquanto que suas funções passivas e receptivas passam a predominar” (MARCUSE, 1978b, p. 318).

Como em qualquer organização de seres humanos, a única coisa que pode animar o movimento estudantil são os sujeitos que dele participam e que com ele interagem. Assim, para que seja possível compreender essa organização, serão realizadas entrevistas com alguns de seus membros, para tentar uma aproximação dos significados que eles dão ao Diretório e verificar onde eles o situam neste jogo de forças dentro da universidade e, mesmo da sociedade. São estes sujeitos que, ao unirem-se e reconhecerem-se como seres sociais, estabelecem a possibilidade de se chamar o agrupamento formado por eles mesmos de “Diretório Acadêmico”.

Deve-se por isso, ter em mente que neste projeto o levantamento prévio de conhecimentos a respeito do movimento estudantil foi feito de maneira não sistematizada, com o único intuito de situar as perspectivas para a pesquisa de campo, para se poder colocar em questão o que deveria ser observado. Dessa maneira, pretende-se atingir o intento de fazer uma avaliação do objeto a partir de suas inter-relações, sem deixar de pensar no contexto mais amplo, mas, ao mesmo tempo, sem deixar que esse contexto se sobreponha ao objeto analisado. Do conhecimento obtido a partir do relato dos sujeitos e das análises a respeito do contexto histórico-social do movimento estudantil na UFMG se tentará chegar, a partir desse objeto particular, a elementos do universal. Conforme Rouanet (2001, p. 104) “o particular, longe de ser dado como irrelevante, é a via por meio da qual a crítica, verrumando por dentro do seu objeto, consegue aceder ao todo”. Este método, para permanecer em sintonia com a análise dialética, que foi sempre a intenção da análise, deve evitar hipostasiar o objeto, sempre considerando suas interações com o todo.

Para que seja mantida a coerência com o que Gonzalez Rey (2005) chama de “epistemologia qualitativa” é importante manter claro o viés teórico da pesquisa. Não foi buscada a conformação, ou não, da teoria construída com hipóteses pré-dispostas e que apresentaria o momento empírico como o ápice do fazer ciência. Desejou-se elaborar um construto que possibilite lançar novos olhares sobre o objeto, pois o que é “teórico não se reduz a teorias que constituem fontes de saber preexistentes em relação ao processo de pesquisa, mas concerne, muito particularmente, aos processos de construção intelectual que acompanham a pesquisa” (GONZALEZ REY, 2005, p. 11). Se o interesse fosse apenas de re-afirmar teorias prévias, o trabalho se mostraria irrelevante tanto para o autor como para a academia. A intenção, pois, não é confirmar ou refutar uma possibilidade que se entreviu a partir das referências bibliográficas e deduções *a priori*, mas apresentar uma perspectiva sobre o objeto em questão. Tal perspectiva foi construída durante todo o trajeto da pesquisa, evitando dissociar o momento empírico do momento de construção teórica. Como mostra Feyerabend, o sujeito “[...] não vai da observação para a teoria, mas sempre envolve ambos os elementos. A experiência surge *com* pressupostos teóricos, e não antes deles, e uma experiência sem teoria é tão incompreensível quanto o é (presumidamente) uma teoria sem experiência” (2007, p. 210, grifos no original).

Dado que este trabalho está focado em um objeto apenas, cuja análise ensejará a discussão de suas singularidades, considera-se que pode ser denominado com sendo um estudo de caso. Na perspectiva de Stake (1994) poder-se-ia aprimorar esta definição afirmando tratar-se de um “estudo de caso instrumental” (*instrumental case study*), uma vez que visa-se examinar um caso particular e específico para, a partir das ponderações que emergirem da interação com o objeto, suscitar inferências a respeito de uma realidade mais abrangente – no caso os movimentos sociais – e o lugar que ocupa (ou pode ocupar) na universidade. Ressalta-se que não se trata de uma generalização que se esboçaria à partir do caso particular, não sendo este o objetivo do trabalho, mas de buscar elementos que permeiem as caracterizações do objeto alvo do trabalho e que permitam a reflexão a respeito de um espectro mais amplo da realidade.

Como afirma Stake (1994), o nome “estudo de caso” é enfatizado para chamar a atenção para o que pode ser apreendido a partir do caso singular, mas com ligações a questões mais abrangentes e à própria teoria construída, sem que o caso estudado seja entendido como o alvo único da reflexão construída ou que se pretenda partir deste para uma generalização validadora do pensamento *per si*. Apesar de tratar-se aqui do movimento estudantil, que é um

movimento social repleto de especificidades, entende-se que todos eles são peculiares, mas podem guardar semelhanças entre si, sendo aqui o ponto de interconexão desse caso particular com a questão dos movimentos sociais de maneira mais abrangente, deixando-se ao leitor a possibilidade de estabelecer conexões, como deixa entrever Stake (1994), com o que concorda Alvez-Mazzoti (2006).

Yin (2001) traça os limites e objetivos de um estudo de caso de maneira mais esquemática, de modo que ele se ajusta, principalmente, aos cânones da ciência social positiva, em que há a separação entre a construção do conhecimento e a sua validação no campo. Mazzoti (2006) ressalta a diferenciação entre Yin e Stake, e aponta que o primeiro dá grande importância à possível generalização dos resultados como modo de se construir o conhecimento, enquanto Stake acredita que o caso pode ter valor analítico intrínseco e que deve-se respeitar a sua singularidade, embora não se deva perder de vista as ligações que podem ser construídas a partir de estudos sobre o particular.

Nesse sentido, considera-se que o presente trabalho poderia ser classificado como um estudo de caso, vinculado ao que defende Stake (1994). Considera-se, entretanto, que, devido ao fato de se ter buscado fugir dos cânones propostos da ciência hegemônica, pode ser que haja divergências em relação à qualificação desta pesquisa, o que é salutar, tendo em vista que a maneira como se abordou o real é específica e relaciona-se mais aos posicionamentos epistemológicos e gnosiológicos assumidos do que a critérios de cientificidade que sejam exteriores a este trabalho.

8.2. Dados e instrumentos metodológicos para análise

Os dados analisados foram coletados por meio das seguintes fontes principais: observação participante, entrevista, análise de documentos (panfletos, memorandos, cartas e cartazes, dentre outros), leitura de blogs e sites que se propõem a noticiar e discutir o movimento estudantil e algumas de suas manifestações (em especial, a ocupação de reitorias). Uma vez que os sujeitos souberam que o pesquisador estava a fazer um trabalho de campo e que este atuou quando julgou conveniente, agindo como estudante que é, e que não se pretendeu tornar-se um membro indiferenciado do grupo pesquisado, fica caracterizada a observação participante (ATKINSON; HAMMERSLEY, 1994). A partir desses contatos, foram

realizadas entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos que participam do movimento estudantil, conforme já exposto. Por outro lado, pretendeu-se também identificar alunos que, apesar de serem reconhecidos pelos entrevistados como parte do movimento, não participaram das eleições do DCE, mas se situam como sujeitos relevantes no processo. Esses discentes foram identificados por meio da indicação dada por aqueles com quem foi estabelecido o diálogo inicialmente, sendo uma maneira de tentar alargar a base de pontos de vista sobre o movimento estudantil como conjunto.

Os sujeitos de pesquisa foram alguns dos estudantes da UFMG, uma vez que, em teoria, todos eles são, ou podem se tornar, parte do movimento estudantil. Os membros dos grupos atuantes foram entrevistados de acordo com a conveniência, acessibilidade e necessidade, sendo essa última considerada o aspecto prioritário. Isso se repetiu até ter sido percebida a saturação nos relatos ou que os elementos necessários tinham sido esclarecidos. A partir da voz dos entrevistados, buscou-se entender como se situa o movimento estudantil, como ele aparece como organização e qual é a importância do projeto político nessa relação, além de se buscar a construção de uma visão própria do pesquisador a respeito do fenômeno. Tomou-se o cuidado para que as entrevistas não tivessem aspecto de questionário aberto, mas de diálogo, o que possibilitou ao pesquisado espaços para expressar sua subjetividade nas suas falas. Por isso, sempre que julgado necessário, retornou-se a um sujeito para esclarecer novas questões ou pontos que tenham ficado obscuros. Nem todas as conversas foram gravadas, sendo algumas feitas por via eletrônica e outras registradas em diário de campo. O foco foi na perspectiva pela qual o sujeito pesquisado enxerga e delimita o alvo de estudo da pesquisa do qual ele faz parte. Foracchi (1977, p. 10) aponta ser “decisivo penetrar com esforço empático a perspectiva do sujeito investigado, assimilando-a criticamente como fio condutor da análise e vivenciando-a, intelectualmente, como condição de recriação”.

A isso, foi somada a análise dos documentos e informações de natureza secundária, em posse do Diretório Central, dos grupos de estudantes e de livre acesso na *Internet*. A partir da análise desses documentos, tentou-se elucidar possíveis pontos obscuros da história recente e que ficou registrada, apesar de não ter sido relatada. A importância dessa reconstituição da história pode ser compreendida a partir da perspectiva de Minayo:

O objeto das Ciências Sociais é *histórico*. Isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante ente o que está dado e o que está sendo construído (MINAYO, 1999, p. 13, grifos no original).

O *corpus* de informações coletadas, obtidas nos documentos e em todas as entrevistas, foi separado em categorias de análise do conteúdo, que não foram necessariamente discutidas na dissertação, salvo quando se entendeu que fossem relevantes. Segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas para análise das comunicações, sejam elas orais ou escritas, que permitem inferir conhecimentos relativos a elas e às condições nas quais essas mensagens são produzidas ou recebidas, por meio do agrupamento delas em categorias empiricamente definidas. Optou-se por uma análise mais livre, e por isso não é desejo do pesquisador afirmar a utilização do método, tal qual Bardin preconiza. A análise foi feita mediante a contextualização do conjunto das falas e das categorias que dela emergiram em relação a todas as falas e ao referencial teórico construído. Em outras palavras: a análise dos dados é profundamente influenciada, como não poderia deixar de ser, pela perspectiva do autor. O movimento, as características e as conclusões que aqui se apresentam seriam outras se o autor do trabalho (e a orientadora) fossem outros. Essa é uma convicção. Com isso, não se afirma que se apresenta aqui uma peça de ficção ou que não há relação com a realidade dita objetiva, mas apenas que o objeto se apresentou dessa maneira e que para outra pessoa poderia ter se apresentado diferentemente.

Não se advoga a impossibilidade do conhecimento objetivo, nem que ele não exista, mas apenas a idiossincrasia do sujeito pesquisador, que viu e observou coisas a partir de um ponto de vista só comunicável, e mesmo assim parcamente, a partir do conjunto do seu trabalho. Àqueles que entendem que o método deve ser explícito o suficiente para que outra pessoa chegue a partir deles ao mesmo resultado que quem os utilizou primeiramente, deve-se afirmar que considera-se isso impossível. As múltiplas experiências pelas quais o pesquisador passou só foram vivenciadas por ele (em parte pela orientadora, mas a partir de relatos do primeiro), o que impossibilita a reconstrução do trabalho por terceiros. Em suma, o trabalho é fruto dos esforços do autor em conjunto com a orientadora (e várias outras pessoas que auxiliaram, de maneira direta ou indireta, mesmo sem o saber), e não do método que se utilizou para coletar e, principalmente, analisar os dados. O método é visto como uma ferramenta que deve ser utilizada quando necessário para dar suporte à construção de interpretações, não devendo, entretanto, obscurecer o papel do sujeito-pesquisador na análise dos dados.

Entende-se que a opção de adotar imediatamente, para satisfazer critérios externos de cientificidade, que centram-se nos discursos, está associada, como aponta Gonzalez Rey (2005, p. 36) “[...] à desconsideração do sujeito como produtor de pensamento e de sentido,

submetendo-o à convergência de vozes ou ‘efeitos’ discursivos de uma sociedade reduzida à metáfora discursiva”. Tomar uma dada teoria de análise de discursos ou de falas seria, em certa medida, negar o alinhamento com a epistemologia posta em todo o decorrer do trabalho, que visa (re)colocar o(s) sujeito(s) no centro tanto das análises quanto da produção do conhecimento. Com base neste ferramental metodológico, não apenas o pesquisado é colocado em segundo plano em relação às narrativas já dadas *a priori* no todo social que constitui a sua fala, mas também o pesquisador, que é ocultado e é, mas se coloca como não sendo, fruto de discursos. Concorde-se com Adorno (1980, p. 217), que afirma: “A interpretação dos fatos conduz à totalidade, sem que ela seja um fato. [...] Ela é pré-ordenada em relação aos sujeitos e estes obedecem às suas determinações. Neste sentido é real”. Mas, ao mesmo tempo em que, enquanto síntese das relações sociais que desaparece no indivíduo singular, é falsa, é aparência (idem). Apesar de sofrer as determinações que provêm do conjunto da sociedade, o sujeito singular permanece com algum grau de liberdade para escapar delas e vivenciá-las de maneira singular. Assim, a subsunção da fala a um discurso pré-ordenado acaba por reforçar o papel das sobredeterminações que atuam sobre o sujeito, ao invés de buscar capturar aquilo que há de verdadeiro em suas ações e escapa ao que lhe é pré-determinado.

Além disso, pode-se observar que na área de estudos organizacionais há uma reificação do método como necessidade intrínseca à validação de uma pesquisa, seja ela qual for. Esquece-se de que deve ser feita uma reflexão que permita a conjugação entre metodologia e epistemologia, além, é claro, da ontologia. Como afirma Gramsci (2006a):

[...] toda investigação tem seu método determinado e constrói uma ciência determinada, e que o método desenvolveu-se e foi elaborado conjuntamente ao desenvolvimento e à elaboração daquela determinada investigação e ciência, formando com ela um todo único. Acreditar que se pode fazer progredir uma investigação científica aplicando-lhe um método típico, escolhido porque deu bons resultados em outra investigação ao qual estava relacionado, é um equívoco estranho que nada tem em comum com a ciência (p. 122).

Dessa maneira, buscou-se uma liberdade metodológica que não comprometesse os avanços permitidos pela pesquisa de campo, seja nas entrevistas, seja na observação participante. A definição mais aproximada do que consistiu o trabalho de campo é fornecida por Gonzalez Rey (2005, p. 49): “A conversação [que] enquanto instrumento define o caráter processual da relação com o outro como um momento permanente da pesquisa e se orienta a superar o caráter instrumental que caracteriza o uso da entrevista”, ao mesmo tempo em que valoriza a

adequação do instrumento de pesquisa (seja roteiro, sejam categorias a observar definidas *a priori*) à situação vivida e aos sujeitos que compõem aquele dado momento da pesquisa.

9 - O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS²¹

A análise do movimento estudantil na Universidade Federal de Minas Gerais apresenta-se como uma multiplicidade de organizações que se unem em momentos de demandas gerais, ou em momentos específicos que adquirem alguma manifestação especial capaz de atingir contornos simbólicos, acabando-se por dar-lhe forma como se fosse efetivamente um só. Mas, em verdade, poderia se dizer que o movimento estudantil na UFMG são – como se supõe podem ser também outros movimentos – vários. Deve-se ainda salientar que aqueles que se identificam como participantes se engajam no movimento a partir de três vertentes principais: a defesa do seus direitos enquanto estudante e, em consequência, de todos os outros estudantes; o desejo de não se submeter, pelo menos não imediatamente, às demandas colocadas pela sociedade, o que, em certo sentido, enquadra-se no que entende-se por experimentação de novas possibilidades; e um imperativo moral que faz com que os estudantes se identifiquem com aqueles que entendem ser os oprimidos da sociedade, sejam eles o proletariado, os gays, os negros, os pobres ou quaisquer outros.

Além da natural diversidade que existe entre os sujeitos que compõem o movimento, guardando-se o fato de que há pontos de convergência entre os participantes, o movimento estudantil da universidade ganha vida a partir de uma gama extensa e matizada de organizações, sendo que aquelas que compõem o movimento se situam majoritariamente à esquerda no espectro político, na visão deste pesquisador, o que é um primeiro ponto a ser discutido.

Um ponto utilizado como demarcação de singularidade e identidade, e de diferenciação entre os diversos grupos que fazem parte do movimento estudantil da UFMG é a taxação de outro grupo político de “direita”, “faccioso”, “reformista” (ou “pelego”), anarquista²² (que, aliás, é o

²¹ Nesta seção, deseja-se trazer, mais explicitamente, questões que emergiram do plano empírico e, ao mesmo tempo, alguns outros elementos teórico-analíticos para analisá-los. Lembra-se que isso não configura uma separação entre os momentos do texto entre teórico e empírico, pois esse não seria possível sem aquele, e vice-versa.

²² Este grupo é nomeado de diversas formas por membros de outros grupos. O título de anarquistas é o que mais se aproxima de uma caracterização não depreciativa, mas crê-se que seria mais assertivo compreendê-los como afeitos aos moldes pós-modernos do fazer política, recebendo influências de diversas correntes de pensamento como Marx e marxismos, a corrente francesa representada majoritariamente por Bourdieu e Foucault, e, mesmo, os pensadores anarquistas. É deveras difícil caracterizar de maneira estática qualquer agrupamento humano, e neste caso, uma vez que a diversidade interna é, no mínimo, uma bandeira, a tarefa é ainda mais árdua. Adotar-

Outro, o estranho, no sentido de ser o que não pertence ao grupo, que mais foi caricaturado) e “governista”, dentre outros. Entende-se que esta ação é uma demarcação de fronteira que permite a constituição do grupo enquanto tal, criando um espaço fora (no qual se encontram o inimigo, o Outro ou o “estranho”), para que seja possível afirmar que existem aqueles posicionados dentro. Não se exclui, o que também notou Ferreira (2000, p. 8), que a “participação política em movimentos organizados pode estar associada a posições de direita e de esquerda”, mas chama a atenção essa dificuldade nos estudantes em estabelecer posições claras a respeito dessa diferenciação.

Entretanto essa dificuldade teórico-política não é apenas dos estudantes, mas permeia a sociedade de maneira geral. Segrillo assim identifica esta problemática: “O fim da URSS [que] tirou o grande referencial ‘real’ (material) do movimento comunista. Sem ele, considerável parte da esquerda comunista (e socialista) sentiu-se perdida teórica e praticamente” (2004, p. 616). Parte dessa esquerda tradicional resolveu incorporar a sua atividade política elementos que eram historicamente ligados aos partidos de direita, por exemplo, a ênfase em direitos individuais, desfigurando ainda mais o espectro político. Mas a direita também não saiu ilesa dessa inflexão ideológica observada em fins dos anos de 1980 e princípio dos anos de 1990, pois rapidamente teve de organizar-se para poder fazer frente à problemas práticos, adotando, após a época do dualismo, alguns elementos de política de esquerda (SEGRILLO, 2004). Assim, têm-se, a princípio, que ambas as tendências tendem a encaminhar-se para um centro, o que não resolve a questão. Esquerda, direita e centro, como critérios referentes ao espaço, são também relativos e dependem um do outro para serem definidos.

Dessa maneira, os estudantes acabam por posicionar os grupos de acordo com o lugar em que eles se vêem ocupando em relação a estes. Este lugar, contudo, é também definido de acordo com outros grupos dos quais o estudante participa, sejam partidos, sejam coletivos ou agrupamentos informais. Assim, guarda aspectos relativos tanto às idiossincrasias do sujeito como ao grupo do interior do qual eles vêem os outros que se posicionam fora. Aqui, foram tomadas por base da divisão dos grupos no interior do movimento estudantil as chapas que disputaram o controle do DCE.

se-á, doravante, o termo “anarquistas”, sempre entre aspas, para possibilitar maior fluidez à leitura, mas sem perder de vista as características supracitadas. Além disso, ressalta-se que apesar de notar a coerência no pensamento desses sujeitos, foi deveras difícil para o pesquisador compreender-lhe a lógica, devendo essa dificuldade ser creditada unicamente à ele mesmo.

Oito chapas que concorreram às eleições do DCE. Entretanto, quatro eram compostas por pessoas que participam de um mesmo grupo, os aqui denominados “anarquistas”²³, que formaram as chapas “Ninguém”, com foco na crítica à representatividade; “Prefiro que o DCE Exploda”, que criticava o DCE como órgão ilegítimo para representar o conjunto dos estudantes; “P.U.T.A.S.” que buscava dar visibilidade à diversidade sexual e denunciar o moralismo; e o “Comitê Reacionário Ultra Jovem”, que era uma caricatura daqueles que se posicionam à direita no espectro político. Estas chapas apresentaram durante a campanha zines²⁴, que não traziam propostas claras²⁵, mas que tinham a intenção de desconstruir posicionamentos a respeito do voto, da sexualidade e da democracia representativa. Apesar de alguns de seus membros defenderem ideais que inspiraram os estudantes franceses, como a autogestão, o grupo não consegue se desamarrear de uma postura que para quem os desconhece parece irracional e, exclusivamente, performática.²⁶ As outras chapas concorrentes, com exceção dos “anarquistas”, por não terem evidenciado seu posicionamentos sobre os assuntos relacionados, são caracterizadas no Quadro 1 abaixo (por ordem de inscrição no pleito), de acordo com suas propostas, sumariamente descritas. Em relação às propostas, o posicionamento dos “anarquistas” é coerente com a forma como eles se organizam, uma vez que defendem uma relação menos estruturada entre os alunos e seus representantes, e que o DCE deixe de ser uma estrutura descolada do conjunto dos estudantes. Neste sentido, o projeto político que eles apresentam é amplo o suficiente para aparentar ser um não-projeto. É uma espécie de chamamento ao conjunto dos estudantes para participar enquanto sujeitos auto-determinados do processo de construção da arena política na universidade.

²³ Ver nota 17.

²⁴ Zines, ou fanzines, são publicações independentes, feitas, em geral, em papel A4, utilizando-se de desenhos, charges e textos em geral para disseminar um ponto de vista ou para informar sobre assuntos diversos.

²⁵ Os zines foram produzidos pelas chapas: “Ninguém”, “P. U.T.A.S.” e “Prefiro que o DCE exploda”. A chapa “CRUJ – Comitê Reacionário Ultra Jovem” não elaborou material de campanha.

²⁶ No sentido do desempenho de um papel teatral.

Quadro 1

Descrição das chapas e propostas colocadas para a eleição do DCE no ano de 2008

Chapa	Propostas por temáticas		
	Reuni ²⁷	Assistência estudantil	Cultura/esportes
DCE Para Todos	<ul style="list-style-type: none"> - São a favor da expansão, mas contra as propostas do Reuni, por entenderem que este contribuirá para o sucateamento da universidade. - Apontam especificamente para a institucionalização dos professores substitutos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do valor das bolsas de trabalho concedidas pela universidade; - Realizar um encontro entre os “Carentes da FUMP”; - Criação de pró-reitoria de assistência estudantil; 	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de semana cultural e festival de canções; - Estimular a exibição de filmes; - Intervenções artístico-políticas; - Jogos universitários
Construção: oposição	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da infra-estrutura para atender aumento da demanda. - Ampliação da assistência estudantil. - Vê o Reuni como oportunidade de ampliar o acesso ao ensino superior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de pró-reitoria de assistência estudantil, com conselho paritário; - Ampliação daqueles programas já existentes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar um festival de cultura e arte; - Participar da bienal de cultura da UNE; - Jogos universitários; - Estimular a criação de atléticas²⁸;
Participa!	<ul style="list-style-type: none"> - Vê o Reuni como oportunidade de ampliar o acesso ao ensino superior; - Ampliação infra-estrutura para atender aumento da demanda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da pró-reitoria de assistência estudantil; - 15% das verbas de custeio da UFMG para assistência estudantil - Criação da pró-reitoria de assistência estudantil; 	<ul style="list-style-type: none"> - Festivais de cultura - Construção de Centro Cultural; - Calourada solidária
Para Além dos Muros (tentando reeleição)	<ul style="list-style-type: none"> - São a favor da expansão, mas contra as propostas do Reuni, por entenderem que este contribuirá para o sucateamento da universidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos investimentos em educação para 10% do PIB e fim da DRU²⁹; 	<ul style="list-style-type: none"> - Sessões de cinema comentado; - Apoio a rádios livres; - Fomentar a produção cultural de alunos; - Promoção de campeonatos esportivos.

Fonte: Elaboração do autor

²⁷ O Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) é uma proposta do Governo Federal para a ampliação do número de vagas nas escolas de nível superior, contendo pontos controversos, como o aumento na proporção no número de alunos por professor e a institucionalização de um mínimo aceitável de egressos em relação aos ingressantes. Por ser temática que carece de discussão específica, não será aprofundada, além de ser um tema relativamente novo nos debates acadêmicos, contando por isso com exíguas análises a respeito de seus impactos.

²⁸ As atléticas são associações de acadêmicos criadas com o intuito de promover o esporte em determinado curso ou em uma faculdade.

²⁹ A Desvinculação de Receitas da União (DRU) possibilita ao Estado remanejar até 20% dos gastos que têm rubrica específica.

Os partidos desempenham aqui importante papel nessa delimitação dos espaços de cada grupo e na construção da identidade, que, muitas vezes, dá-se em torno do próprio partido. Barbosa (2002, p. 10) afirma: “Essa presença dos partidos é tão marcante a ponto dos estudantes se referirem uns aos outros como militantes do partido X ou Y sem, às vezes, citar sequer o nome da entidade que o estudante representa”. A constatação da autora pôde ser verificada claramente em quase todos os diálogos, observações e entrevistas que fizeram parte do trabalho de campo. Acrescenta-se ainda que os militantes do partido, em geral, apresentam-se ostentando essa sua característica quando em debates, seminários e fóruns (com exceção dos “anarquistas”, que são, em geral, apartidários). Os sujeitos também se referem às chapas formadas pelos diferentes grupos, associando-os a partidos:

- “DCE para todos”, ao Partido Comunista Revolucionário (PCR³⁰);
- “Construção: oposição”, ao Partido Comunista do Brasil (PC do B);
- “Participa!”, ao Partido dos Trabalhadores (PT);
- “Para além dos muros”, ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU);

Essa associação não quer dizer, contudo, que todos os membros da chapa fazem parte do mesmo partido ou que (o que daria no mesmo) apenas os partidários de determinado grupo compuseram a chapa, mas que os grupos são identificados pelos outros de acordo com a divisão partidária apresentada. Além disso, as especificidades de cada grupo, às vezes compostos por mais de um partido ou mais de um grupo da mesma sigla, não permitem o enquadramento rígido, sendo que coabitam no movimento estudantil outros partidos e grupos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Consulta Popular³¹, o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR³²), diversas correntes do Partido dos Trabalhadores (PT) que não compartilham necessariamente de todas as questões, e outras organizações e juventudes partidárias.

³⁰ Partido não institucionalizado que luta pela abolição da propriedade privada e pelo fim da exploração do homem pelo homem. Inspirado em grande parte pelas idéias marxistas-leninistas, em especial, as de Stálin. Para mais informações, consultar: <<http://pcbr.sites.uol.com.br/>>

³¹ Organização social, formatada nos moldes de um partido não institucionalizado, que visa aglutinar as forças do povo para desencadear a transformação social. É próxima ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, e dá grande importância à educação política. Para mais informações, consultar: <<http://www.consultapopular.org.br/>>

³² Movimento estudantil que visa ser a tropa de choque da revolução e servir ao povo, atuando, segundo a descrição disponível em seu sítio, na organização popular, agitação e propaganda de idéias revolucionárias e combatendo o oportunismo. Conta com relevante influência do pensamento maoísta. Para mais informações, consultar: <<http://mepr.org.br/me.htm>>

Entretanto, e por outro lado, há a constante reafirmação da característica de o grupo ao qual o estudante se integra não ser partidário, sendo esta apenas uma característica dos sujeitos que o compõe, o que remete a uma certa esquizofrenia discursiva: se cada um dos integrantes milita num partido específico, ou num grupo em que se procuram afinidades eletivas entre os partidos, como esse grupo pode não ser partidário? Mesmo quando há uma tentativa de integração de sujeitos não afiliados, parece que estes funcionam mais como uma forma de ocultar ou tornar aceitável a contradição daquele discurso. Além disso, quando os grupos se reúnem em torno de partidos diferentes (ou correntes diferentes de um mesmo partido), a busca do consenso sempre deixa entrever a possibilidade da supremacia pela via numérica, por meio do voto. Por outro lado, a afiliação partidária não significa necessariamente a submissão completa da vontade do sujeito ao grupamento político ao qual ele se integra.

Barbosa (2002) levanta a hipótese de que a desarticulação, que é uma questão importante no que tange à debilidade da força dos estudantes enquanto movimento organizado, do movimento estudantil desde a década de 1980, pode ser creditada às divisões surgidas em torno dos partidos políticos em luta pelo poder nos aparelhos de representação. Para ela, mesmo tendo os partidos da “esquerda” objetivos bastante parecidos e, apesar

[...] de os estudantes formarem uma categoria que, inicialmente, teria os mesmos interesses e objetivos, sua conduta não condiz com a de uma classe unificada. Muito pelo contrário, muitas das lutas maiores e mais abrangentes que o movimento estudantil se propôs nesse período parecem não ter vingado, devido às muitas brigas internas causadoras de muitas cisões no movimento (BARBOSA, 2002, p. 12).

Porém, não é o fato de os participantes do movimento, em grande parte, pertencerem a partidos que desmobiliza os estudantes. Há de se considerar que há uma relação de reciprocidade entre a participação no partido e a posterior participação no movimento estudantil, e vice-versa. Pois, quando o sujeito se reconhece como tal, o faz com a noção de que deve agir coletivamente, sendo o partido um instrumento para esse tipo de ação.

Além da conjuntura social mais ampla na qual estes se inserem, cabe questionar a respeito da possibilidade de em um grupo social tão heterogêneo se estabelecerem discussões que, muitas vezes, são decorrentes de disputas internas dos participantes do movimento estudantil, mas que replicam disputas pelo poder que acontecem no âmbito político-partidário mais amplo. Tragtenberg (2004, p. 87) aponta para o fato de “as disputas políticas entre os grupos que participam do movimento estudantil ocupam o primeiro plano das assembléias”. Isso acaba por esvaziar a relação entre o estudante e aqueles que se reconhecem como militantes, pois a disputa em instâncias e fóruns de discussão acabam girando em torno da briga explícita por

aparelhos de poder, e não em torno de propostas e colocações de problemas que se apresentem com maior concretude.

Os esforços despendidos por alguns no sentido de partir de argumentações mais concretas que se referem a fatos do cotidiano parecem ser poucos e resultarem em poucos efeitos objetivos, além de carregar problemas inerentes. Crê-se que sustentar demandas “abstratas” que parecem estar longe da vida quotidiana dos estudantes não os mobiliza. Mas, por outro lado, focar em questões específicas ou muito triviais faria com que o movimento perdesse de vista o todo. O ideal parece ser partir da especificidade para só assim atingir o que se mostra de genérico para tentar, aprofundando-se num momento concreto, ver o que as determinações gerais que se ligam ao fato isolado.

Há, mesmo, que se pensar em relação a essa divisão entre estudantes e movimentos, que reproduz, em certa medida, a divisão entre representantes e representados que se apresenta na sociedade. Recorre-se novamente à Tragtenberg.³³

Na medida em que o movimento estudantil é parte da sociedade global em movimento, diferenciada em classes e propostas ideológicas, ele tende a refletir em seu seio essa pluralidade de propostas político-sociais. Porém, o *autoritarismo estatal faz-se sentir sobre os “dominados” quando eles o internalizam*, quando se revelam incapazes de aceitar o *dissenso*, quando *se esquivam do contraditório* na discussão; em suma quando *revelam despreparo a uma prática democrática*, alardeada nos discursos e abolida na prática real. Outro óbice à maturidade do movimento estudantil consiste *na prática de acusações infundadas* e no *sectarismo das facções, que anula os melhores esforços de unificação*. Eis que telegramas de solidariedade à Nicarágua, contra o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, não eximem a urgência de a organização dos estudantes ter como raiz cada unidade escolar. Nenhuma manobra propagandística pode substituir a organização pelas bases, do contrário teríamos muita vanguarda sem retaguarda, muito cacique e pouquíssimos índios (2004, p. 88, grifos ausentes no original).

Tragtenberg neste trecho suscita vários pontos que são muito vivos e relevantes para se compreender a atuação e a situação do movimento estudantil. Em relação ao dissenso, a divisão do movimento estudantil em grupelhos, sempre presente, é sintomática: consecutivamente, quando há atritos mais agudos no interior de um grupo, está aberta a possibilidade de ele se dividir, ao invés de tentar solucioná-lo ou conviver com ele. Ora, a menos que se queira no ápice das conquistas apenas inverter o sinal do pensamento único, é necessário ao movimento estudantil que ele consiga conviver com a pluralidade. Apesar de isso ser claro, resta saber como implementar tal mudança, pois a busca desmesurada pelo consenso também pode levar ao solapamento das diferenças e à construção de uma hegemonia

³³ Apesar de extensa, a citação, pela argúcia da análise de Tragtenberg, feita ainda em 1980 tornou-se inevitável.

fundada na coerção apoiada numa falsa unidade, que exclui as diferenças ao invés de discutilas, ou que as ignora como se essas não existissem.

Um dos momentos de maior expectativa que ocorreu ao longo da pesquisa foi a apuração dos votos obtidos para a eleição do Diretório Central dos Estudantes, em que se percebeu que a competição que se repete tanto no mercado quanto na *realpolitik* também esteve presente neste pleito. Há um vencedor e vários perdedores. Concessões são possíveis, mas a condição de derrotado permanece como status objetivo, explícita ou implicitamente. É clara a intenção de “impor derrota”³⁴ aos concorrentes, relegando a estes esse *status*.³⁵ Seria possível argumentar que determinado grupo quando vence (e não se refere aqui ao vencedor deste pleito em específico, pois entende-se que o comportamento de qualquer grupo seria o mesmo) o faz porque seu projeto político teve maior penetração entre os estudantes e que por isso recebeu mais votos. Entretanto, essa argumentação perde força na medida em que nem no momento de participação máximo permitido na democracia (burguesa), que é replicado na instituição a participação é realmente expressiva: foram 4.394 votos³⁶ num universo de 34.174 (UFMG, 2008) alunos possíveis, ou seja 12,86% de participação. Esse votos se dividiram da seguinte maneira:

Quadro 2

Votação das chapas concorrentes à eleição do DCE do ano de 2008

Chapa	Votação obtida em números absolutos
01- Ninguém	61
02 – DCE Para Todos	656
03 – Construção: Oposição	863
04 – Participa!	641
05 – Prefiro que o DCE Exploda	68
06 – P. U.T.A.S.	62
07 – Comitê Reacionário Ultra Jovem	25
08 – Para Além dos Muros	1.969
Votos Brancos e Nulos	49
Abstenções	29.780
Total de votos	4.394

Fonte: Elaboração do autor.

³⁴ Entende-se, como “impor derrota” a subjugação de um grupo por outro que causa uma fratura no interior da organização social (no caso, o movimento estudantil) difícil de ser sanada, dada a colocação de *status* fixos aos contentores.

³⁵ Houve um momento durante a apuração dos votos que um dos estudantes se referiu pejorativamente à eleição como gincana.

³⁶ Os números referentes à votação para a direção do DCE foram obtidos no dia da apuração com a Comissão Eleitoral.

A baixa participação, entretanto, não deslegitima essa eleição, posto que ela respeitou todas as regras colocadas, mas diz algo sobre a relação entre o representante e o representado. Diz mais ainda quando se observa que o voto não é prioritariamente baseado nos projetos políticos de cada grupo. Vota-se em pessoas que se conhece, sem conhecer a fundo o programa defendido e sem desejar participar para além da votação. Esse traço ficou claro nos debates, pois um deles foi cancelado, enquanto no outro a platéia era majoritariamente composta por membros das chapas. Nestes, chamou a atenção o comportamento dos “anarquistas”. Eles se apresentaram fantasiados e utilizaram os momentos em que detinham a palavra para achincalhar o processo eleitoral e os concorrentes no pleito. Parece que não se deram conta de que as pessoas que assistiam ao debate eram os membros do movimento estudantil, e não os estudantes que se dispunham a eleger um dos grupos, sendo estes últimos os elegidos como alvo de suas falas. Nesse sentido, eles contribuíam para a permanência do modelo contestado, pois não levavam suas críticas à comunidade acadêmica em geral.

Contudo, o que se observou no pleito não é índice apenas do movimento estudantil, mas uma característica que marca, de fato, toda a sociedade. Quantas pessoas participariam das eleições se ela não fosse obrigatória?³⁷ Atualmente, ela é, e o Tribunal Superior Eleitoral (2008) aponta que nas eleições de 2008 o número de abstenções ficou próximo de 15%, expressivamente mais baixo do que as eleições para presidente em 2006, nas quais as abstenções ficaram próximas a 21%, diferença que talvez se explique pela maior distância entre o eleitor e o mandatário executivo do País do que da sua cidade. De toda maneira, o que interessa à nossa argumentação é explicitar que o movimento estudantil, nas suas instâncias representativas, reproduz o modelo de eleições da sociedade, que, aliás, é visto bastante criticamente por esses mesmos estudantes.

Mas fica uma questão, dado que o movimento estudantil foi definido aqui como um modo de organização social não institucionalizado: Por que concorrer a cargos eletivos? Primeiro, porque, formalmente, o DCE, bem como os Diretórios Acadêmicos e os Centros Acadêmicos, ocupa o espaço de interlocutor com a universidade, e sendo assim é uma instância importante para mediar as relações entre a universidade e os estudantes. Além disso, o fato de serem organizações institucionalizadas, fornecem pontos de referência para orientar a auto-organização dos estudantes, ajudando a manter perene a existência do movimento estudantil, mesmo que se restrito apenas a esses órgãos. Mas há outros pontos. O DCE é um aparelho

³⁷ Claro que não se deseja fazer uma análise a fundo desta questão neste trabalho, mas apenas suscitar o questionamento.

burocrático até certo ponto representativo, pois, em tese, representa todos os estudantes da universidade. Assim, pode legitimar políticas e projetos, além de funcionar como órgão de apoio para a implementação destes. A direção do DCE não precisa, necessariamente, consultar a comunidade acadêmica para referendar as decisões tomadas, podendo por isso, na pior das hipóteses, atuar completamente descolado daquelas. O caso dos “telegramas”, de que fala Tragtenberg, é caricatural: os Diretórios e os Centros ao assinarem um manifesto, uma carta ou um telegrama, podem invocar para isso a autoridade conferida por representar todos os acadêmicos da instituição.

Ainda sobre esta questão o movimento estudantil dá sinais de que adota uma postura clivada do conjunto dos estudantes, sendo a convivência principal entre os membros de um grupo ou, mesmo, dos grupos distintos. Dessa maneira, não se constroem caminhos que façam fluir as demandas da comunidade estudantil para o movimento, que poderia, em última instância, integrar elementos que não deveriam estar separados. As comunicações que partem também dos militantes parecem, aos ouvidos de vários dos outros estudantes carregadas de ideologias, que para muitos parecem mortas e não têm, por isso, significado, tomando um aspecto formalístico, que acaba por situá-las na categoria do monólogo.

Parece que hoje, principalmente, as comunicações por vias alternativas deveriam ganhar maior atenção dos participantes do movimento estudantil. Não que deva haver severas modificações em relação ao conteúdo do que se comunica, pois várias das questões têm reverberação na sociedade (o Reuni, a assistência estudantil e o movimento pela liberdade e igualdade sexual, dentre outros), mas é importante que ela se dê por meio de meios menos formais, resgatando, por exemplo, o papel do teatro e da música no relacionamento entre os estudantes e o movimento estudantil. A questão dos movimentos identitários, por ocuparem lugar central na agenda teórica e prática da sociedade hoje também, não pode ser deixada de lado. A avaliação que se faz desses pontos é positiva, pois, ao mesmo tempo em que ainda adotam uma maneira formalizada de transmissão de seus discursos, como cartas, panfletos e debates formalizados, de outro lado, estas questões já apareceram e foram assunto de discussão de todos os grupos que disputaram as eleições do DCE do ano de 2008, em especial da chapa “Para Além dos Muros”, que venceu o pleito, enquanto os “anarquistas” trouxeram à tona de maneira marcante a questão de gênero, com a chapa P.U.T.A.S., que levou um transexual para um dos debates. Há incipiência, é certo, mas já se abriu a possibilidade de superá-la, de travar debates maduros e de recriar a participação política, pois “o movimento

brasileiro foi – e continua sendo – uma referência no que diz respeito às práticas e participação juvenil no país” (MESQUITA, 2006, p. 40).

Para Bianchi, o evento “é a forma pós-moderna da política” (BIANCHI, 2008b, p. 92) e verificou-se que quando fatos extraordinários irrompem as diferenças entre os vários grupos de estudantes organizados são enfraquecidas. Eles passam a se apresentar momentaneamente como um corpo mais unificado, lampejo que desaparece, em seguida, ante a pluralidade de visões, que incitam a volta ao estado anterior. O principal acontecimento presenciado pelo pesquisador foi a ocupação da reitoria da universidade no dia 7 de abril de 2008, que durou até o dia 10 do mesmo mês.³⁸ Mas cabe evitar a imprecisão de se pensá-lo fora da história, sem remeter ao cotidiano. Por ele ser fruto de toda uma confluência de fatos, interpretações e simbolizações, que são solidificados e se fazem presentes no dia-a-dia dos sujeitos, fundamentando suas escolhas, só existe pelo que neles foi construído no cotidiano. Preferimos por isso nominá-lo, com Sartre (1966), de acontecimento que não se resume a uma síntese de incompreensões e nem a uma compreensão total, também sintética e nem a um evento aparentemente descontextualizado. A ocupação, da qual se faz sumariamente a apresentação em seqüência, só pôde ocorrer porque as condições para tal estavam presentes no momento em que ela poderia se processar.

O estopim que detonou a ocupação da reitoria foi o fato de no dia 3 de abril cerca de 50 policiais da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais terem entrado em confronto com estudantes, utilizando para isso algumas viaturas e um helicóptero sem que houvesse uma motivação concreta aparente, numa clara manifestação de excesso de autoridade por parte dos policiais. A refrega se estabeleceu após alguns estudantes proporem a exibição de um filme que tinha como tema a maconha. À polêmica que normalmente envolve essa questão, a diretoria do Instituto de Geociências (IGC) respondeu com a proibição: o filme não poderia ser transmitido. Apesar das diferentes justificativas oferecidas pela direção, como a de que não havia sido reservado um local para a exibição ou que esta poderia atrapalhar o desenrolar das aulas, ficou implícito o recurso à autoridade como forma de impor uma determinação. Os alunos não recuaram na sua determinação e esboçaram que iriam transmitir o filme, mesmo contrariando as deliberações da diretora do instituto. A segurança universitária foi chamada

³⁸ No *site* G1 (2007), é possível ver a expressiva quantidade de ocupações de reitorias acontecidas só no ano de 2007.

para fazer cumprir a proibição imposta. Logo depois ocorreu a requisição da força policial.³⁹ Numa primeira assembléia, que ocorreu no dia posterior a estes fatos, ficou estabelecido que os estudantes fariam um protesto em frente à Reitoria, na segunda-feira seguinte. Eles consideraram que a Reitoria tinha responsabilidade sobre o acontecido, tendo ela autorizado ou não a entrada da PM na universidade⁴⁰, sendo essa a impressão da maior parte dos alunos.

Ao chegarem às portas da Reitoria, os estudantes a encontraram fechadas. Não foram recebidos por nenhum ocupante de cargo superior para que pudessem fazer suas reivindicações e estabelecer um diálogo. Na visão dos estudantes o autoritarismo é marca da reitoria da UFMG, pois⁴¹:

- Sete estudantes respondem a processos administrativos por terem participado de manifestações anteriores do movimento estudantil;
- A direção da UFMG impossibilita encontros estudantis ao não permitir que as dependências da universidade sejam utilizadas como dormitório;
- Durante a votação do Reuni no Conselho Universitário, o prédio da Reitoria foi cercado por policiais para impedir quaisquer protestos.

Como a postura de distanciamento foi mantida, o que foi novamente interpretado como manifestação de autoridade coercitiva, cerca de 600 estudantes resolveram em assembléia, ocupar o saguão da Reitoria para se fazerem ouvir.⁴² Dada a ausência de diálogo imposta pela direção da universidade, concorda-se com Carneiro, Braga e Bianchi (2008) quando afirmam ser a ocupação um ato simbólico de re-apropriação de um espaço que é, ou deveria ser público. Some-se que na ocupação do restaurante universitário, que aconteceu entre os dias 17 e 24 de abril (o “pulão”, assim definido porque os estudantes pulam as catracas da entrada para protestar), alguns processos administrativos foram perpetrados contra estudantes,

³⁹ Aqui, há uma grande nebulosidade. Não se sabe ao certo quem chamou a polícia: se um dos soldados que habitualmente fazem ronda no *campus*, os seguranças da universidade ou a diretora do instituto. Fato é que ela veio e mostrou quão truculento pode ser um aparelho repressivo. Note-se que as lutas ocorridas na França em 1968, conforme Cohn-Bendit (1968), ganharam impulso justamente após a invasão da Sorbonne pela polícia francesa.

⁴⁰ Para os alunos, era claro que a autorização havia sido concedida por alguém em exercício de cargo administrativo.

⁴¹ Informações contidas em panfleto com título: “Por que ocupar?”

⁴² Não é possível afirmar categoricamente que os estudantes não tinham em mente a possibilidade de ocupar a Reitoria, mas suspeita-se que não era essa a intenção inicial, pelo menos não de todos aqueles que se encontravam às portas do prédio e que nele adentraram. É importante salientar que a ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) no dia 3 de maio de 2007 é paradigmática em se tratando do ressurgimento dessa forma de protesto. Bianchi (2008a) trata do assunto de maneira mais detalhada.

ameaçando-os, até mesmo, de serem jubilados, o que fez com que a Reitoria reforçasse a imagem de truculenta e de avessa ao diálogo.⁴³

No decorrer da ocupação da Reitoria, os estudantes se viram obrigados a organizar comissões que ficassem encarregadas da limpeza, da comida e da higiene, dentre outras, que tiveram de atuar desde as primeiras horas transcorridas no interior do prédio. Os grupos, em geral, eram compostos por estudantes que tinham disponibilidade para realizar determinada tarefa, sendo possível perceber que houve a emergência de um compromisso individual para com o grupo em geral.

Logo no primeiro dia, após reunião do reitor com os alunos ter acontecido, os estudantes estabeleceram que a assembléia seria o espaço de construção das pautas de reivindicações e o momento de se tomar decisões coletivas. As votações ocorreriam sempre que não fosse possível o consenso, e os votos eram contados um a um, ou por contraste.⁴⁴ Entretanto, uma questão se estabeleceu em torno dessa forma de se organizarem: uma vez que chegou a haver mais de quinhentos estudantes numa mesma assembléia, mostrava-se impraticável dar voz a todos aqueles que queriam, sendo que quando um deles tomava a palavra tinha, normalmente, dois minutos para expor suas idéias.

Não passou despercebido o fato de que na assembléia foi constituída uma mesa diretora encarregada de organizar e inscrever aqueles que desejavam falar, em contraponto com a primeira assembléia, que se deu em torno de um círculo no qual ninguém ocupava o centro. Foucault (1979) já discutia a importância de se eliminar as formas para que não se incorra na reprodução de um conteúdo. Uma vez estabelecidos um palco e uma mesa, onde apenas alguns se sentavam e para onde todos os outros olhavam, reproduzia-se o burocratismo universitário, que era um dos pontos que se pretendia combater e que revela sua face mais visível ao rejeitar manifestações voluntárias como formas legítimas de expressão, aceitando apenas as vias formais de diálogos (ofícios, memorandos, etc.).

Pode-se também perceber que ao longo das votações vários alunos se cansavam de acompanhar as assembléias, algumas com mais de cinco horas, que, em geral, eram conduzidas por aqueles que tinham certa liderança nos grupos aos quais pertenciam e aos que faziam parte do DCE. Então saíam antes de serem votadas questões importantes. Estabeleceu-

⁴³ São os processos que se referem aos sete alunos.

⁴⁴ Na aferição por contraste, alguns levantam a mão enquanto outros as mantêm abaixada (ou levantam placas de cores diferentes), de modo que possa se confirmar a posição vencedora por simples visualização.

se uma disputa importante para os rumos do evento e que minou as relações que estavam sendo construídas no interior do movimento. Após uma votação a respeito de mudar o modo como a assembléia era conduzida, para que esta passasse de uma grande plenária para discussões em grupos menores, verificou-se vantagem mínima em favor do modelo que vigia. Como se impôs essa derrota ao grupo que votou em contrário, o coletivo que vinha sendo construindo refluíu, ao passo que passaram a se estabelecer duas assembléias paralelas, cada uma com um formato diferente.

Outro evento que ficou marcado no imaginário dos participantes se deu quando um grupo de estudantes decidiu usar apenas roupas de baixo (conhecido como “movimento peladão”). Para alguns, soou como um atentado à dignidade do movimento, enquanto para aqueles que participaram era apenas uma forma de expressão. No início, esta não era uma manifestação necessariamente política, mas depois serviu para a demarcação de fronteiras entre os grupos. Enquanto os “anarquistas”, em sua maioria, apoiaram aqueles que se despiram (não por completo, reforça-se), por entenderem que eles podiam romper o tabu imposto pela sociedade, dado que aquele era um espaço de contestação, os estudantes vinculados a outros grupos repudiaram, por acharem a “linguagem descabida, ultrapassada, sem originalidade e agressiva” e que não respeitava as deliberações da assembléia.⁴⁵ Ao mesmo tempo, os que não tinham uma afiliação clara a nenhum grupo eram alvo de convencimento e mantinham pontos de vistas individuais a respeito do ocorrido. Novamente, há um conflito, dessa vez interno, em relação ao quanto de autoridade devem-se submeter as pessoas, posto que aqueles que se despiram foram contra a autoridade da assembléia, que era intocável para aqueles que os repudiaram, tendo este caso contribuído para a formação de uma unidade entre aqueles que repudiaram a atitude dos que aderiram àquela forma de expressão, minorando as diferenças entre estes e ressaltando em relação àqueles.

Essas diferenças não são notáveis para o estudante que não participa ativamente de maneira constante do movimento estudantil, que pode considerá-lo como igual, mesmo com alguma diversidade. Entretanto, no decorrer da ocupação, que se mostra como uma seqüência de fatos que constrói um só episódio passa a ser oposta a essa visão de um movimento estudantil com características, um movimento mais plural. Para a ocupação ocorrer, foi preciso que pelo menos alguns desses que não se enquadram como participantes perenes se engajassem, o que fez com que eles percebessem as diferenças que existem no interior do movimento estudantil

⁴⁵ Conteúdo do panfleto “Nota de esclarecimento”, s.d.

e que tomassem contato com suas características e disputas internas. Assim, ao final da ocupação, este estudante acaba por sair com uma concepção diferenciada do que é o movimento estudantil e mais capaz de entender a dinâmica que o regula, ficando mais fácil decidir-se por participar (ou não) e de ver a experiência de participação sob uma ótica mais favorável.

A igualdade na diversidade é perceptível devido ao fato de as várias correntes que compõem o movimento (apesar de buscar identidade própria e, nesse sentido, também em contraposição aos outros grupos) compartilharem alguns pontos de vista em relação à visão de mundo (o já abordado discurso de esquerda, além das semelhanças perceptíveis nas propositivas estabelecidas pelas chapas) que acaba por questionar a realidade estabelecida. É sob essa perspectiva que se entende que o movimento estudantil existe, primeiro, como idéia, como objeto externo que recebe impulsos de diversos sujeitos e grupos, funcionando como prisma que enfeixa essa multiplicidade. Dessa maneira, é enquanto idéia que o movimento estudantil existe no cotidiano, o que não quer dizer que ele seja uma ilusão ou que não exista, pois tem influências objetivas. Funciona como uma espécie de abstração institucionalizada, e por isso parcialmente autonomizada, pois é reconhecido pelos sujeitos como algo que independe apenas de sua vontade. Ele existe também para outras pessoas e grupos que não se inserem nele, necessariamente, ou que o vislumbram de maneira diferente. O modo de agir desses vários outros grupos permite compreender que ele está lá independente de um grupo específico.

O movimento estudantil aparece também como força objetiva quando um ou mais grupos se põem em ação e tem atribuída a sua insígnia. Se um grupo age de maneira isolada – por exemplo, organizando pequenos grupos de estudo e reconhecendo nisso uma forma de atuação como movimento estudantil – a concretude do movimento aparece para eles, mas não para outros sujeitos ou grupos que se situem às margens dessa ação. De outra perspectiva, essa ação pode também ser significativa, na medida em que é entendida como fonte de disputa, como sendo, ou não, uma ação do movimento estudantil como um todo. Por outro lado, aparece como objetividade, como organização concreta e unificada, se há um nível tal de consenso em torno de determinado ponto que leve todos os grupos a se colocar em ação para enfrentar esta questão causadora do movimento sincrônico do conjunto.

A partir disso, essa unidade existirá, a depender de fatores diversos, tais como a capacidade das diversas lideranças ou dirigentes de conseguirem manter algum grau de consenso entre si,

além de isso acontecer também em relação aos outros participantes. Dependerá também da capacidade de convencimento e de articulação, visando ampliar, manter ou criar consensos (em tornos de outras questões) que abafem possíveis divergências. Para que isso ocorra é essencial a existência de um espaço de diálogo entre os estudantes, e importante que seja possível estabelecer um “inimigo comum”.⁴⁶ Num momento como esse, o movimento que passou a existir enquanto organização concreta, como sujeito coletivo, pode atingir maturidade tal que um nível razoável de esforços e energia possa ser despendido para que a coesão do grupo permaneça, levando-se em consideração que a disponibilidade de forças se amplia no interior dessa unidade, mas pode ser completamente exaurido para minorar diferenças. Quanto mais tempo essa organização durar, maior será a possibilidade de criação de pontos consensuais permanentes que fortaleçam o movimento quando ele voltar a existir apenas como idéia, momento em que ele volta a se apresentar de maneira fragmentada e que se perde de vista a noção de objetivos e “inimigos compartilhados”.

Nessas ocasiões em que se unem, são produzidas situações que são (re)significadas constantemente tanto para os sujeitos como para os grupos, fortalecendo desta maneira a idéias significante “movimento estudantil”, que passa a ter maior concretude e amplia e funciona enquanto mediação entre os sujeitos, os grupos e suas práticas políticas, mesmo que estes se vejam identificados apenas como uma parte do movimento estudantil, mas que se insere no conjunto do movimento estudantil. No movimento estudantil da UFMG a ocupação da Reitoria parece assumir esse papel de produtora de significantes e significados, como os que se seguem:

- A idéia de que havia um grupo mais representativo do conjunto dos estudantes da UFMG, maior do que os poucos⁴⁷ que participam do movimento estudantil cotidianamente, o que permite a interação entre diferentes pessoas e abre espaço para a percepção de que é concreta a possibilidade de participação mais relevante em momentos importantes.
- A quebra de barreiras que fez com que os grupos diferentes tivessem que se articular para cumprir tarefas, que fez com que as fronteiras entre os vários grupos que

⁴⁶ Note-se que o “inimigo” não precisa ser uma pessoa, podendo ser uma instituição, um aspecto da realidade, enfim, algo que deva ser enfrentado.

⁴⁷ Um dos estudantes comentou que um ponto interessante na ocupação era o fato de esta ter reunido muitas pessoas além daqueles que tradicionalmente participam do movimento estudantil.

compõem os movimentos estudantis chegassem em alguns momentos a serem suspensas, ampliando a noção de unidade.

- Um sentimento de que os que não participam poderiam continuar participando, pelo menos naquele momento, se não houvessem ocorrido alguns erros que *a posteriori* se revelam facilmente contornáveis. Cria-se, assim, um imaginário que lista erros a serem evitados e que foram os responsáveis pela dissolução da unidade.

- A construção de alguma unidade em relação a alguns pontos em torno de posições adotadas por cada grupo individualmente, tanto enquanto organização quanto como sujeitos em ação. Os grupos existentes no interior do movimento estudantil tinham todos que adotar um vocabulário comum para poderem se comunicar e como se apresentavam como unidade face ao novo “inimigo comum”, a Reitoria, tinham que concordar pelo menos parcialmente com a demanda do conjunto. Além disso, esse espaço que é ocupado pela Reitoria, o de ser aquele que está fora, implica na necessária percepção de que o estranho aos estudantes eram os dirigentes da universidade, e não os membros do movimento entre si. Assim, torna-se explícito que o que corporifica o movimento estudantil são os próprios estudantes agindo de maneira articulada e organizada (em sentido *lato*).

- A diminuição das distâncias nos relacionamentos entre os participantes mais ativos entre si e entre estes e os outros estudantes. A reprodução da burocracia e a manutenção de normas despersonalizadas de relacionamento foi impossibilitada devido às demandas iminentes. Mas esse comportamento burocrático (a assembléia, a organização da ordem de falas, a disposição dos partícipes defronte a uma mesa) acaba por tentar retornar como forma de organizar os estudantes para reduzir as áreas de atrito, o que acaba por criar novos conflitos.

- A ocupação do espaço⁴⁸ possibilitou que se vislumbrasse a necessidade de trazer mais pessoas para o movimento, para ocupar espaços vazios que se tornavam incômodos (como, por exemplo, as cadeiras do auditório quando estas não estavam ocupadas, em contraste aos momentos em que haviam pessoas sentadas no chão). Havia um claro anseio por trazer novas pessoas para participar da ocupação para

⁴⁸ Supõe-se que se a ocupação tivesse se prolongado por mais tempo. Essa idéia de espaço apareceria mais claramente, mas foi interessante ouvir de um aluno que eles deveriam ter ocupado os gabinetes, pois lá, sim, era o espaço de poder.

reduzir esses espaços vazios. O que implica também em se pensar do porquê de não haver mais pessoas ali;

- A reflexão sobre a questão anterior fez surgir a proposta, aceita por alguns professores, de estes contribuírem para ampliar esses espaços ocupados, oferecendo aulas, participando de debates e ministrando oficinas, que atraísse novos partícipes e mantivesse motivados os que já participavam. Entretanto, essa idéia não foi implementada, pois a Reitoria foi desocupada antes do início dessas intervenções previstas para iniciar-se na segunda seguinte. A possibilidade de se fortalecer a idéia de comunidade universitária também ficou clara quando alguns funcionários também se dispuseram a ajudar com a ocupação da maneira que pudessem.

Essas menções não surgiram todas nas falas dos sujeitos entrevistados, pelo menos não explicitamente, mas aparecem, de maneira dispersa, quando eles vão significar o que simbolizou a ocupação da Reitoria. Há criação de sentidos comuns nesses pontos, uma concordância que se aproxima da reflexão levada a cabo pelo sujeito coletivo enquanto tal. Foi notado que os estudantes se viram na premência de explicar o que estavam fazendo, porque estavam ali e pedir apoio ou, pelo menos, compreensão dos outros estudantes e dos professores, sendo que uma destas ocasiões foi presenciada enquanto se desenvolvia uma atividade relacionada ao estágio docente.

No convívio, os projetos políticos diferentes entram em embates, articulam-se, e se reorientam-se em relação ao tempo. São usados como referências para se pensar as ações próximas e o ponto aonde se deseja levar o real. Entretanto, os sujeitos e os grupos, que, afinal, organizaram-se em torno de um projeto, usam suas concepções como referente e se apropriam do real de maneira específica, fazendo com que cada sujeito em ação e cada grupo obriguem os outros a se reposicionar diante dos novos contextos que vão surgindo.

Além disso, deve-se notar que o movimento da direção da universidade é no sentido de institucionalizar (e burocratizar) o conflito, estabelecendo comissões e sindicâncias para apurar e responsabilizar os culpados, o que aconteceu durante a ocupação com o estabelecimento de uma comissão para apurar responsáveis pela entrada da PM no *campus*. Ressalta-se que a Reitoria **impôs** o nome de um dos alunos que participaria da comissão, que, aliás, seria o único se não houvesse um forte repúdio dos estudantes a essa postura.

Com a institucionalização do conflito, a oposição entre os pólos que se contrapõem perde em intensidade, para, em última instância, tornar-se cooperação, uma vez que existem estudantes participando dessas comissões. Por outro lado, é explícito que a Reitoria exerce poder coercitivo, não apenas por meio dos seguranças que trabalham no *campus*, que portam máquinas fotográficas, com as quais registram manifestações, e por meio de uma “lista negra”, com dossiês sobre os principais articuladores do movimento estudantil na universidade. Verdade ou não, essas acusações são importantes no imaginário construído dessa relação entre alunos e direção da universidade, mas também ao levar os alunos a serem julgados por infrações ou atos interpretados como se assim fossem.

Mesmo que de maneira dialética o tensionamento promovido pelos ocupantes de cargos de direção nas universidades e políticos pode acabar por fortalecer o movimento estudantil, que, muitas vezes, já se insurgiu contra o autoritarismo. O movimento estudantil, definitivamente, voltou a ser objeto de discussões e debates acalorados no âmbito da sociedade civil, mas é importante perceber que o movimento é necessariamente diferente daquele de 1968. Afinal, se não fosse assim, o movimento não passaria de um anacronismo, o que pode ser destacado ao se observar que a sociedade na qual os estudantes se inserem está longe da perfeição.

As organizações estudantis permanecem como espaço possível de experimentação de uma vida mais livre das determinações estritamente econômicas. Permanecem também inspirados pelo lugar que as revoltas de 1968 ocupam no imaginário dos estudantes, ano que assume o lugar de mito (SALDANHA, 2008; HAGEMEYER, 2008) trágico, por não terem aqueles sujeitos estabelecido uma nova sociedade, mas também heróico, dado que é inegável a influência exercida por aqueles jovens nos usos e costumes da sociedade. E, talvez, retomando a prática da contestação como prioridade em relação às construções discursivas que – se limitadas a elas mesmas – permanecem com um quê de autocontemplativas, os estudantes consigam reinventar e re-significar sua práxis política, superando as contradições em que se inserem para reafirmar seu direito à experimentação.

Houve momentos no correr da pesquisa de campo em que ficavam claras as possibilidades de essa nova *práxis* emergir no interior do movimento, bastando para isso a valorização do diálogo e o reposicionamento dos estudantes em relação a eles mesmos. Claro que a formação de um vocabulário próprio é importante para isso, sendo importante para uma *práxis* verdadeira efetiva a constante busca pela compreensão do conceito. E aqui se remete novamente à importância do projeto político e dos momentos de catarse. A existência de

projetos e objetivos comuns, como apenas deixaram entrever a formulação de uma pauta conjunta de reivindicações e a colocação de outros grupos, que não os que compõem o próprio movimento, na posição de “inimigo”, é fundamental para que o movimento reassuma definitivamente seu lugar. Em resumo: o movimento deve buscar estabelecer novas práticas para sua *práxis* e para o modo como se relaciona com os estudantes de maneira geral, mas não pode perder de vista seu cunho político, ou ficaria esvaziado de sentido. Isso só é possível na medida em que o grupo compartilha um projeto, que passa a relacionar-se dialeticamente consigo, pois funciona como pilar de sustentação para a formação de um grupo ao mesmo tempo em que é constantemente (re)construído e (re)interpretado por este.

Não se acredita, como retratou Pardelas (2007) na reportagem intitulada “A volta do movimento estudantil”, que o movimento estudantil não tem mais ideologias (o que, se fosse verdade, levaria a certo alheamento em relação à política) ou que ele tenha desaparecido em algum momento, com o que, aliás, concorda o diretor de comunicação do DCE da Universidade de Brasília (UNB) Danilo Silvestre (2008). Não se concorda também que ele se guie exclusivamente por resultados ou que deva fazê-lo como um imperativo, perspectiva que estaria associada ao completo domínio da lógica do movimento pela racionalidade instrumental. Crê-se, ao contrário, que o movimento estudantil está presente pelo menos desde 1918, quando das manifestações em Córdoba, na sociedade e que sofreu mudanças na sua dinâmica interna e externa sem nunca ter, entretanto, abandonado de maneira significativa uma racionalidade voltada para o conjunto da sociedade e que associa os fins aos meios, fugindo, assim, tanto do transcendentalismo quanto do instrumentalismo. A pluralidade é uma das grandes riquezas do movimento, mas isso não quer dizer que não seja possível conseguir alto nível de acordo em aspectos fundamentais em torno dos quais as demandas do movimento são orientadas. Essa impossibilidade parece estar mais ligada a um “narcisismo das pequenas diferenças”, numa acepção freudiana, que Hobsbawm (1995) aponta que já acontecia na década de 1910, e mesmo antes, com a esquerda preocupando-se mais em combater aqueles que estão próximos de si no espectro político do que seus inimigos de fato. Nesse sentido, o movimento estudantil representa uma espécie de microcosmo dessas disputas, que chegaram hoje a um nível tal que se pode falar de uma crise das esquerdas.

Quando se trata do movimento estudantil, convém lembrar que mesmo se se além ao que aparenta ser um estrito corporativismo, podem-se buscar nisso elementos que politizem a própria configuração da sociedade. E em questões que parecem não ser relevantes, podem-se iniciar a politização dos jovens e a construção do consenso entre os grupos no interior do

movimento. É interessante notar aqui a importância da aprendizagem e da vivência de diversas experiências que não se resumam à sala de aula. Aprender a reivindicar, mesmo quando se trata de pequenas coisas, é essencial para a formação de sujeitos com real capacidade de se reconhecer um ser de direitos e apto a transformar a realidade na qual se insere.

10 - Considerações Finais

Neste trabalho, buscou-se chamar a atenção dos estudiosos da área de teoria das organizações para a possibilidade da adoção dos movimentos sociais como objeto de estudo e como manifestação de uma forma de organização que existe na sociedade e, detentora de especificidades, que abre caminho para aqueles que se orientam por uma linha de análise focada na crítica social. Buscou-se mostrar que esse objeto é detentor de uma racionalidade que pode se diferenciar daquela condutora das organizações produtivas na economia capitalista, abrindo espaço para estudos que fujam do imperativo da performance que permeia os estudos na área de administração em geral. Apesar de saber-se que este estudo poderia ser enquadrado no campo das ciências sociais, constatou-se em pesquisa sobre o *Critical Management Studies*⁴⁹ que uma das características interessantes que pode ser notada na área de teoria das organizações é o fato de os acadêmicos que, em geral, têm esta área como principal campo de atuação, estarem lotados em escolas de administração, o que pode ser explicado, em parte, pela imposição de metas à universidade, o que levou a orientar o rateio de recursos entre as instituições de acordo com a “aplicabilidade prática” e fez com que vários professores migrassem das ciências sociais para a administração, processo observado sobretudo na Inglaterra, a partir da década de 1980 (cf. MÈSZÁROS, 2004). Isso, aliás, também deve ter contribuído para a aproximação dos movimentos sociais às lógicas das escolhas regidas pela racionalidade econômica, já que esses pesquisadores precisavam dar prova da praticabilidade de suas contribuições para a área em que passaram a atuar.

Dessa maneira, não é uma espécie de “heresia”, ou uma singularidade brasileira na área, a proposição de temáticas que tenham potencial de crítica social, sendo, pelo contrário, algo corrente e compreensível, dado que acadêmicos inseridos nas escolas de administração têm possibilidades de conhecer as mazelas da área mais de perto. Nesse sentido, uma vez que se entende que os movimentos sociais são manifestações de formas orgânicas de organização presentes na sociedade civil, acredita-se que é possível construir reflexões que permitam o

⁴⁹ O *Critical Management Studies* é um movimento teórico iniciado na Inglaterra que têm como mote a proposição de uma visão diferenciada da gestão que possua um enfoque maior nos impactos produzidos pelas empresas tanto nos sujeitos quanto na sociedade na qual estas se inserem. Para aprofundamentos nesta corrente conferir os textos de Adler, Forbes e Willmott (2006); Parker (2002); Alvesson e Deetz (1999); McLean e Alcadipani (2008); Para críticas aos rumos tomados pelo movimento ver, por exemplo, Paes de Paula, Maranhão e Barros (2008); Misockzy e Amantino-de-Andrade (2005); Bicalho, Barros e Pinheiro (2008). Para uma discussão à respeito dos estudos críticos em administração: Paes de Paula (2008).

arejamento da área de teoria das organizações e também do campo dos estudos dos movimentos sociais, além de ser uma possibilidade de dar vazão à crítica social que acompanha muitos dos acadêmicos que se definem como estudiosos das organizações.

Nesse sentido, buscou-se, com base principalmente num referencial teórico calcado no pensamento gramsciano, trazer à tona especificidades dos movimentos sociais, tomando como seu legítimo representante o movimento estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi possível construir uma crítica à visão predominante entre aqueles que iniciaram a aproximação de ambas as áreas, a saber, que não é a razão voltada para fins a que majoritariamente se encontra neste movimento específico e, presume-se, também em outros movimentos sociais. Além disso, intentou-se, a partir das especificidades do objeto escolhido, construir um referencial explicativo que não estivesse calcado nos imperativos estabelecidos pelo *ethos* capitalista e que acaba por permear a sociedade, o que foi notado, por exemplo, tanto Marcuse (1978), ao afirmar o princípio de desempenho que estratifica a sociedade de acordo com seu desempenho econômico como dominante na sociedade hodierna, quanto Mézáros (2004), que aponta a “praticabilidade” como critério último para estabelecimento da validade da crítica.

Notou-se que o movimento estudantil é um espaço privilegiado para a emergência da consciência crítica, por estar inserido na universidade, aparelho privado de hegemonia no qual os embates ideológicos são mais visíveis do que os presentes na sociedade em geral. Além disso, a experiência formativa pela qual passa o universitário pode ser enriquecida pelo caráter de experimentação e de descolamento do estudante das pressões que são exercidas sobre ele pela sociedade capitalista. É claro, contudo, que essa possibilidade não está dada, devendo ser cotidianamente reafirmada para que possa ser percebida como efetiva. Para alguns, o imperativo moral é um fardo que carregam por não conseguirem permanecer alheios às mazelas sociais, ao passo que para outros é sinônimo de liberdade, por ser caminho a percorrer em direção desta. E, aqui, convém estabelecer um paralelo com as jornadas de Maio de 1968 na França ou, mesmo, com as diversas manifestações que se espalharam pelo Brasil no ano de 1968: naquele momento, os estudantes percebiam claramente o autoritarismo como uma das facetas das modernas democracias capitalistas que cobravam preço elevado pela integração de massas de pessoas à lógica do consumo. Pagavam (e não apenas eles, mas toda a sociedade) com sua liberdade e com a alienação desproporcional dos sujeitos, tendo em vista as possibilidades que haviam sido engendradas por todos os avanços obtidos pela técnica

da indústria moderna, que eram percebidos como sendo empregados unicamente para a ampliação do capital, e não para libertação da humanidade.

Atualmente, apesar de esse preço continuar sendo cobrado, a maior parte dos estudantes parece desejar simplesmente se integrar, sem questionar, ao sistema, que o quer apenas como peça descartável da engrenagem movida pela aquisição conspícua de bens e pela exploração da força de trabalho de todos. Isso é compreensível, pois no caso brasileiro em específico as condições materiais de grande parte da sociedade ainda levam-na a ter preocupações mais cotidianas (o desemprego e a violência, por exemplo, como mostrou a pesquisa do Instituto Cidadania sobre a juventude brasileira), além de o País ter vivido apenas vinte anos após a redemocratização, o que dificulta a percepção de restrições neste regime, dada a brutalidade do anterior.

Mas que fique claro, entretanto, que isso não quer dizer que este é o fim da linha e que a integração na sociedade de consumo será aceita e permanecerá como realidade num crescente infundável. A história mostra que os movimentos sociais em geral, assim como o movimento estudantil em particular, podem passar certos períodos em compasso de espera, mas colocar-se como força ativa na sociedade quando as condições objetivas para tal estão postas. Para isso acontecer, é necessário que existam “minorias ativas”, nas palavras de Cohn-Bendit, que possam atuar como articuladores e catalisadores de críticas elaboradas pelos estudantes. E percebeu-se que esses sujeitos existem hoje na universidade e que são capazes de se articular quando necessário, mesmo que para isso enfrentem dificuldades.

Deseja-se ressaltar também a possibilidade de se fazer uma pesquisa de campo elucidativa em relação às questões postas, ao mesmo tempo em que se esquia de atender aos preceitos de validade estabelecidos pelos cânones cientificistas, mostrando que a idéia da construção de um conhecimento neutro é ideológica e que a implicação não necessariamente é sinônima da perda de objetividade. O fato de o observador-pesquisador ter de lidar com sujeitos exclui a possibilidade de um distanciamento completo em relação àquilo que pesquisa, devendo ainda ser considerada a noção de perspectiva em relação à construção do objeto e à maneira como este é apreendido.

Isso é mais premente, na medida em que o ponto de partida das reflexões foi a importância dos projetos políticos que sustentam e são sustentados pelos grupos de estudantes, em relação aos quais, diversas vezes, foi demandado, pelos próprios estudantes, um posicionamento do

autor. Os posicionamentos em relação ao que se pressupôs ser mais interessante para os rumos do movimento estudantil e ao que seria melhor para a sociedade foram extraídos das relações construídas com os sujeitos que dele fazem parte e dos pontos de vista que se estabeleceram a respeito do que se apreendeu como sendo os projetos de cada estudante em particular e dos grupos dos quais este participa.

Assim, chegou-se à conclusão que o estabelecimento de espaços de diálogo que possibilitem o momento de catarse no interior do movimento é essencial para que seja construído de maneira fortalecida um projeto político comum capaz de permitir aos estudantes orientar a sua *práxis* na universidade e, também, na sociedade. A existência de um projeto político construído dialogicamente poderia ainda contribuir para abarcar outros estudantes no movimento e para que esse pudesse se reconhecer como coletividade unida.

Talvez o principal limite deste trabalho seja não ter coletado a informação daqueles que não participam constantemente do movimento estudantil, buscando entender o porquê dessa não integração. Dessa maneira, seria possível observar como a representação discente é interpretada e como ela se insere nas relações que os estudantes estabelecem com a universidade. Pensa-se que informações coletadas nessa seara poderiam trazer elementos que possibilitassem aprofundar a reflexão sobre a juventude hoje e sua inserção no mercado de trabalho e na universidade.

Um estudo histórico, abrangente, também seria interessante, pois suspeita-se que a dinâmica das organizações juvenis é afeita a ciclos, e não demonstra evoluções retilíneas. Neste caso, dever-se-ia pegar um período bastante longo, de modo que se pudesse também fazer uma comparação com o contexto macropolítico. Nesse sentido, há também que se apontar para a ausência neste trabalho de um aprofundamento em relação aos coletivos que estão focados na cultura e, especificamente, nas lutas identitárias. O fato de estarem dispersos e de, muitas vezes serem um reflexo de movimentos sociais que não estão ligados ao ser estudante fez com que não fossem levados em conta neste trabalho.

Espera-se que o estudo tenha trazido subsídios para se pensar o movimento estudantil, os movimentos sociais, a teoria das organizações (mostrando que há a possibilidade de se construir uma teoria calcada na *práxis* e que seja, ao mesmo tempo, crítica e, ainda, as possibilidades de extrapolação, numa pesquisa, dos limites impostos pelo pensamento tradicional. Foi desta maneira que se almejou contribuir para a construção e a busca de novas

compreensões que iluminem e sejam iluminadas por uma *práxis* que, se não crítica, pelo menos deixe de ser cingidamente ingênua.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.
- ADLER, P.; FORBES, L.; WILLMOTT, H. Critical management studies: premises, practices, problems, and prospects. *Draft for Annals of the Academy of Management*, Nov 2, 2006. Disponível em: http://group.aomonline.org/cms/Resources/Requests/0-AFW_Nov27.doc. Acesso em 05/06/2008
- ADORNO, T. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, T. *Epistemología y Ciencias Sociales*. Madrid: Fronesis, 2001a.
- ADORNO, T. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã. In: *Textos escolhidos/ Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980, pp. 209-258.
- ADORNO, T. *Minima Moralia: reflexões a partir de uma vida danificada*. Lisboa: Edições 70, 2001b.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ATKINSON, P. ; HAMMERSLEY, M. Ethnography and participant observation. In: DEZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Eds.). *Handbook of qualitative research*. London: Sage, 1994.
- BARBOSA, A. A (des) articulação do movimento estudantil: décadas de 80 e 90. *Educação: Teoria e Prática* - vol. 10, nº 18, jan.-jun.-2002 e nº 19, jul.-dez.-2002, p. 5-14.
- BARNEY, J. B; HESTERLY, W. Economia das organizações: entendendo a relação entre as organizações e a análise econômica. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R.(Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998. v.1.
- BARROS, A.N.; PAES DE PAULA, A.P. A Organização Social como Manifestação de Projetos Políticos: Revendo o Estatuto dos Movimentos Sociais nos Estudos Organizacionais. In: XXXII ENANPAD, 2008, Rio de Janeiro. Anais do XXXII ENANPAD. Rio de Janeiro : ANPAD, 2008.
- BIANCHI, A. (Org.) *Transgressões: as ocupações de reitoria e a crise das universidades públicas*. São Paulo: Editora Instituto Jose Luis e Rosa Sundermann, 2008a.
- BIANCHI, A. Emergência e contestação. In BIANCHI, A. (Org.). *Transgressões: as ocupações de reitoria e a crise das Universidades Públicas*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008b.
- BICALHO, R.A.; BARROS, A.N.; PINHEIRO, D.C. Sobre as incoerências da crítica (alinhada). *Mimeo*.
- BÖHME, G. Driven by the interest in reasonable conditions. *Thesis Eleven*, N. 81, May 2005, p. 80–90. London: Sage Publications.

BOSI, A. Prefácio – Celso Furtado: rumo a uma visão holística. In: *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 9-32.

BRITO, S.M. “Vida falsa”: Adorno e a experiência moderna sob o ponto de vista da moral. *Política e Trabalho*, n.26, abril de 2007, p. 57-83.

BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*: por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUEY, F.F. Los movimientos sociales alternativos. In: *Gramsci e o Brasil*, 2002. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=101>> Acesso em: 05/11/2008.

CAMARGO, S. Axel Honneth e o legado da teoria crítica. In: *Política & Trabalho: revista de ciências sociais*, n. 24, abril de 2006, p. 123-138.

CARIA, T.H. Da análise dos protestos coletivos aos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.54, junho de 1999, p. 187-192.

CARMO, P. S. do. *Culturas da rebeldia*: a juventude em questão. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CARNEIRO, H. A universidade tecnocrática e a rebelião estudantil. In BIANCHI, A. (Org.) *Transgressões*: as ocupações de reitoria e a crise das Universidades Públicas. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

CHAUÍ, M. A universidade pública brasileira sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.24, p. 5-15. 2007.

CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia*: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2002.

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

COMETA. *O 3º ENE e outras histórias*. Cometa. Belo Horizonte/Itabira, v. 28, n. 317, jun. 2007, nº317, ano 28, junho de 2007.

COUTINHO, C.N. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CUNHA, L.A. *A Universidade Reformanda* - o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, M.I. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. *Revista Brasileira de Educação*. V.11, n.32, maio/ago. 2006. p. 258-271.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 137-161, 2004.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. Por uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A.J.; PANFICHI,

- A. (Orgs.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.
- DAVIS, G.F.; McADAM, D.; SCOTT, W.R.; ZALD, M.N. (Eds.) *Social movements and organization theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- DEMO, P. *Educação superior no século XXI: Direito de aprender*. Brasília, 2005. 27p. (mimeo.)
- DIAS, E.F. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- DOIMO, A.M. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- DORE, R. Gramsci e o debate sobre a educação pública no Brasil. *Cadernos do CEDES (UNICAMP)*, v. 26, p. 329-352, 2006.
- DOURADO, L.F. et al. Transformações Recentes e Debates Atuais no Campo da Educação Superior no Brasil. In: _____. *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo, Xamã, 2003, p. 97-116.
- FERREIRA, M.C. Participação e comportamento político no Estado de São Paulo, 1990. In *Opinião pública*. Campinas, Vol. VI, nº2, 2000, pp. 248-262
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- FLOR, F.H. El movimiento indígena en Ecuador y el proyecto contrahegemónico. *Site Gramsci e o Brasil*, 2001. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=247>> Acesso em: 01/09/2008.
- FORACCHI, M.M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- FORACCHI, M.M. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- FOUCAULT, M. Sobre a justiça popular. In FOUCAULT, M.; MACHADO, R. (Org.) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREUD, S. *Mal Estar na Civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- G1. Mapa da ocupação de universidades no Brasil. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL57833-5604,00.html>> Acesso em: 25/11/08.
- GASPARI, E. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002
- GASPARI, E. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GOHN, M.G. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 2003.

GOHN, M.G. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2005a.

GOHN, M.G. *O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005b.

GOHN, M.G. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2006.

GONZALEZ REY, F. *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GRACIOLLI, E. J. Responsabilidade social empresarial: “terceiro setor” ou aparelho de hegemonia? In *4º Colóquio Marx e Engels*. Campinas: Cemarx – Unicamp, 2005. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m3c3.pdf>. Acesso em: 08/09/2008.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Maquiavel – notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume 4. Temas de cultura – Ação católica – Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006c.

GROPPO, L.A. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006.

GROPPO, L.A. Z Aidan Filho, M. Machado, O.L. Introdução: sob o impacto de novos movimentos estudantis. In GROPPO, L.A. Z Aidan Filho, M. Machado, O.L. (Orgs.) *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008, pp. 25-32.

HAGEMEYER, R.R. O movimento estudantil de 1968 e a nostalgia do romantismo revolucionário. In GROPPO, L.A. Z Aidan Filho, M. Machado, O.L. (Orgs.) *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008, pp. 58-66.

HOBSBAWN, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, M. *Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: *Textos escolhidos/ Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 117-154.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Da miséria do meio estudantil considerada nos seus aspectos econômico, político, sexual e especialmente intelectual e de alguns meios para a prevenir*. Coimbra: Fenda edições, 1983.

KEHL, M.R. A juventude como sintoma da cultura. In NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, pp. 89-114.

KING, B.G.; SOULE, S.A. "Social movements as extra-institutional entrepreneurs: The effect of protest on stock price returns." *Administrative Science Quarterly*, 52: 413-442, 2007.

KONDER, L. A questão da ideologia em Gramsci. In: *Gramsci e o Brasil*. 2002. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=298>> Acesso em 24/08/08.

LESSA, C. A universidade e a pós-modernidade: o panorama brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n.1, p.159-188, 1999.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, O.L. A reconstituição histórica dos movimentos estudantis: um debate sobre esquecimentos, celebrações, reflexões, comemorações e contra-comemorações. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ano 2, n.1, Março de 2007.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 9, n. 1ª ed. esp. p. 09-39, 2005.

MANNHEIM, K. Parte I. Elementos racionais e irracionais na sociedade contemporânea. In *O homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1962.

MARCUSE, H. *A Grande Recusa Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARCUSE, H. *Cultura e Psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001

MARCUSE, H. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978a.

MARCUSE, H. *One Dimensional Man: studies in the ideology of advanced industrial society*. London: Routledge, 2002

MARCUSE, H. *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: *Karl Marx e Friedrich Engels, Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. Vol. 1.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo Editorial: 2007.

MAZOTTI, A.J. Usos e abusos do estudo de caso. In *Cadernos de pesquisa*, v.36, n. 129, set-dez 2006. pp. 637-651.

McADAM, D.; SCOTT, W. R. Organization and movements. In: *Annual Meetings of the American Sociological Association*, 97., 2002, Chicago. Disponível em: http://www.stanford.edu/dept/soc/people/DougMcAdam/documents/cv_mcadam.pdf. Acesso em: 10/08/2008.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. To map contentious politics. In *Mobilizations: an international journal*, v.1, n.1, p. 17-34, 1996.

McLEAN, C.; ALCADIPANI, R. Critical Management Studies: some reflections. In *BAR – Brazilian Administration Review*. Curitiba, v.5, n.1, 2008. pp. 70-84.

MESQUITA, M.R. *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. São Paulo: Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006 (Tese).

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. *Filosofia, Ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; NETO, O.C.; GOMES, R.. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro/Petrópolis: VOZES, 1999, p. 9-30.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 5/6, pp. 134-150, maio/dez., 1997

MISOCKZY, M.C.A, VECCHIO, R.A.; SILVA, J.M. A *mística* como produtora de sentidos na organização de luta pela terra. In: Carrieri, A.P. ; SARAIVA, L.A.S. *Simbolismo Organizacional no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2007.

MISOCZKY, M.C.A. O isomorfismo normativo e a análise de organizações de saúde. In *RAE eletrônica*, v. 4, n. 1, 2005.

MISOCZKY, M.C.A.; FLORES, R.K.; BÖHM. S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. *O&S. Organizações & Sociedade*, v. 15, p. 181-194, 2008b.

MISOCZKY, M.C.A.; FLORES, R.K.; GOULART, S. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? para onde vamos? In *Cadernos EBAPE.BR* (FGV), v. 6, p. 1-14, 2008a.

MISOCZY, M. C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, v.9, n.1, pp. 193-211. 2005.

MORRIL, C. ZALD, M.N.; RAO, H. Covert political conflict in organization: challenges from bellow. In *Annual revue sociological*, vol. 29, 2003, pp. 391-415.

- NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- PAÇO-CUNHA, E. Estatuto filosófico da vida organizada ou para uma crítica dos estudos organizacionais. In: *Encontro Nacional de Estudos Organizacionais*, 2008, Belo Horizonte. ENEO 2008.
- PAES de PAULA, A. P. *Teoria Crítica nas Organizações*. São Paulo: Thomson Learning, 2008.
- PAES de PAULA, A. P. , MARANHÃO, C. M. S. A; BARROS, A. N. Pluralismo, pós-estruturalismo, “gerencialismo engajado”: os limites do movimento *Critical Management Studies*. In: Encontro de Estudos Organizacionais (ENEO), 5, 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPAD, 2008.
- PARDELAS, S. Os caras lavadas. Isto é, 23 de abril de 2008, nº2007, ano 31. Caderno Brasil, pp. 28-33.
- PARKER, M. *Against management: organization in the age of managerialism*. Cambridge: Polity Press; Blackwell Publishers, 2002.
- PINTO, C.R.J. As ONGs e a política no Brasil. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 3, 2006, pp. 651 a 613.
- POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, pp. 217-241.
- POERNER, A.J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: 1979.
- REIS, A.M. *O Sentido do Movimento Estudantil Contemporâneo Pela Voz dos Estudantes da Saúde*. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2007 (dissertação de mestrado).
- RIBEIRO, R.J. Política e juventude: o que fica da energia. In NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.) In *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- ROUANET, S.P. *Édipo e o Anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- ROUANET, S.P. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.
- ROZENBAUM, S.; LEITÃO S. P. Para um agronegócio sem exclusão. *Revista de Administração Pública*. vol. 40, n.2: Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006.
- SADER, E.S. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALDANHA, A. O mito do poder jovem. In GROPPPO, L.A. ZAIDAN FILHO, M. MACHADO, O.L. (Orgs.) *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008, pp. 36-47.

SÁNCHEZ VAZQUÉZ, A. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, B. S. *A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória*. Cortez: 2004.

SARTRE, J.P. Diálogo entre Daniel Cohn-Bendit e Jean Paul Sartre. In COHN-BENDIT D.; SAUVAGEOT, J.; GEISMAR, A.; DEUTEIL, J.P. *A revolta estudantil* Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1968, pp. 29-44.

SARTRE, J.P. *Questão de método*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

SARTRE, J.P. *O Ser e o Nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*. Brasília, Vol. 21, n. 1, jan.-abr. 2006, pp. 109 a 130.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

SEGRILLO, A. A confusão esquerda/direita no mundo pós-muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. In DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 3, 2004, pp. 615 a 632.

SEMERARO, G. Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. *Educação & Sociedade*. Vol. 20, n. 66. Campinas, abril, 1999, pp. 65 a 83.

SEMIONATO, I. *Gramsci: sua teoria, influência no Brasil e no serviço social*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, J.M.; MISOCZKY, M.C.A. Práticas organizacionais do Movimento de Trabalhadores Desocupados de La Matanza à luz do pensamento de Paulo Freire. In: ENANPAD, 2008, Rio de Janeiro. *Anais do XXXII Enanpad*, 2008. v. 1. p. 1-16.

SILVA, J. R.; VERGARA, S. C. Sentimentos, subjetividade e supostas resistências à mudança organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.43 , n3. , p.10-21 , jul-set, 2003.

SILVESTRE, D. Ocupação da UNB: a volta do movimento estudantil? 2008. Disponível em: <<http://danielosilvestre.blogspot.com/2008/09/ocupao-da-unb-volta-do-ovimento.html>>. Acesso em: 25 nov. 2008.

SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In ABRAMO, H.W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2008, pp. 27-36.

SOBRINHO, J.D. Educação Superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, L.F., et al. *Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo, Xamã, 2003, p. 97-116.

- SOCKZEC, D. Da negação à parceria: breves considerações sobre as relações ONGs-Estado. *Enfoques – Revista Eletrônica*. Rio de Janeiro, Vol. 01, n. 01, 2002, pp. 28 a 45.
- STAKE, R.E. Case Studies. In: DEZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Eds.). *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 1994.
- TAYLOR, V. Social movements on continuity: the womens movement on abeyance. *American sociological review*, 1989, vol. 54, pp. 761-775.
- THERET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, 2003.
- TISCHLER, S. A forma classe e os movimentos sociais na América Latina. In: LEHER, R., SETÚBAL, M. (Orgs.) *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.
- TORTORELLA, A. Hegemonia. In: *Gramsci e o Brasil*. [200?]. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=644>>. Acesso em: 30/06/2008.
- TRAGTENBERG, M. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Consulta das estatísticas das eleições*. Disponível no em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>> Acesso em 13/11/08. 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *UFMG em números*. Disponível em: <http://www.ufmg.br/conheca/nu_index.shtml> Acesso em 13/10/2008.
- VENTURA, Z. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VOGUS, T. J.; DAVIS, G. F. Elite mobilization of antitakeover legislation, 1982-1990. In *Social Movements and Organizational Theory Conference*, Michigan: University of Michigan, 2002. Disponível em: <http://webuser.bus.umich.edu/organizations/smo/protected/resources/2002/vogusdavis.pdf>. Acesso em: 10/09/2008
- WANDERLEY, L.E. *O Que é universidade?* São Paulo: Editora Brasiliense. 9.ed. – Coleção Primeiros Passos, 1988.
- WOOD, E.M. Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. In: LEHER, R., SETÚBAL, M. (Orgs.) *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005. pp. 96-115.
- YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. São Paulo: Bookman, 2001.